53.3517
1.672

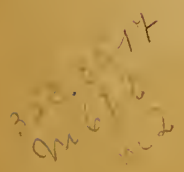
ALLELLE
o, 45 e 55
ZAMPIRO

CONTADORIA C. REPUBLICA
N.º
BIBLIOTECA

MEMORIA HISTORICA

DA

IMPRENSA NACIONAL



MINISTERIO DA FAZENDA

Commemoração do 1º Centenario da Independencia do Brasil

MEMORIA HISTORICA

DA

IMPRENSA NACIONAL

ORGANIZADA DE ORDEM DO EXMO. SR. MINISTRO DA FAZENDA

DR. HOMERO BAPTISTA

POR

Francisco Gonçalves Miranda

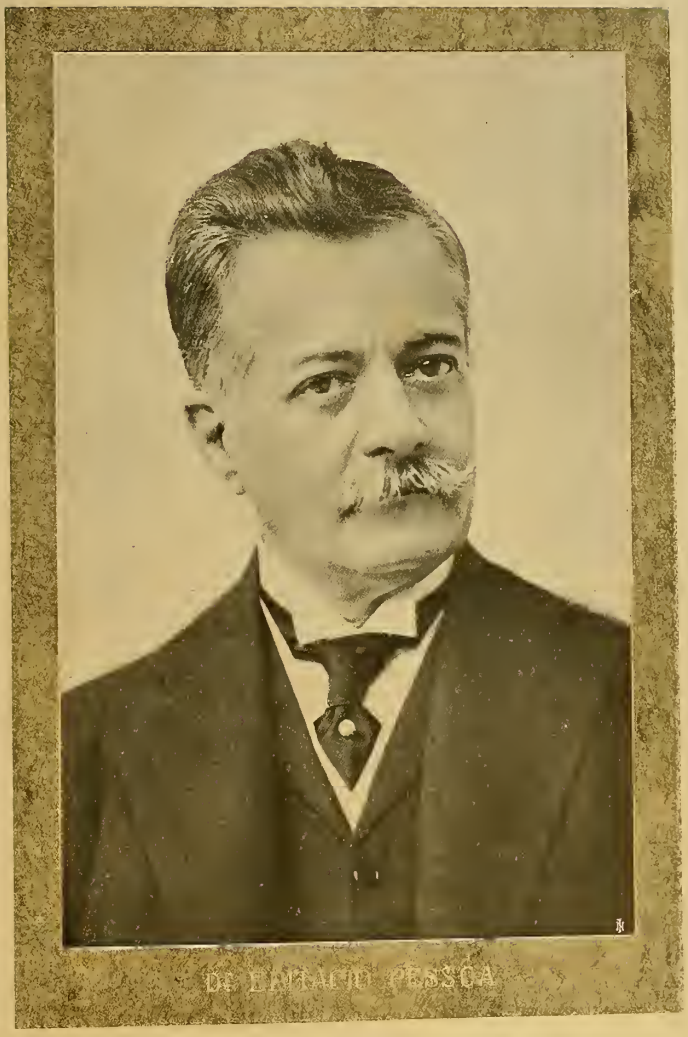
AUXILIAR DE ESCRIPTA

RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1922

4481 27 8 46



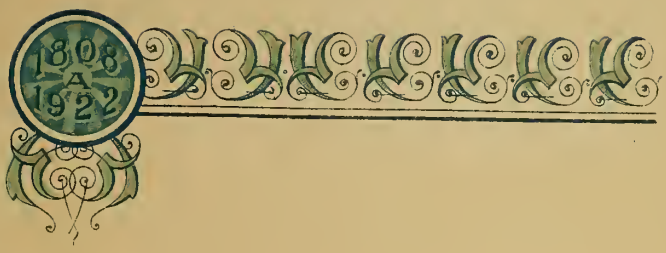
Dr. EPITACIO PESSOA

INDICE

	Pags.
Preambulo	5
A Imprensa	9
A Imprensa no Brasil Colonial	13
A Impressão Régia	17
A Censura até 1822	25
Sédes anteriores — Edificio proprio	33
Administrações e Directores	43
Apparelhos e Materiaes Typographicos	51
Gravura e Estamparia	59
Artes Accessorias e Complementares	67
Finanças	79
"Diario Official"	91
A Real Fabrica de Cartas de Jogar	109
Operarios e Operarias	115
Visita Presidencial	127
O Incendio	135
No Centenario	141
Notas	145

RETRATOS E ESTAMPAS

	Pags.
Dr. Epitacio Pessôa	4
Dr. Homero Baptista	8
D. João VI	16
Conde de Linhares	24
O Edificio em 1877	32
O Edificio em 1922	42
Visconde de Cayrú	46
Conego Januario da Cunha Barbosa	48
Dr. A. B. L. Castello Branco	50
Prélo Manual	52
Machina Rotativa — Marinoni	56
Alambique (gravura)	58
Frontespicio de livro (gravura)	66
Retrato de Pope	66
Armas do Reino do Brasil e de Portugal	66
Frontespicio do livro (gravura)	66
"Gazeta do Rio de Janeiro"	90
"Diario Official" em 1862	96
"Diario Official" em 1908	108
Cartas de jogar	114
Secção de Operarias (composição)	116
Secção de Operarias (brochura)	126
Estragos do Incendio	134
Estragos do Incendio	138



PREAMBULO

Os ANNAES da Imprensa Nacional não têm sido, afortunadamente, descurados; antes, por mais de uma vez, foram tratados com solicitude em trabalhos de pesquisa historica.

Tres conhecemos principalmente, que constituem já um capital opulento de informações e dados officiaes, de valor subido, que em muito pouco poderão faltar ao completo historico desta nossa proveitosa instituição.

São elles: *Annaes da Imprensa Nacional*, de 1808 a 1822, por Alfredo do Valle Cabral — Rio de Janeiro — Typographia Nacional — 1881; *Apontamentos Historicos da Imprensa Nacional*, de 1808 a 1908, por Oliveira Bello — Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1908; e *Genese e Progressos da Imprensa Periodica no Brasil*, pelo dr. Alfredo de Carvalho, 1908 — *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* — Tomo consagrado á Exposição Commemorativa do Primeiro Centenario da Imprensa Periodica no Brasil, promovida pelo mesmo Instituto.

Na primeira dessas obras, sem duvida a de mais laborioso trabalho, o seu autor descreve o surto e a marcha da imprensa official do Rio de Janeiro desde a sua inauguração, em 1808, até a Independencia Politica, em 1822.

Na segunda o dr. Oliveira Bello, então redactor do *Diario Official*, recapitula os dados existentes, dando-lhes methodo e estylo proprios de seu brilhante talento de expositor, e completa o historico da Imprensa Nacional, do tempo que vai da Independencia ao centenario da abertura dos portos do Brasil ao commercio mundial, isto é, de 1822 a 1908.

Na terceira — "erudita e notavel prefação aos catalogos parciaes" dos jornaes publicados durante o primeiro seculo da imprensa no Brasil, pelo dr. Alfredo Ferreira de Carvalho, para a exposição do centenario — encontram-se tambem as noticias e factos referentes á implantação da imprensa no Rio de Janeiro, ás prohibições anteriores e restricções subsequentes.

São tres obras que abrangem o historico da Imprensa Nacional até 1908.

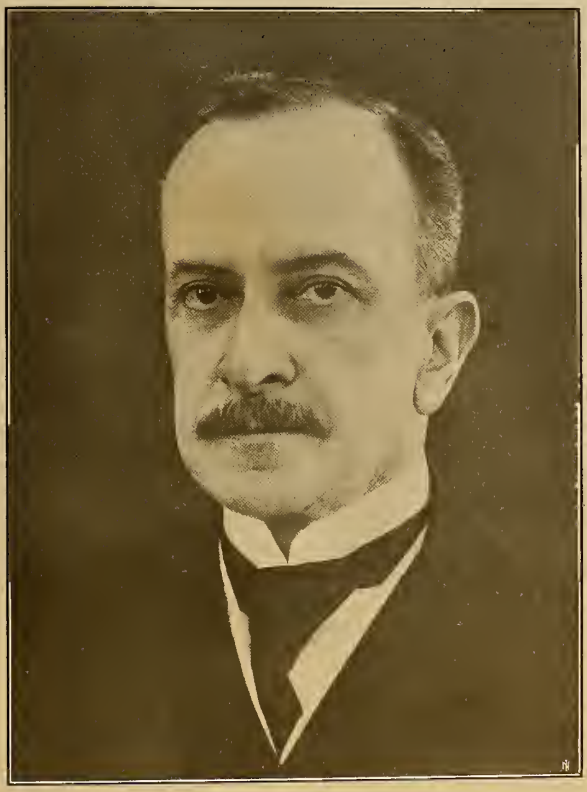
O trabalho que nos propuzemos organizar para com elle contribuirmos á commemoração do centenario da Independencia Politica da Nação terá de novo sómente os factos occorridos nos ultimos 14 annos.

Não os poderemos, entretanto, expôr exclusivamente quebrando a sua filiação com os antecedentes, sem desinteresse e obscuridades para boa comprehensão do conjuncto, deturpando assim a clareza de um leve mas geral resumo do assumpto que visamos.

Para evitar volumosa reedição dos elementos historicos, com todas as suas minucias, contidas nas obras citadas, o que aliás seria justificavel pela exiguidade de exemplares dellas existentes para acquisições populares, faremos sómente reproducção dos factos mais interessantes e notaveis, deixando na indicação que fazemos daquellas obras a fonte onde a curiosidade pesquisadora pode buscar as particularidades que lhe sejam de interesse.

E quanto aos detalhes e minucias da administração, a série já longa dos relatorios annuaes de seus directores offerece fonte abundante de informações completas.

E' este, pois, um trabalho ligeiro, complementar dos já existentes, sem merito especial de innovações nem de estylo.



DR. HOMERO BAPTISTA
Ministro da Fazenda

A IMPRENSA

DENTRE as nobres invenções do homem é a imprensa, certamente, a que de maneira mais efficaz tem contribuido para o progresso social da nossa especie. A sua acção accentua-se por dous modos não oppostos, antes convergentes á sua funcção e fins — graphar e transmittir idéas — differentes comtudo pela fórma, actuação e effeitos.

Registrando os pensamentos para dar-lhes duração, para que se não percam, para perpetual-os, a imprensa faz o livro; registrando as idéas, as opiniões e os factos, dia a dia, a imprensa faz o jornal. De modo amplo pode-se dizer que o livro perpetúa, o jornal divulga.

Nos primordios da intellectualidade humana, os conhecimentos adquiridos e accumulados com esforços nunca assás enaltecidos, em remoto recúo á arte desbravante e esclarecedora do obscurantismo, que Guttenberg melhorou, daquellas duas fórmas de acção que a imprensa veiu conjugar e realiza, só uma, a de conservar, fôra incomple-

tamente attingida, pelas cópias manuscriptas, em papyros e, depois, rudimentarmente impressas. Sendo estas difficeis e custosas, sómente ás bibliothecas régias ou de castas eram destinadas. Nada que se parecesse ao jornal impresso, nem na fórma nem nos fins, offereceu a antiguidade, antes do evento da lettra de fôrma em typo metallico movel.

De alguns tempos e em alguns lugares era já a imprensa conhecida: a China, desde o seculo VI, praticava a xilographia ou impressão por meio de caracteres gravados em madeira, arte que só foi conhecida na Europa seis seculos depois. A xilographia não foi até hoje repudiada: a Imprensa Nacional a utiliza ainda para certa ordem de trabalho.

Ainda pelo meado do seculo XV vinha a imprensa tropegando seus tardos e vacillantes passos, quando um allemão de Moguncia, estabelecido em Strasbourg, Jean Gensfleisch, cognominado *Guttenberg*, conhecedor da idéa de Laurent Coster, da cidade de Harlem, que imaginara a separação dos caracteres em madeira, para tornal-os moveis, concebeu e realizou, auxiliado por Fust e Schoefer, o typo movel metallico e aperfeiçoou o prelo, dando com isso á arte typographica tão vigoroso e fecundo impulso que a tradição até hoje o tem sagrado o inventor da imprensa.

Data dahi o desenvolvimento, ora mais, ora menos rapido da arte typographica, e o seu alastramento pelas populações intellectuaes, vanguardeiras da civilização, que se estadiavam nas regiões occidentaes do Velho Mundo.

Nos primordios do seculo passado a imprensa havia realizado já enorme progresso, attingindo quasi a perfeição;

os seus productos multiplicados diffundiam-se em grande profusão pelos centros cultos e levavam a noticia dos factos e a divulgação das noções rudimentares da vida pratica até as barreiras do analphabetismo das massas sem cultivo.

Sómente sob o dominio dos despotismos da força, ou das seitas obscurantistas, os beneficios ensinativos da imprensa eram interdictos aos povos, constituindo ella um monopolio dos dirigentes.

O Brasil, cujo descobrimento fôra anterior a esse vigoroso impulso recebido pela arte de imprimir, do genio de Guttenberg, ainda nos primeiros annos do seculo XIX — que devia cognominar-se o Seculo das Luzes — não possuia, não conhecia dentro dos seus limites, a imprensa.

Foi sómente em 1808 que o principe regente de Portugal, transferindo a séde do seu governo da Europa para a America, de Lisboa para o Rio de Janeiro, menos por vontade que premido pelos acontecimentos politicos do antigo continente, entre a série de larguezas com que quiz dotar a colonia, e para prestigio de sua nova acção governamental, autorizou e creou o uso da imprensa na séde recente de sua côrte.

Até então, se não havia lei expressa prohibindo a imprensa na colonia americana, a prohibição existia de facto, evidenciada não só pela ausencia da arte na região, como pela repressão severa e immediata das tentativas que se fizeram para a sua introducção em terras brasileiras.

O historico dessas tentativas e das ordens de repressão que cada uma dellas mereceu do Governo da Metropole,

será amplamente mencionado no desenvolver desta *Memoria*, como tristes relembranças de passado oppressivo, felizmente, hoje, sepultado sob um seculo de reivindicações e avanços.

A reparação veiu pelo decreto de 13 de maio de 1808, com o qual o principe regente, corrigindo o erro dos seus antepassados, inaugurou definitivamente a Imprensa no Brasil.

O centenario deste notavel acontecimento já passou ha 14 annos, tendo sido commemorado dignamente pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro com a Exposição Commemorativa do 1º Centenario da Imprensa Periodica no Brasil, "trabalho de largo folego e de subido valor", como se pode ver na *Revista* do mesmo Instituto, tomo consagrado a essa patriotica homenagem.

A ~~inauguração~~ inauguração dessa exposição jornalistica, que devera ser realizada a 13 de maio, foi transferida para a data inaugural da Exposição Nacional, que commemorou, no mesmo anno, o centenario da abertura dos portos do Brasil, e da qual fez parte.

A IMPRENSA NO BRASIL COLONIAL

(PROHIBIÇÃO)

Não se conhece lei alguma da Metropole portugueza de prohibição prévia e expressa do uso da imprensa no Brasil, mas nem por isso é menos verdade que essa prohibição existia tacitamente, como o demonstram as ordens repressivas que de lá vinham, logo que qualquer tentativa de sua utilização era aqui praticada.

Isto resalta dos seguintes casos:

Em 1706, ou pouco antes, um individuo emprehendedor, cujo nome se perdeu infelizmente para a Historia, conseguiu estabelecer no Recife, furtivamente ou por tolerancia do então governador Francisco de Castro Menezes, uma pequena typographia, em que se limitava á impressão de letras de cambio e breves orações devotas. A Côrte de Lisboa, ao ter noticia desse pretenso attentado, expediu a ordem régia de 8 de julho de 1706, em que impunha ao governador a injuncção de mandar "sequestrar as letras

impressas e notificar aos donos dellas e aos officiaes da typographia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papeis avulsos".

Foi assim annullada a humilde officina typographica, primeira que laborou em Pernambuco e em todo o Brasil.

Mais tarde, em 1747, constando ao Governo da Metropole ter vindo para o Brasil "quantidade de letras de imprimir e não sendo conveniente haver ahi typographias, nem utilidade para os impressores, por serem maiores as despesas que no Reino, de onde podiam vir impressos os livros e papeis. . ." foi logo determinado ao governador de Pernambuco, D. Marcos de Noronha, pela ordem régia de 6 de julho do dito anno, que, se lhe constasse haver nos limites da capitania ditas letras, as mandasse sequestrar para o Reino por conta de seus donos, notificando a estes e aos officiaes da imprensa "para que não imprimissem livros, obras ou papeis alguns avulsos, sem embargo de quaesquer licenças que tivessem para dita impressão, sob pena de que, fazendo o contrario, seriam remettidos presos para o Reino para se lhes impôr as penas em que tivessem incorrido, de conformidade com as leis e ordens a respeito".

Nesse mesmo anno de 1747 foi fundada, no Rio de Janeiro, por Antonio Izidoro da Fonseca, uma officina de imprensa, da qual sahiram alguns folhetos, hoje rarissimos. O material typographico alludido na ordem régia acima citada, foi provavelmente, o destinado a este estabelecimento. Se este empresario mereceu o assenso do governador Gomes Freire, como é de suppôr, outro foi o sentir da Côrte de Lisboa, que, ao receber noticia da existencia de semelhante

officina no Rio de Janeiro, "mandou abolil-a e queimal-a para não propagar idéas que podiam ser contrarias ao interesse do Estado". (1)

A obstinada opposição da Metropole ao estabelecimento da imprensa no Brasil determinou, em parte avultada, a persistencia de certas falhas da nossa constituição sociologica e a estabilidade relativa da nossa producção literaria em uma phase de intensa actividade mental. Só em Portugal, e só após humilhantes processos de censura prévia, era permittido aos escriptores brasileiros, bem como aos portuguezes, dar á estampa os fructos de suas meditações e estudos. (2)

« O regimen colonial do velho modelo avassallador e vampiriano, que mandara extinguir no Brasil todas as fabricas e manufacturas de ouro, prata, seda, algodão, linho e lã (aviso de 5 de fevereiro de 1785) e comminava as penas de *multa*, *cadeia*, *calceta* e *surra* aos que explorassem a cultura do arroz vermelho, da terra (bando de 29 de novembro de 1772), não podia, congruentemente, tolerar o exercicio da imprensa em as suas colonias, quando mal o consentia na Metropole. »

« Aqui só se conhecia a imprensa pela importação do estrangeiro e essa mesma fiscalizada, constrangida, reprimida e mesmo castigada, não raro, como genero perigosamente explosivo. As tentativas de acclimal-a em nosso territorio haviam sido frustradas, como afoutezas de contrabando. » (3)

(1) Moreira Azevedo.

(2) Alfredo de Carvalho — *Rev. Inst.*, 1808.

(3) Oliveira Bello — *Apont. Hist.*, 1908.

Deste modo, tendo a imprensa apparecido no Mexico, em 1520, — e foi a primeira typographia que funccionou no Novo Mundo; no Perú, em 1583; nos actuaes Estados-Unidos, em 1630; era o Brasil, quiçá, o unico paiz americano que ainda a não possuia.

Vem a notar aqui, para que pesquisadores cogitem no *porque*, que tendo sido a imprensa introduzida na India, na China e no Japão por missionarios portuguezes, principalmente por jesuitas, que imprimiram vocabularios e grammaticas em uso nos collegios de Salsette (1552), Goa (1561), Macau (1590), Amacusa (1593) e, ainda, anteriormente ao seculo XVII havendo laborado prélos, devido á mesma iniciativa, nas possessões portuguezas da Africa Occidental, como Loanda e S. Salvador, antiga capital do Congo, em nenhuma parte da Terra, por Cabral chamada da Vera Cruz, se nos antolha a existencia da imprensa, nem mesmo em Pernambuco, onde os padres da Companhia mantinham o mais vasto e sumptuoso collegio do Brasil, leccionando primeiras letras e casos de latim, e que, no dizer de Capistrano de Abreu, foi o lugar em que primeiro abrolhou a flor literaria em nossa Patria. (1)

Presentiria Portugal que a população da colonia americana era mais apta para receber e utilizar os beneficios da imprensa, que lhe trariam mais rapidamente a sua emancipação da Metropole, para a vida autonoma de nação livre ?...

(1) Alfredo de Carvalho — Obr. cit.

D. João VI

Autor do decreto de 1808, instituindo a Impressão Régia no Brasil

A IMPRESSÃO RÉGIA

A TRANSFERENCIA da Côrte portugueza para o Rio de Janeiro, em 1808, foi um acto de que provieram inestimaveis beneficios ao Brasil, e por isso o nome de D. João VI, o principe regente que o resolveu e taes beneficios praticou, será sempre de grata recordação aos brasileiros.

Não cabe aqui reeditar nem commentar a critica acerba e a condemnação severissima com que o criterio historico portuguez tem registrado a resolução do principe regente, transferindo, nas circumstancias em que o fez, a séde do seu governo para a possessão americana; do ponto de vista brasileiro, a que a natureza deste trabalho nos restringe, somos forçados a proclamar que parte dalli o desenvolvimento do nosso progresso nos diversos ramos da actividade humana, por uma série de actos que a Côrte, de sua boa espontaneidade, systematicamente, foi praticando.

A despeito de quaesquer falhas, tinha D. João VI intelligencia lucida, rectidão espontanea de juizo, uma alma compassiva, o anceio de fazer contentes e felizes e o tino previdente que acertava na escolha de seus ministros, de cujos conselhos e indicações sabia utilizar-se. Foi, no Brasil, um rei popular e bem querido. "... a indole bondosa, justiceira e liberal do homem, ainda que estorvada e desmentida, não raro, pelos preconceitos e fraquezas do rei, tudo concorreu a tornar auspicioso á evolução social do Brasil o periodo historico de 1808 a 1821".

« Ajudado da fecunda actividade de alguns estadistas portuguezes, o marquez de Aguiar, os condes de Linhares, da Barca, dos Arcos, Villa Portugal e outros, cujo talento de organização feneceria, talvez, em sua terra natal, constrangido e abafado pela angustia do meio politico, que a tradição de um longuissimo passado de absolutismo tornara safaro ás reformas, mas que, em uma sociedade nova, livre dos preconceitos e da inercia conservadora, se sentiam estimulados a construir, á porfia, a estructura de uma civilização tambem nova, o principe regente assignalou o seu governo com um complexo de institutos e melhoramentos, raras vezes realizados em tão breve prazo.

O regime colonial abolido; o Brasil elevado á categoria de reino unido a Portugal; a unidade politica constituida em tempo ainda de acautelar do parcellamento a futura nacionalidade; a abertura dos portos ás nações amigas; a relativa liberdade assegurada ás industrias fabris e manufactureiras para nacionaes e estrangeiros; a protecção a essas industrias incipientes, mediante isenção de direitos ás materias primas e aos productos exportados; concessão de premios e medalhas aos que acclimassem no Brasil e promovessem a cultura de plantas uteis; a dispensa do serviço militar aos empregados e agentes de fabricas; a garantia privilegiada aos inventores de novas machinas serviçaes; a fundação da imprensa, de uma escola anatomico-cirurgica e medica, um laboratorio chimico, Instituto Vaccinico, Academia de Bellas Artes, Academia de Guardas-Marinha, Jardim Botanico, o Banco do Brasil, um museu nacional, repartição de contadoria, para fiscalizar as despesas dos diversos ramos da administração naval,

uma fabrica de polvora, um hospital e archivo militar, o Desembargo do Paço e a Mesa de Consciencia e Ordens, Casa da Supplicação, equiparada á de Lisboa, a Fabrica de Ferro de Ipanema, a reorganização do Erario Régio, a extincção das mesas de inspecção, que empeciam o commercio e a lavoura, concentrando-se a direcção dos negocios respectivos em uma Junta Real de Agricultura e Navegação; a abertura de estradas communicando o Rio de Janeiro com as capitanias; o inicio da colonização estrangeira e da instrucção popular; o alargamento notavel da área urbana da cidade, etc., eis ahi o indice abreviado da vasta obra administrativa.

O activo é esse; o passivo, que historiadores nacionaes justiceiramente lhe contrastem.

Restará, porém, um saldo credor, e não somenos á memoria de D. João VI; elle promoveu, não impediu ou deixou fomentar a maturação da Independencia do Brasil; a tyrannia implacavel e a prosecução do abandono atrophiador poderiam ter determinado o mesmo resultado, pela reacção virtual da consciencia popular, mas, fortalecendo as energias do Brasil na gestação da nacionalidade, abreviou-lhe um estadio á sua evolução e fel-o crescer melhor apparelhado, mais forte, do lance do nascedouro social.

Não nos constrangemos em louvar um rei, mesmo do antigo regimen colonial, quando o mereça; a Republica é já, de si, bastante forte para não se sentir obrigada a ser injusta retrospectivamente, por meticuloso e vão preconceito de puritanismo. » (1)

Dentre os actos prestativos do governo de D. João VI ao progresso brasileiro, impõe-nos especial menção, pela indole deste trabalho, um dos primeiros, aquelle que fundou a imprensa official no Rio de Janeiro.

Fôra ella até então vedada á colonia brasileira, mas como a feição do regimen politico ia mudar, para melhores franquias, era o proprio principe regente que — por um desses contrastes historicos — tinha de fundar a imprensa no Brasil.

(1) Oliveira Bello — Obr. cit.

Prompto, a 13 de maio de 1808, foi expedido o seguinte decreto, instituindo a Impressão Régia:

« Tendo-me constado que os prélos, que se acham nesta capital, eram destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra; e attendendo á necessidade que ha da Officina de impressão nestes meus Estados, sou servido que a casa onde elles se estabelecerem sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomaticos que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço, e se possam imprimir todas e quaesquer obras, ficando inteiramente pertencendo seu governo e administração á mesma Secretaria.

D. Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da officina a maior extensão e lhe dará todas as instrucções e ordens necessarias e participará a este respeito a todas as estações e que mais convier ao meu real serviço.

Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808. Com a rubrica do Principe Regente, Nosso Senhor. »

Os prelos a que allude o decreto e os typos que iam servir, ao inicio da arte typographica no Brasil, tinham sido adquiridos em Londres para a Secretaria dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, de Portugal, e vieram, por ordem do conde da Barca, em a nau *Meduza*, uma das naves da frota que transportou a Côrte portugueza.

Em 24 de junho expedia o ministro Rodrigo Coutinho um aviso dando instrucções quanto "á ordem a seguir na publicação das obras a sahir dos prelos da mesma Impressão Régia" e nomeando José Bernardes de Castro, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa para "a direcção que deve regular o estabelecimento, na fórma e modo

das instrucções provisorias, para o regimento da Impressão Régia, que foram expedidos na mesma data".

A 26 de julho do mesmo anno tiveram estas instrucções um additamento, em que o principe regente mandava declarar ser um dos seus principaes intentos, fundando a Impressão Régia — crear facilidade á diffusão da instrucção publica.

No mesmo dia de sua fundação a Impressão Régia publicou, em homenagem ao anniversario natalicio de S. A. o principe regente, a primeira obra, cujo titulo foi assim posto:

« Relação dos despachos publicados na côrte | pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra | no faustosissimo dia dos annos de S. A. R. | o principe regente N. S. | E de todos os mais que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. nos Estados do Brasil até o dito dia | Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808. | Na Impressão Régia. | Vende-se na Loja de Manoel Jorge da Silva | Livreiro na Rua do Rosario | in-fol. de 27 pp. num. »

Nenhum valor intrinseco poderia merecer esta simples relação de despachos; mas com o tempo foi ella ganhando um curioso merito historico, por ter sido o primeiro trabalho impresso pela nossa primeira officina typographica.

Cabe aqui, como nota dos tempos, a consignação dos vencimentos de alguns funccionarios da Impressão Régia. Por decreto de 19 de outubro de 1808, foram nomeados um escripturario e um escrevente apontador, com os ordenados annuaes de 250$ o primeiro, e 200$ o segundo.

Em setembro do mesmo anno, no dia 10, foi publicado o primeiro numero da *Gazeta do Rio de Janeiro*, de propriedade dos officiaes da Secretaria dos Negocios Estrangeiros

e da Guerra; e redigida por fr. Tiburcio José da Rocha, e que foi o primeiro jornal que se publicou no Brasil, seguindo-lhe, em 1813, *O Patriota*, com a primazia de ter sido o iniciador do jornal propriamente literario, no Rio de Janeiro.

Nelle collaboraram o marquez de Maricá, o visconde da Pedra Branca, Xavier de Brito, José Bonifacio, Silva Alvarenga, Silvestre Pinheiro e outras notabilidades. Durou apenas dous annos.

Além dos actos officiaes, a Impressão Régia publicou, nos primeiros annos, pequenas obras — congratulações, odes, actos ecclesiasticos, diatribes contra Napoleão, memorias sobre acontecimentos contemporaneos, compendios didacticos, etc., e do meio dellas algumas obras de merecimento real, como *Observações sobre o commercio franco, no Brasil*, por José da Silva Lisboa (visconde de Cayrú), e *Ensaios Moraes*, de Alexandre Pope, traducção do conde de Aguiar.

Em 1810 imprimiu *A Marilia de Dirceu*, de Thomaz Antonio Gonzaga, e o poema *Uruguay*, de José Basilio da Gama, em 1811.

Já em 1821 a imprensa jornalistica assumia rapido desenvolvimento, e toda ella, no Rio de Janeiro, soccorreu-se da Impressão Régia emquanto não surgiram outras typographias.

Em outras regiões do Brasil, então e posteriormente, começou a imprensa a apparecer.

De um officio do presidente da Junta Directoria da Impressão Régia vê-se que em 1810 havia imprensa na Bahia,

onde foram reimprimidos tratados entre a Inglaterra e o principe regente, com infracção dos privilegios da Régia Officina. Em 1816 tentou-se em Pernambuco estabelecer uma typographia.

Em S. Paulo foi mais retardada essa iniciativa, que só veiu depois da Independencia. Em portaria do ministro da Fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, paulista, mandou-se erigir um estabelecimento typographico naquella Provincia, remettendo-se, para tal fim, um prélo, typos e o mais necessario e dous habeis officiaes, um de composição e outro de impressão.

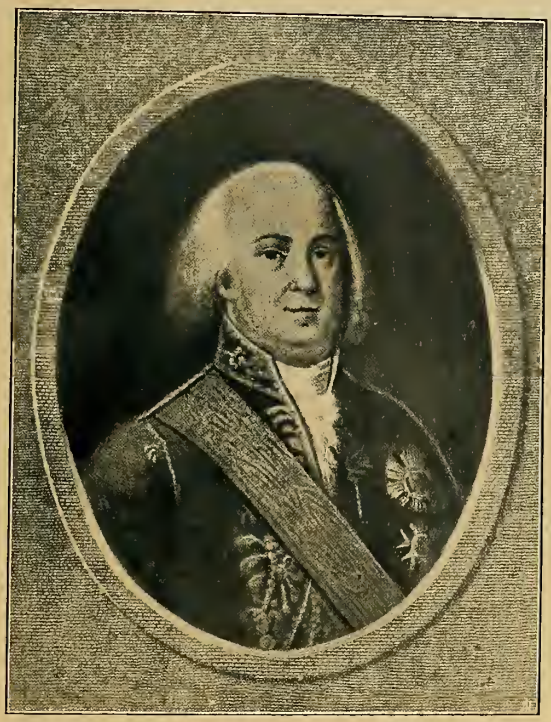
Foi o ponto de partida da introducção da imprensa na Paulicéa essa ordem de janeiro, executada em março de 1823.

Valle Cabral dá a seguinte producção dos prélos da Officina Régia até a Independencia, afóra outros trabalhos de menor valia:

Annos	Obras
1808	37
1809	62
1810	99
1811	70
1812	61
1813	30
1814	24
1815	43
1816	46
1817	44
1818	40
1819	44
1820	41
1821	242
1822	290

A Impressão Régia não conservou por muito tempo essa denominação; alguns annos após sua fundação já a ella se referem documentos officiaes por estes diversos titulos — Régia Officina Typographica, Real Officina Typographica, Régia Typographia, Imprensa Régia, Imprensa Nacional, Typographia Nacional, e outra vez, *ex-vi* do decreto de 25 de abril de 1821, Imprensa Nacional, que ainda conserva.

De como se desenvolveu esta instituição até a prosperidade presente vê-se em outros capitulos deste livro.



CONDE DE LINHARES

Referendario do decreto de 13 de maio de 1808

A CENSURA ATÉ 1822

Os actos humanos jámais surgem de ponto em branco, como a Minerva. Nitidos que pareçam, trazem sempre uma jaça qualquer que lhes desfigura a essencia.

O decreto régio de 13 de maio de 1808, que instituiu officialmente a imprensa no Brasil, acto liberalissimo e de progresso, teve a toldar-lhe a promessa, tornando-lhe pêcos os fructos, as instrucções provisorias de 24 de maio do mesmo anno, para o regimen da Impressão Régia.

Essas instrucções crearam a censura prévia, com a qual é incompativel a liberdade de imprensa.

Muito embora o decreto, instituindo a imprensa, dissesse... "onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomaticos que emanarem de qualquer

repartição do meu real serviço, *e se possam imprimir todas e quaesquer obras*", as instrucções, por sua vez, creando a Junta Directora da Impressão, davam-lhe a incumbencia de — *examinar os papeis e livros que se mandasse publicar e de fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o Governo e os bons costumes.*

Frei Antonio de Arrebidas, padre João Mansoni, Luiz J. de Carvalho e Mello e José da Silva Lisboa foram nomeados censores, a 24 de junho daquelle anno, para o exame das obras destinadas á Impressão, que precisavam ainda passar pela Mesa do Desembargo do Paço e alcançar licença da Secretaria de Estado.

A policia zelava pela execução da censura, como se vê deste edital do intendente geral, afixado nos lugares publicos em 1809:

« Paulo Fernandes Vianna, do Conselho de S. A. R., Fidalgo cavalleiro de S. R. Casa, professo da Ordem de Christo, Desembargador do Paço e Intendente Geral da Policia da Côrte e Estado do Brasil, etc. Faço saber aos que este Edital virem que, importando muito á vigilancia da Policia, que cheguem ao seu conhecimento todos os avisos, e noticias impressas, que se afixam ao publico *ácerca de livros e obras estrangeiras*, que se procuram divulgar, muitas vezes sem procurarem a approvação das Autoridades a quem o Principe Regente N. S. tem confiado esta particular inspecção, fica de hoje em diante prohibida a liberdade, que se tem arrogado abusivamente os que fazem semelhantes publicações; e todo que tiver de dar noticias de obras, escriptos estrangeiros, impressos, ou não impressos, deverão primeiro trazer estes avisos ou annuncios á Secretaria Geral da Policia, para nella serem vistos e examinados, *e se lhes permittir esta liberdade* e conhecer-se se tem ou não obtido a approvação indispensavelmente necessaria. E os que o contrario fizerem ou sejam nacionaes ou estrangeiros, *serão presos na cadeia publica, e pagarão de pena duzentos mil réis*, além das mais que se impoem aos que procuram quebrantar a segurança publica; para o

que haverá *inquirição aberta* em que se conheça dos transgressores, e se admittirão *denuncias em segredo*. Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1809. — *Paulo Fernandes Vianna.* »

Uma amostra de como era concedida a indispensavel licença para imprimir, dá-nos o seguinte aviso:

« El rei nosso Senhor He servido que na Regia Officina Typographica se imprima o Manuscripto intitulado *Memoria Topographica e Historica dos Campos de Goytacases* com a sua Dedicatoria ao mesmo Senhor, que a essa Officina ha de apresentar o Desembargador do Paço, Intendente Geral da Policia; fazendo-se a impressão á custa do seu Author, José Carneiro da Silva.

O que Vmce. fará presente na Junta Directoria da mesma Regia Officina para que assim se execute. Deus Guarde a Vmce. Paço, em 11 de maio de 1819. — *Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal.* »

Vê-se da data deste aviso que o anterior, de 19 de julho de 1815, nada ou pouco alliviou o rigor da censura autorizando a junta a *mandar* imprimir, por seu despacho, os manuscriptos que por sua natureza não forem objecto de censura, como por exemplo: *annuncios, escriptos de convite, letras de cambio e outros semelhantes papeis*, e que todas as *obras jámais se possam dar ao prélo sem precederem as licenças ordenadas.*

A prohibição radical, primeiro, e, depois, as ferreas travas da censura afugentaram para o estrangeiro os nossos publicistas, que lá iam encontrar a liberdade de imprensa que aqui lhes era negada.

Hypolito José da Costa Pereira, antes mesmo do estabelecimento da Impressão Régia no Rio de Janeiro, man-

tinha já em Londres o seu *Correio Brasiliense*, que se prolongou por muitos annos de publicidade. Dando noticia em o seu jornal da proxima installação da Impressão Régia, usou de phrases como estas:

« O mundo talvez se admirará que eu vá enunciar como uma grande novidade que se pretende estabelecer uma imprensa no Brasil; mas tal é o facto. Começara o seculo XIX, e ainda os pobres brasileiros não gosavam dos beneficios que a imprensa trouxe aos homens... Tarde, desgraçadamente tarde; mas emfim apparecem typos no Brasil; e eu de todo o meu coração dou os parabens aos meus compatriotas brasilienses. »

Ainda em 1819, em março, ponderava o *Correio Brasiliense*:

« A difficuldade de publicar estas obras periodicas no Brasil, já pelo entrave da censura prévia, já pelo perigo a que os redactores se exporiam, fallando livremente das acções dos homens poderosos, fez cogitar o expediente de imprimir semelhantes obras em paizes estrangeiros. A França e a Inglaterra foram principalmente os pontos de reunião destas publicações, desde a época em que a familia real passou a ter a sua residencia no Rio de Janeiro. »

Aberto este canal, pode dizer-se que se estabeleceu a liberdade de imprimir para o Brasil, posto que não no Brasil.

«O governo absoluto deu o que coherentemente podia dar: uns prélos sem liberdade; mas a imprensa, no seu conceito integral, tinha de esperar por uma revolução politica para constituir-se. » (1)

Essa revolução não se fez esperar muito, e veiu, em Portugal, em 1820.

(1) Oliveira Bello — Obr. cit.

Nas *Proclamações das Côrtes Geraes e Extraordinarias da Nação Portugueza aos habitantes do Brasil* lê-se, em relação á imprensa, esta emphatica declaração:

« A liberdade de imprimir, esta irmã gemea da liberdade civil e politica, esta filha querida dos governos representativos, é hoje o primeiro e mais apreciavel direito do cidadão portuguez. »

Tão formal condemnação dos vexames á imprensa, obrigou o rei a transigir pelo decreto de 2 de março de 1821, que suspendeu a censura prévia, "emquanto pela Constituição commettida ás Côrtes de Portugal se não acharem reguladas as formalidades, que devem preencher os livreiros e editores. . ."

O decreto, porém, termina mandando observar disposições que eram a propria negação da liberdade concedida, creando embaraços e despesas ao editor e ao autor, comminando penas de multa e prisão e até de confisco das obras apprehendidas. Um verdadeiro embuste, e por isso insubsistente.

E, de facto, o aviso de 28 de agosto do mesmo anno o confessou, pondo por terra a censura prévia.

Eis os seus termos:

« Tendo Sua Alteza Real em consideração quanto é injusto que, depois do que se acha regulado pelas Côrtes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portugueza, encontrem os autores ou editores inesperados entraves á publicação dos escriptos que pretendem imprimir: é o mesmo senhor servido de mandar que se não embarace por pretexto algum a impressão, que se quizer fazer de qualquer escripto, devendo unicamente servir de regra o que as mesmas Côrtes têm determinado sobre este objecto. »

Entretanto, ainda em janeiro de 1822 surgiu uma tentativa de restricção á liberdade de imprensa. A lei que a instituira, no art. 6º, responsabilizava, nos casos abusivos, os autores ou editores de escriptos e, na sua falta, os impressores. A Junta Directoria, não querendo carregar com abusos, porventura praticados, ordenou ao administrador da Impressão que jámais fizesse compor ou imprimir obra alguma sem que junto ao original viesse, reconhecida pelo tabellião publico, a assignatura do respectivo autor ou editor, exigencia que, levada ao conhecimento do Governo, foi por elle approvada.

A portaria restrictiva, de janeiro de 1822, expunha assim o seu motivo: "... constando ao mesmo senhor que no escripto intitulado *Heroicidade Brasileira* se lêm proposições não só indiscretas, mas falsas, em que se acham estranhamente alterados os successos ultimamente acontecidos, *ha por bem que a referida Junta suspenda já a publicação do dito papel e faça recolher os exemplares que já estiverem impressos*, para que não continue a sua circulação".

Quatro dias depois, mudado o ministerio e nomeado José Bonifacio ministro do Reino, foi annullada aquella portaria por esta outra que segue, e que deu o golpe mortal na censura prévia:

« Porquanto algum espirito mal intencionado poderia interpretar a portaria expedida em 15 do corrente, pela Secretaria dos Negocios do Reino á Junta Directoria da Typographia Nacional, e publicado na *Gazeta* de 17, em sentido inteiramente contrario aos liberrimos principios de Sua Alteza Real, e á sua constante adhesão ao systema

constitucional : manda o Principe Regente, pela mesma Secretaria de Estado, declarar á referida Junta que não deve embaraçar a impressão dos escriptos anonymos, pois pelos abusos que contiverem deve responder o autor ainda que o seu nome não tenha sido publicado ; e na falta deste o editor e impressor, como se acha prescripto na lei que regula a liberdade da imprensa. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1822. »

Extincta a censura prévia e proclamada a liberdade da imprensa, o jornalismo desabrochou exuberante para as lides da Independencia e das liberdades publicas, que serviu com denodo e ardor.

Só no Rio de Janeiro, pouco antes e depois da Independencia, mais de vinte jornaes eram publicados; nas provincias desenvolvia-se tambem o jornalismo.

Estava aberto o vasto campo da publicidade.

Imprensa Nacional construida em 1877

SÉDES ANTERIORES
EDIFICIO PROPRIO

INAUGUROU-SE a Impressão Régia no pavimento terreo da casa de n. 44 da rua do Passeio, casa adquirida em 1810, pelo Conde da Barca e onde, posteriormente, funccionou a Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça.

Pela deficiencia de commodidades, reclamadas pela Junta Directoria, pouco tempo depois foram as officinas transferidas para a rua dos Barbonos [1], hoje Evaristo da Veiga, occupando as casas que fazem esquina com a rua das Marrecas, do lado do Quartel da Brigada Policial, e onde esteve até á Independencia. Este edificio póde ainda ser visto, pois não tendo sido siquer reconstruído, alli demora como dantes era.

(1) Escrevia-se "Barboneos", nome dado pelo povo aos frades barbadinhos, que por ahi desciam do morro de Santo Antonio.

Em officio de 20 de novembro de 1822, propunha a Junta ao Ministro da Fazenda a mudança de casa para a Imprensa Nacional, que desde principios de setembro do anno anterior passara a denominar-se assim. Nesse officio manifestava a Junta tambem a aspiração de poder a Imprensa installar-se em *casa feita de proposito* aos seus fins, expressando-se por esta fórma:

« Achando-se a casa que serve de Typographia Nacional muito arruinada e hoje com o levantamento do quartel fronteiro ás janellas da casa de composição menos propria para aquelle effeito, não pode a Junta Directoria da mesma Typographia deixar de levar ao conhecimento de V. Ex. para o fazer presente a Sua Magestade Imperial a necessidade que ha de se remover o estabelecimento para outro local. O mesmo Augusto Senhor havia desde muito destinado para este emprego as casas que foram do conde da Barca, que se acham pagas pelo Thesouro Publico, cuja adjudicação estorvou emquanto aqui esteve no Conselho de Fazenda o irmão daquelle conde; mas o caso é que não obstante a sua sahida ha muitos mezes, ainda se acham as cousas por ultimar, pelo que pertence á Typographia, e de mais habitadas pelo procurador geral da Provincia Cisplatina. Si quaesquer casas podessem servir para este estabelecimento poderia a junta, como V. Ex. já ordenou a um de seus membros, procural-as, mas, apesar de grandes diligencias que se têm feito, não se acham com as circumstancias requeridas; pois a não ser uma casa feita de proposito para esse fim, só em uma que apresente tanta frente como aquella, recebendo luz por todos os lados. »

Em 28 de dezembro foram entregues á Junta as chaves daquellas casas e em 1 de fevereiro de 1823, apesar da resistencia do padre José Francisco de Souza, que pretendia ser dellas dono, a installação estava terminada.

Tres mudanças mais teve a Imprensa Nacional antes de seu definitivo estabelecimento no predio proprio, onde

actualmente funcciona, e para a qual foi transferida em julho de 1878.

Em 1831, foi a Typographia occupar algumas salas da Academia de Bellas Artes; em 23 de abril de 1836, passou a funccionar no pavimento inferior da Camara dos Deputados, na rua da Misericordia; e deste alojamento mudou-se a Typographia, em outubro de 1860, para o predio nacional, rua da Guarda Velha, contiguo á Secretaria do Imperio, hoje Lyceu de Artes e Officios.

Apesar das deficiencias de seu apparelhamento, a Imprensa Nacional se desenvolvia e attrahiu a sua utilidade a attenção do Governo.

Desde 1841, o ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois marquez de Abrantes, estabelecia a fundição de typos, já autorizada, e um seu relatorio de 1843 salientava o progresso da officina de imprimir, elogiava o accrescimo da receita e propunha varios melhoramentos.

A lei n. 2.348, de 25 de agosto de 1873, autorizava, no art. 7°, a reforma do estabelecimento, para melhoral-o; entretanto, em maio do anno seguinte, o ministro da Fazenda, visconde do Rio-Branco, declarava ao Parlamento que ainda não tinha podido realizar essa reforma, e *que nem era possivel executal-a conservando as officinas no acanhado e improprio edificio em que se achavam*. E accrescentou:

«E' indispensavel começar pela construcção de uma casa capaz de prestar-se aos melhoramentos que convém introduzir. »

Ainda em 1875, reiterou o visconde as suas razões do anno anterior pelas quaes não tinha podido effectuar a

reforma definitiva da Typographia, occupando-se entrementes em organizar o regulamento para vigorar logo que a Imprensa se installasse no novo edificio.

Já então mandara o mesmo ministro levantar a respectiva planta e orçamento pelo engenheiro das obras do seu departamento, Dr. A. de Paula Freitas, que avaliou o custo das officinas e armazens em cerca de 144:000$; e de um sobrado na parte posterior do edificio, com 66 m. de extensão, em 150:000$000.

Munido desses elementos preliminares e indispensaveis á execução da obra, o ministro ordenou o seu começo immediato no terreno quasi fronteiro á então Secretaria do Imperio, ao lado da qual estava, em mesquinha casa, a Typographia.

O terreno occupado pelo actual edificio da Imprensa Nacional era, em sua maior parte, proprio nacional, e as desapropriações que o completaram foram apenas de poucos predios sem maior valor, que tomavam a frente, e mais uma faixa ao fundo, medindo o todo 89,20 m. de frente, 92,60 m. do lado do Theatro Lyrico, 101,40 m. do lado da Carioca e 76 m. no fundo.

Ia, pois, cessar de vez, para as officinas da Imprensa Nacional a perturbante peregrinação de mais de meio seculo por edificios de emprestimos e inadequados ao seu mistér.

Coube ao visconde do Rio-Branco a gloria de haver batido a pedra fundamental do grande edificio, e ao barão de Cotegipe, que o succedeu na pasta da Fazenda, a satisfação de o haver proseguido e ultimado, concretizando o plano de seu antecessor.

E' o que commemora esta inscripção que se lê ainda sobre a porta de entrada para as officinas:

SOB O REINADO DE S. M. O SENHOR D. PEDRO II
FOI COMEÇADO ESTE EDIFICIO A 26 DE AGOSTO DE 1874,
SENDO MINISTRO DA FAZENDA O VISCONDE DO RIO-BRANCO,
CONTINUADO E CONCLUIDO A 31 DE DEZEMBRO DE 1877,
SENDO MINISTRO DA FAZENDA O BARÃO DE COTEGIPE
SEGUNDO O PLANO E SOB A DIRECÇÃO DO ENGENHEIRO
DR. A. DE PAULA FREITAS.

As condições necessarias aos fins do edificio foram attendidas na construcção: as officinas, para os effeitos da luz e da aereação, foram postas em quatro alas parallelas, entre pateos, para os quaes abriram-se vastas e abundantes janellas, tendo ainda na cobertura um systema de sobreaguas, dando ventilação de ambos os lados dos salões. Essas officinas eram ligadas entre si por outras transversaes, de modo a facilitarem o movimento operario e a sua fiscalização. Nesses pavimentos terreos foram tambem collocadas as machinas e depositos de materiaes.

A fachada do edificio, assobradado na frente, obedeceu ao estylo gothico do modelo inglez.

Houve empenho em empregar na construcção materiaes de natureza e industria nacionaes: a pedra foi extrahida da pedreira de S. Diogo; a ceramica, da fabrica Polonio, de Botafogo; a madeira de lei, das nossas florestas; os objectos de ferro, das fabricas Moreira & Comp. e Rohe Irmãos; o mobiliario forneceram-n'o Moreira & Comp.

As despesas com a construcção, compra de machinas e mobiliarios importaram em 1.000:592$982, detalhadas na demonstração abaixo:

1874-1875

Obras do contracto.....	96:612$780	
Material fornecido por diversos.	3:570$000	
Custo, frete e seguros de machinas e outros objectos...	36:167$336	136:350$116

1875-1876

Obras do contracto.....	169:571$440	
Material fornecido por diversos.	38:381$650	
Custo e remessa de machinas, etc.	20:045$704	
Compra de diversas casas para abertura da rua Guarda Velha.....	62:700$000	290:698$794

1876-1877

Obras do contracto.....	294:971$296	
Material fornecido por diversos.	72:776$573	
Machinas fornecidas pela Companhia Ponta da Areia.....	24:500$000	
Machinas fornecidas por Alberto Henschel.....	16:000$000	
Custo e remessa de machinas, conforme o balanço de Londres.....	7:954$111	416:201$980

1877-1878

Obras do contracto.....	34:071$720	
Material fornecido por diversos.	117:221$802	
Companhia Ponta da Areia, pelos tubos e bombas, para as machinas.....	6:048$570	157:342$092
		1.000:592$982

RÈSUMO

Edificio.....	855:686$261
Pintura.....	15:873$000
Encanamento de gaz.....	12:945$000
Machinas.....	110:715$721
Mobilia.....	5:373$000
	1.000:592$982

Não será exaggerado dizer, com Oliveira Bello, que o custo deste predio nacional, já em 1908, era talvez do dobro das despesas feitas até 1878, acima demonstradas, tendo em vista os accrescentamentos e melhoramentos nelle realizados e acquisições e installações de machinismos modernos e aperfeiçoados, a bem de attender a procura, cada vez maior, da Imprensa Nacional, para as publicações officiaes e mesmo para as de caracter particular.

Esse accrescimo da producção e, logo, do pessoal operario, exigiram as ampliações que se foram fazendo no predio.

A lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, consignou a verba de 50:000$ para a construcção de um primeiro pavimento sobre as quatro alas centraes, onde funccionava a composição.

Em 1905, aliás com a planta e orçamento organizados, apenas *apressou-se* a conclusão das obras de uma nova sala para a qual passou parte da composição e a secção de revisão.

Sómente em 1907 foram terminadas as obras do segundo pavimento das alas e mais daquella que as liga entre si.

Não poderiamos repetir hoje com justiça as considerações que em 1904 o director geral, Dr. Floresta de Miranda, expoz em seu relatorio sobre a insufficiencia do edificio para os misteres de seu destino. Dizia elle então:

« Este edificio, construido em 1877 para receber um pessoal de 170 operarios, não pode comportar os 883 que hoje tem.

Não se comprehende que no mesmo local em que foram preparados 12.129.160 exemplares de trabalhos graphicos, sejam preparados 22.821.944. O alvitre parece ser o erigir-se novo edificio, por exemplo, na Avenida Central, ou demolir o Theatro Lyrico para, no terreno, prolongar-se a Imprensa Nacional. »

Essa idéa de erigir novo edificio para o estabelecimento da Imprensa Nacional, resurgiu ainda após o devastador incendio de 15 de setembro de 1911, que abrangeu todo o edificio, e desta vez com o apoio do ministro da Fazenda.

Felizmente venceu a resolução de conservar o local, que offerece todas as commodidades aos serviços e, pela sua posição central, facilidades ás relações da Imprensa com todos os departamentos officiaes.

As razões apresentadas em 1904, da insufficiencia do edificio para o pessoal operario e para a producção, que acima registramos, já em 1907 eram insubsistentes, pois o pessoal neste anno elevou-se a 1.128, durante os trabalhos do Congresso, passando para o anno seguinte em numero de 1.036; e a producção foi a mais de 30.000.000 de exemplares graphicos, afóra grande somma de productos de outras especies.

Presentemente, por accrescimos de construcções e melhores adaptações de suas secções de trabalho, o edificio basta completamente aos seus fins, preenche sufficientemente as reclamações de todos os serviços.

A construcção nova em que funcciona o almoxarifado e outras menores, e o aproveitamento das partes destinadas ás residencias do director e do porteiro, desafogaram bastante o ambito da laboração.

E tanto assim é que a Imprensa Nacional pôde ainda ceder á Caixa Economica do Estado uma das suas salas, em que está funccionando uma secção da mesma Caixa.

Quando acima nos referimos ao custo do edificio, restringimol-o ao anno de 1908, salvando assim do computo o enorme augmento de despesas com as reparações dos damnos causados pelo incendio de 1911.

Hoje o custo do edificio representa quiçá o quadruplo, ou mais, do primitivo valor.

Mas o avultado custo actual do vasto edificio e das installações das suas aperfeiçoadas officinas, é sobejamente compensado pela somma de serviços publicos que a Imprensa vem prestando desde tempos.

Imprensa Nacional em 1922

ADMINISTRAÇÕES E DIRECTORES

A IMPRESSÃO RÉGIA teve por inicial administração uma directoria de tres membros. O ministro Souza Coutinho, em aviso de 24 de junho de 1808, dirigido a José Fernandes de Castro, declara os nomeados e as attribuições que lhes eram conferidas. Esse aviso dizia que:

« tendo o principe regente resolvido, emquanto não dá maiores e mais solidas providencias, organizar interinamente a Impressão Régia, tanto no que toca ao economico do mesmo estabelecimento, como á ordem que se deve seguir na publicação das obras que hão de sahir dos prélos, nomeava-o para que, com os deputados das Mesas de Inspecção do Rio de Janeiro e Bahia, o Dr. Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, formarem a direcção que deve regular o estabelecimento, na fórma e modo das instrucções provisorias para o regimento da Impressão Régia expedidas na mesma data. »

Subordinada á Secretaria dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, a direcção assim composta dos tres deputados,

desde logo foram nomeados mais os seguintes funccionarios: um escripturario, um escrevente e apontador, e um porteiro, fiel e comprador.

Em caracter provisorio, uma nova organização foi dada ao estabelecimento. O decreto de 17 de fevereiro de 1815 passou a administração da Real Officina e da Fabrica de Cartas de Jogar ao presidente do Real Erario, e creou uma Junta Directoria, composta de quatro vogaes ou deputados, vencendo cada um. 240$ por anno, pagos pelo cofre da Fabrica de Cartas e mais 5 % do seu rendimento liquido.

Dessa Junta fizeram parte os tres deputados que já serviam na direcção, e mais Silvestre Pinheiro Ferreira.

Tendo pedido demissão do cargo de director da Impressão o Dr. Mariano da Fonseca, foi, em 11 de abril de 1815, nomeado para substituil-o o tenente-coronel José Saturnino da Costa 'Pereira, accumulando as funcções de revisor e de thesoureiro.

Por decreto do dia seguinte creou-se o cargo de administrador, e para elle foi nomeado Antonio Pedro Henrique de Mello. Nesse mesmo dia, 12 de abril, accrescentou-se ao pessoal um almoxarife, sendo provido no cargo Joaquim José da Rocha.

Deste modo, ia-se realizando a discriminação dos trabalhos que as necessidades de ordem e fiscalização exigiam.

Em 1830, a 7 de dezembro, foi extincta a Junta Directoria, passando a administração a cargo de um só director, e o conego Januario da Cunha Barbosa, que poucos mezes antes havia sido nomeado deputado para ella, foi

provido no novo cargo, com as mesmas attribuições que tivera na Junta.

Em 1834 foi supprimido o logar de director, ficando o administrador com as funcções que elle exercia, sendo que em 1836 o mesmo administrador accumulava tambem os cargos de recebedor, pagador, revisor e encarregado da guarda do estabelecimento.

O regulamento de 12 de março de 1840 distribuiu o serviço em quatro secções: *casa de composição, escola de composição, casa de impressão* e *armazem de impressos.*

Os funccionarios de maior graduação eram: o administrador, o guarda-livros e o amanuense, cabendo ao primeiro a revisão das provas e a responsabilidade pelos erros da impressão.

A reorganização de 1859 modificou as quatro secções e denominou-as: *de escripturação, de deposito de impressos, officina de composição* e *officina de impressão.*

O decreto n. 9.381, de 1885, reduziu as quatro secções a duas: a Central e a de Artes, composta aquella pelo escriptorio e o almoxarifado, e comprehendendo esta a typographia, impressão, serviços accessorios, fundição de typos, stereotypia e *Diario Official.*

O decreto de 21 de fevereiro de 1885, além de disposições de menor valia, realizou as seguintes alterações:

Reorganizou as officinas, de maneira a poderem ellas corresponder ás exigencias crescentes da producção;

Deu ao ajudante do administrador a attribuição de dirigir e fiscalizar as officinas, alliviando aquelle para assumptos de outra ordem;

Incorporou as officinas do *Diario* ás da Imprensa Nacional, visto como ambos os serviços eram custeados pela mesma verba;

Discriminou as attribuições do director do *Diario* das que competiam ao administrador, separando a parte intellectual da economica;

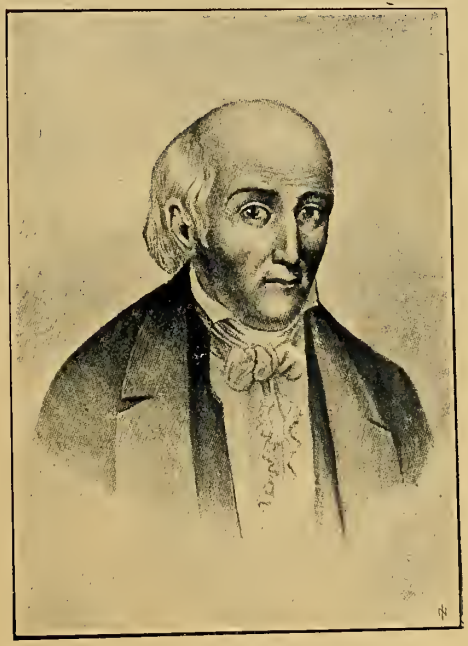
Equiparou os vencimentos do pessoal da Secção Central aos dos empregados de igual categoria no Thesouro Nacional;

Organizou o corpo de redacção do *Diario Official* de fórma mais conveniente;

Supprimiu o lugar de traductor, passando o respectivo trabalho para os auxiliares da redacção;

Creou um agente externo para todos os serviços imprescindiveis de informações e noticiario da folha.

O regulamento que actualmente rege a Imprensa Nacional, autorizado pelo decreto de 14 de novembro de 1902, manteve a distribuição dos serviços em duas secções: a Central e a de Artes, comprehendendo a primeira a *secretaria*, a *contabilidade*, a *thesouraria* e o *almoxarifado*, fazendo parte da segunda a *typographia*, comprehendendo a composição, revisão e impressão; *estamparia*, comprehendendo a gravura de differentes especies e respectiva impressão; *serviços accessorios*, comprehendendo a encadernação, cartonagem, brochuras, e fabricação de enveloppes, pautação e expedição de encommendas; *fundição de typos*, comprehendendo a fundição de typos, stereotypia, e galvanoplastia; *machinas*, comprehendendo o reparo e assentamento de machinas, motores e transmissores, carpintaria



JOSÉ DA SILVA LISBOA

(Visconde de Cayrú)

1ª E 2ª JUNTA DIRECTORIA

e obras; *Diario Official*, comprehendendo a composição, revisão, impressão, dobragem, costura, aparação e distribuição.

Foi organizado o quadro do pessoal permanente das officinas.

O director geral é o chefe do estabelecimento, com subordinação directa ao Ministerio da Fazenda.

As nomeações do director geral, do chefe da Secção Central, do thesoureiro e dos escripturarios são feitas pelo Presidente da Republica; o ministro da Fazenda, sob proposta do director, nomeia o redactor do *Diario Official*, seus auxiliares, o fiel do thesoureiro, o almoxarife e o porteiro. Os outros empregados são de nomeação do director geral.

O chefe da Secção Central é o substituto do director.

O chefe da Secção de Artes tem um ajudante na Imprensa e outro no *Diario Official*.

Sobre a parte politica do *Diario Official* o director geral entende-se directamente com o Governo.

A Imprensa Nacional, desde a fundação, tem tido as seguintes administrações:

PRIMEIRA JUNTA DE DIRECÇÃO

1808-1815

José Bernardes de Castro, portuguez.

José Mariano Pereira da Fonseca, depois marquez de Maricá, brasileiro.

José da Silva Lisboa, depois visconde de Cayrú, brasileiro.

SEGUNDA JUNTA DIRECTORIA

1815-1830

José Bernardes de Castro.

José Mariano Pereira da Fonseca.

José da Silva Lisboa.

Sylvestre da Costa Pereira, natural da Colonia do Sacramento.

Francisco Vieira Goulart.

Manoel Ferreira de Araujo Guimarães.

Januario da Cunha Barbosa.

(Os quatro ultimos substituiram os quatro primeiros nas vagas ou impedimentos).

DIRECTORES

1830-1834

Januario da Cunha Barbosa.

Francisco Chrispiniano Valdetaro.

ADMINISTRADORES

1834-1897

Braz Antonio Castrioto.

Manoel Antonio de Almeida.

João Paulo Ferreira Dias.

Antonio Nunes Galvão.

José Marques Acauã Ribeiro.

Verissimo Julio de Moraes.

Antonio Nunes Galvão (reintregrado a 15 de outubro de 1897).

DIRECTORES GERAES

1898-1908

Dr. Mario Nunes Galvão (interino).

Manoel Alves da Silva (interino).

Engenheiro Antonio B. Lopes Ribeiro Junior.

CONEGO JANUARIO DA CUNHA BARBOSA

DIRECTOR

Engenheiro Raymundo Floresta de Miranda.

Dr. Alfredo Augusto da Rocha. (1)

1909-1922

Dr. Alfredo Augusto da Rocha. (1)

Dr. Themistocles de Almeida.

Dr. Armenio Jouvin.

Dr. Manoel Eloy de Andrade.

Dr. Leoncio Correia.

Dr. Antonio Borges Leal Castello Branco.

---

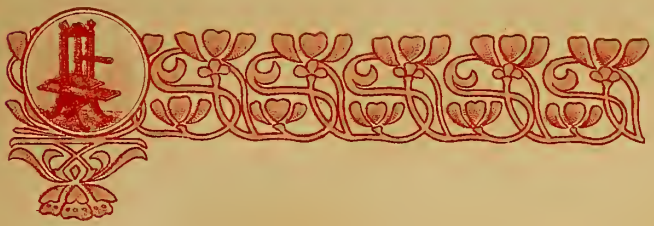
(1) O Dr. Oliveira Bello, nos seus *Apontamentos Historicos da Imprensa Nacional*, até 1908, faz o elogio do director de então, Dr. Alfredo Augusto da Rocha, enumerando os seus serviços e dando-lhe o titulo de renovador da instituição.

Salientou tambem, dentre os administradores passados, o commendador Antonio Nunes Galvão, a quem coube a installação da Typographia no edificio actual, dando immenso desenvolvimento aos serviços, creando o archivo typographico, incrementando a renda, que, sendo de 130:617$625, em 1878, attingiu, em 1898, ultimo anno de sua gestão, a 2.068:840$019.

Chamou-o, por isso, o reorganizador da Imprensa Nacional.

Dr. A. B. L. Castello Branco

Director actual



APPARELHOS E MATERIAES TYPOGRAPHICOS

Ficou dito acima que os prelos e os typos com que se iniciou a Impressão Régia no Rio de Janeiro, vieram de Portugal, trazidos pelo conde da Barca, na *Meduza*, uma das náos da frota que transportou a Familia Real e Côrte para o Brasil.

Era uma typographia modestissima, adquirida na Inglaterra pela Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, para seu especial uso, e de custo, segundo uma versão da época, de *cem libras esterlinas*.

Desde logo ficou evidente a insufficiencia desse material com que foi inaugurada a imprensa no Brasil, e já em 1809 era construido no Rio de Janeiro um prelo de

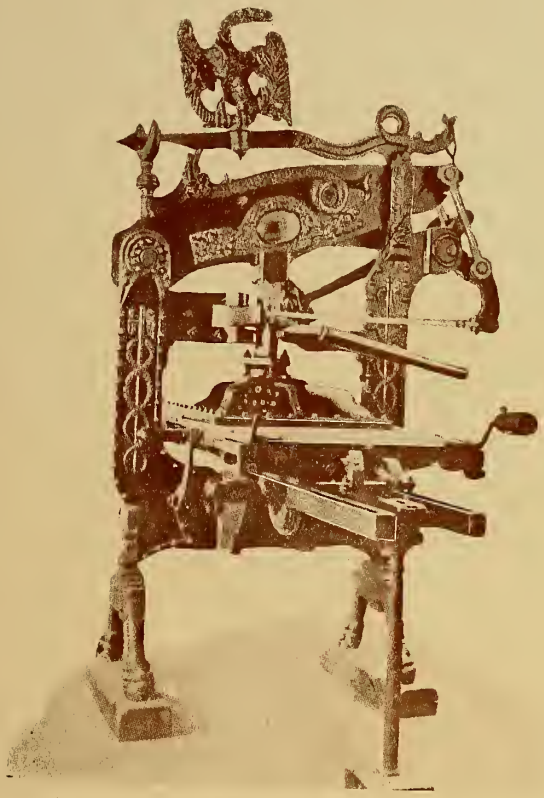
madeira para a officina, o que foi considerado um acontecimento de arte nacional.

Para commemoral-o adaptou-se ao referido prelo um pequeno padrão, que tinha no alto as armas portuguezas, e com a seguinte inscripção:

Á
IMMORTALIDADE
DO REAL E SEMPRE AUGUSTO
NOME
DO PRINCIPE REGENTE N. S.
HE DEDICADO
A
ESTREA
DO PRIMEIRO PRELO CONSTRUIDO NA AMERICA DO SUL
NO
RIO DE JANEIRO
NO ANNO DE M.DCCC.IX.

Não são completas as informações sobre o material typographico dos primeiros tempos; sabe-se, entretanto, que em 1821 a officina possuia sete prelos. Nesse mesmo anno, para attender á affluencia de trabalhos, a Junta encommendou na Europa mais tres. Ao mesmo tempo era ainda fabricado um outro prelo de madeira, *para experimentar si a industria nacional podia já dispensar a importação de fóra.*

Tinha, pois, a Imprensa, em 1822, 11 prelos, dos quaes dous estragados; em 1835, eram 10; em 1845, funccionavam nove de ferro, sendo francezes seis e inglezes tres. Neste mesmo anno adquirira o Governo um prelo mecanico, que foi o primeiro desse typo na officina, e que faz parte dos acima mencionados.



Prelo manual

Seguiu-se um longo periodo em que nenhum melhoramento se effectuou.

Foram motivos desse estacionamento, talvez, a concurrencia de outras officinas particulares, uma menor attenção do Governo e das Camaras para com a Typographia Nacional e a insufficiencia das casas occupadas, que não permittiam a montagem de outros machinismos mais efficazes e aperfeiçoados, que teriam de ser adquiridos.

Concluida a construcção do edificio proprio, em 1877, aspiração que vinha sendo manifestada desde a Junta Directoria, a installação da Typographia Nacional nelle se realizou no curso do anno subsequente.

O visconde do Rio-Branco, antes de encetar as obras do edificio, mandara á Europa o administrador João Paulo de Freitas Dias estudar os estabelecimentos congeneres, organização, methodos de ensino, materiaes, etc. Do desempenho desse encargo deu conta o administrador em seu relatorio datado de 31 de janeiro de 1875.

Com esses elementos e as vastas proporções do novo edificio o então administrador, Antonio Nunes Galvão, deu todo o seu empenho á remodelação da Typographia, realizando um desenvolvimento notavel, tanto na productibilidade como no aperfeiçoamento das obras graphicas.

Não lhe faltou para isso a verba necessaria, pois desde logo foi despendida, em machinismos aperfeiçoados, para a Impressão e secções accessorias, a importancia total de 110:715$721.

Esse apparelhamento, porém, não foi bastante, dentro em pouco, ao accrescimo de serviço, principalmente offi-

cial, que, de anno a anno, se avolumava; outras machinas iam sendo adquiridas e installadas para augmentar a capacidade productora.

Em 1889 recebeu a officina de impressão grande reforço de material; foram então montadas mais 7 machinas: 1 do fabricante *Marinoni*, denominada "Active"; 2 *Alauzet*, com capacidade, 1 para imprimir, de uma só vez, 64 paginas *in*-8º, com dous cylindros; outra de um cylindro, para formato menor; 4 pequenas, sendo 2 americanas *Liberty* e 2 *Alauzet*.

Em 1891 possuia a Imprensa 24 prelos mecanicos movidos a vapor, que imprimiam do maior ao menor formato; 17 de um cylindro, imprimindo de um só lado; 5 de dous cylindros, imprimindo de ambos os lados, e 2 de um cylindro; daquelles 17, 10 eram grandes, 2 imprimiam em duas côres; e 5 eram pequenos.

Em 1894 subsistiam os 24 prelos, discriminados pelos nomes de fabricação, assim: 10 *Alauzet*, 7 *Marinoni*, 1 *Hogenfort*, 4 *Werler*, 2 *Schusedewend*.

Accionava-os quatro motores: um Pantin, de 25 cavallos typo n. 7, caldeira multitubular; um Marshall Sons & Cª., de 12 cavallos; um de 6 cavallos; um Otto, a gaz.

Em 1902 foi adquirida uma grande machina rotativa *Marinoni*. A 31 de dezembro de 1906 possuia a officina 38 machinas de diversos modelos e para diversos fins. Em 1907 foram montadas mais tres machinas: uma, systema *Minerva*, dos fabricantes Rochestroch & Schneider, apropriada á impressão de chromos e gravuras; uma de dous cylindros *Marinoni*, para trabalhos de luxo; uma, para cortar papel.

Nesse mesmo anno, mais nove machinas foram encommendadas para impressão a branco, illustração e enveloppes.

A multiplicidade das machinas, de autores e formatos varios, explica-se pelos diversos e simultaneos serviços a executar.

Uma empresa simplesmente jornalistica poderá funccionar com uma só grande machina de imprimir, bastante ao seu unico objecto; a Imprensa Nacional é um complexo de apparelhos destinados a multiplas e variadissimas impressões, desde o *Diario Official* até ás minimas etiquetas, trabalhos de estamparia e gravura e outros serviços accessorios.

Em 1908 a electricidade reformou a força motora e de illuminação da Imprensa e do *Diario*.

A secção dos motores compunha-se de duas dependencias:

1ª, a casa das caldeiras;

2ª, a sala dos motores.

As machinas de caldeiras a vapor, a que estavam conjugados os motores electricos, desappareceram por completo de 1911 em diante, sendo, de então, toda a força motriz e illuminante fornecida pela *Light and Power*.

O numero das machinas que em 1821 era de sete prelos e quaesquer apparelhos secundarios, elevou-se a 11 em 1822, em 1891 a 24, em 1902 a 40, e em 1906 a 50.

Faltam-nos informes seguros da quantidade de machinas existentes em 1911, antes do incendio, tristemente memoravel, que nesse anno occorreu no edificio da Imprensa.

Pode-se, porém, affirmar haver sensivel accrescimo aos numeros anteriores, já pelo desenvolvimento dos trabalhos accessorios, já pela acquisição de novas machinas de impressão e composição e, entre estas, 26 linotypos, pouco antes adquiridas.

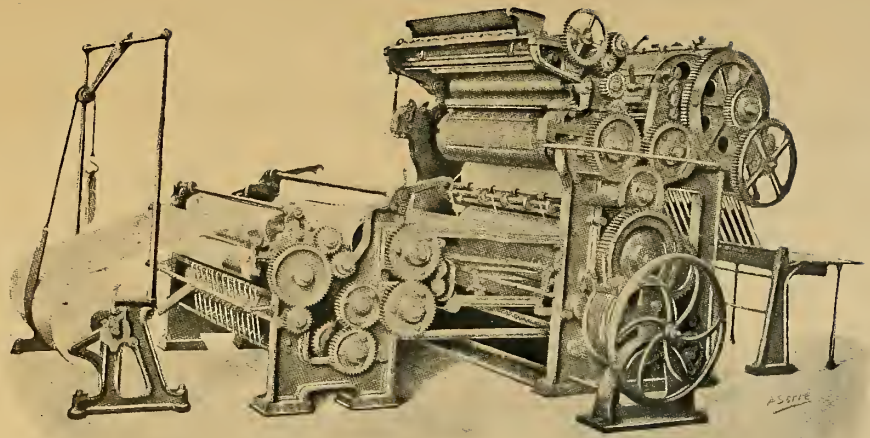
Após o sinistro, encontrámos dados exactos sobre a machinaria do estabelecimento, nos inventarios procedidos em 1913 e 1919.

Pelo primeiro, annexo ao relatorio daquelle anno, vê-se ter o estabelecimento nessa época, depois de reparadas e concertadas dos damnos soffridos, 158 machinas e apparelhos, assim discriminados: composição e impressão 59, gravura 11, encadernação e pautação 70, fundição de typos 16 e expedição 3, avaliados em 553:338$000.

O inventario de 1919 mostra a existencia de 172 machinas e apparelhos, distribuidos pelas seguintes secções: impressão e composição 60, gravura e lithographia 8, encadernação e pautação 65, *Diario Official* 22 e fundição de typos 17, no valor de 861:310$900.

O total das machinas da Imprensa Nacional, hoje, está augmentando para 177, com a acquisição das cinco monotypos, inauguradas em 10 de Setembro de 1921.

As machinas de impressão e composição são as de maior importancia, e por isso lhes fazemos as seguintes notas: as de impressão, de diversas marcas, dentre as quaes rotativas, sinão do ultimo modelo, poderosas e de grande producção, eram, em 1913, 33, e, em 1919 48; as de composição, no primeiro inventario, constavam de 25 linotypos; no segundo, 1919, estavam reduzidas a 12.



Machina rotativa JOAQUIM MURTINHO

CONTADORIA C. REPUBLICA
BIBLIOTECA
N.º

As *Marinoni* tiveram a sua entrada na Imprensa Nacional em 1878.

Em 1902 montou-se a primeira rotativa.

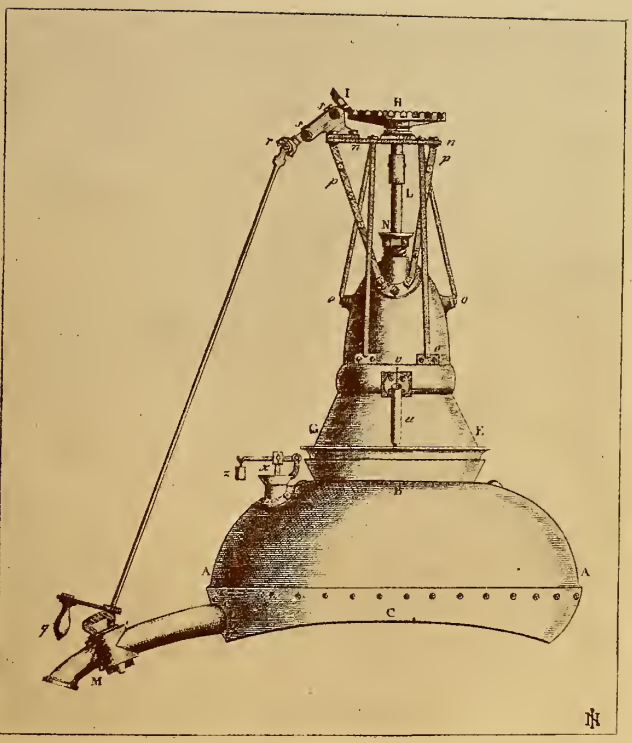
As linotypos foram adquiridas em numero de 26 e tiveram ingresso no estabelecimento em 1911.

As monotypos aperfeiçoadas, sómente em 1921 foram inauguradas e começaram a funccionar.

Possue actualmente a Imprensa Nacional um total de machinas e apparelhos em seus varios departamentos, ou seja o numero accusado no inventario de 1919, accrescido de mais unidades, entre as quaes figuram monotypos do ultimo modelo, adquiridas em 1921, como ficou dito.

E' innegavel que para o completo apparelhamento de uma officina da ordem da Imprensa Nacional, onde tão diversos trabalhos se executam para attender ás necessidades da administração publica e á procura particular, faltam-lhe ainda elementos mecanicos indispensaveis a facilitar-lhe o exito.

A attenção e o empenho que a actual direcção presta a este, como a outros melhoramentos reclamados, dão a certeza de que tal deficiencia desapparecerá opportunamente.



Gravado em cobre pelo artista João José de Souza, em 1813

GRAVURA E ESTAMPARIA

Apar da arte especialmente typographica, teve a Impressão Régia desde logo a sua officina de gravura e estamparia. Existiam no Rio de Janeiro dous gravadores, Ramão Eloy Casado de Almeida e Paulo dos Santos Ferreira Souto, vindos de Portugal em 1808 com fr. José Mariano da Conceição Velloso, brasileiro, que deixara a direcção da Typographia Official de Lisboa.

Esses dous artistas foram os iniciadores da sua arte no Rio e, talvez, no Brasil.

Por aviso de 30 de janeiro de 1809 ordenara o marquez de Aguiar aos directores da Impressão Régia que lhes fosse dado serviço, podendo este principiar pela gravura da cidade do Rio de Janeiro, cuja planta se achava no Archivo Militar, e pelas estampas para a geometria de Legendre.

Coube a Ferreira Souto trabalhar na planta da cidade, que fôra levantada por occasião da chegada de D. João VI e essa planta, terminada em 1812, como tambem as estampas abertas em cobre, da geometria de Legendre, deram-lhe a sagração de artista consummado.

Souto gravou mais:

Mappa geographico da Capitania do Maranhão e parte das capitanias circumdantes, para servir á viagem do coronel Berford.

Por sua vez, Casado de Almeida gravou o retrato de Alexandre Pope, em 1811, para o *Ensaio sobre critica* (traducção do conde de Aguiar) e os frontespicios dessa obra e dos *Ensaios Moraes*.

A esses dous artistas juntaram-se João José de Souza, A. do Carmo, Braz Sinabaldi, Joaquim José Marques e outros, que abriram muitas chapas para obras de mathematicas, cartas geographicas, arte militar, retratos e outros trabalhos.

Tambem trabalhou na Impressão Régia o afamado gravador portuguez João Caetano Rivara.

Souza, em 1816, gravou a *Collecção de retratos de todos os homens que adquiriram nome pelo genio, talento, virtudes, etc., desde o principio do mundo até nossos dias*, publicada em fasciculos de tres retratos, com as respectivas biographias, alphabeticamente, até á lettra S.

A. do Carmo desenhou esses retratos que João José de Souza gravou, sendo tambem da sua lavra a allegoria á morte da primeira imperatriz do Brasil, D. Leopoldina.

Marques gravou, em 1819, a estampa allegorica do poema de S. Carlos, *Assumpção*.

Essa phase de brilhante actividade da arte graphica na Impressão Régia, e no Brasil, não se prolongou; em vez da progressão, veiu-lhe o declinio; "parece", diz Oliveira Bello, "que a phase de ardente polemica em que se inflammou o pensamento nacional, cuja vocação historica foi a de construir o regimen constitucional liberal no Brasil independente, não lhe consentiu lazeres folgados para espairecer pelas artes graphicas, com que enfeitasse trabalhos de mais folego litterario".

Em 1879 as officinas de lithographia e heliographia, que ainda funccionavam na Imprensa Nacional, foram fechadas, em virtude da rescisão do contracto com os irmãos Carlos e Frederico Smith.

Sómente em 1888 se reinstallou a officina lithographica, eliminada 11 annos antes, pela transferencia á Imprensa Nacional dos machinismos da usada lithographia existente no Archivo Militar, isto ás instantes reclamações do administrador de então. Todo esse material foi avaliado em 10:559$000.

Em 1889, o Governo, no intuito de prescindir da industria estrangeira para a fabricação de notas do Thesouro e outros papeis, tentou restaurar aquella officina graphica; e diligenciou-se para acquisição, pela Imprensa Nacional, de artistas e utensilios necessarios a essa especialidade. Tal tentativa, porém, não logrou exito, continuando a officina no estado precario em que se achava.

Tendo sido autorizada, em 1892, a fabricação de

sellos e estampilhas pela Imprensa Nacional, a execução e progressão desse serviço resultam dos numeros que seguem:

Annos	Estampilhas e sellos
Em 1894.....	562.000
Em 1895.....	921.000
Em 1896.....	1.425.000
Em 1897.....	884.938.100
Em 1898.....	272.020.758

Em 1894 o seu pessoal estava reduzido a um mestre e dous gravadores.

Em 1898 o administrador da Imprensa Nacional, em seu relatorio, ponderava:

« Dispondo apenas de uma velha machina lithographica e algumas imprensas manuaes, transportadas do extincto Archivo Militar, e de pessoal muito reduzido, está longe a officina de estamparia de prestar todos os serviços della reclamados, sendo necessario para muitos desenhos, que acompanham obras aqui editadas, contractar as gravuras xilographicas ou lithographicas e a respectiva impressão com particulares. »

Mesmo assim, essa desfalcada officina realizou, nesse anno, 237 gravuras, 323 transportes e imprimiu 2.813.885 exemplares, consumindo 102.150 folhas de papel.

Fracassadas as anteriores tentativas para restauração da secção de arte graphica, para o fim de dispensar a industria estrangeira no supprimento de notas do Thesouro e outros papeis, realizou-se, mais tarde, a reforma da estamparia com artistas competentes, machinas e appa-

relhos adequados e methodos modernos, fazendo-se em 1907 bons ensaios de gravura a talho doce sobre cobre e latão, sendo a officina dotada de cinco apparelhos photographicos e outros.

Nesse mesmo anno a lithographia expediu 15.678.183 impressos, parte em côres, empregando 1.079.290 folhas de papel.

Empregavam-se então tres especies de gravuras: lithographia, xilographia e photogravura chimica, dispondo a officina de regular apparelhamento.

A Imprensa Nacional tem executado quasi todas as artes graphicas, com excepção apenas da gravura a talho forte em alto relevo, substituindo-a o processo de galvanoplastia.

O estado acima descripto é o em que se encontrava a officina de gravura e estamparia em 1907.

Pelos relatorios e noticias que nos foi dado conhecer parece que uma phase de decadencia sobreveiu para este e outros serviços da Imprensa Nacional, que culminou pelos fins de 1910.

O director então nomeado, tomando a peito reerguer o estabelecimento, melhorando-lhe as condições, e contando para isso com os recursos que o Governo não lhe negava, realizou diversas modificações, já no arranjo dos compartimentos do edificio, já na organização dos trabalhos.

Extinguiu provisoriamente as secções de photogravura-chimica e zincographia, dizendo ter verificado que nellas se faziam trabalhos particulares.

Dez mezes apenas decorridos de sua administração, occorrera o violento incendio da noite de 15 de setembro de 1911, que destruiu, quasi por completo, a Imprensa Nacional, deixando do bello edificio sómente as paredes erectas.

Das secções de gravura salvou-se apenas algumas machinas da photogravura-chimica, por estarem em departamento isolado do edificio; o mesmo se tendo dado com a officina de fundição de typos que se achava em situação identica.

Mas as machinas de photogravura já de antes não funccionavam com regularidade, carecendo de reparações e melhoramentos indispensaveis.

As secções de gravura e estamparia foram mais tarde reconstituidas quanto á lithographia, galvanoplastia e xilographia, sómente.

A photogravura-chimica, que se achava já em estado de pouca utilidade antes do incendio, não participou das restaurações operadas depois delle, e continúa ainda estacionaria e improductiva.

E' de lamentar que esta officina, onde todos as artes graphicas têm sido executadas, até a de talho doce sobre cobre, esteja agora assim reduzida, carecendo de acquisições e desenvolvimento, afim de ser dispensado o recurso á industria particular para a illustração das obras de que se encarrega a Imprensa Nacional.

Esta falta bem a conhece e pretende remediar o actual director, dependendo isto da verba respectiva, que não deixará de ser concedida.

No seu relatorio de 1919 encontram-se os seguintes topicos:

« Tornam-se precisas novas machinas para as officinas de composição e de gravura, bem assim concertar as que existem, conforme explico em outro lugar deste relatorio. »

« A producção da officina de gravura tem sido muito pequena, devido exclusivamente ao facto de continuar quasi completamente desprovida de tudo quanto é preciso ao seu regular funccionamento. Destruida, como fôra, por occasião do incendio, nunca mais essa officina se reorganizou, apesar de dispôr de pessoal bastante habilitado. »

ENSAIO
SOBRE A CRITICA

DE

ALEXANDRE POPE

TRADUZIDO EM PORTUGUEZ

PELO

CONDE DE AGUIAR.

Com as Notas de Jose Warton, do Traductor, e de outros; e o Commentario do Dr. Warburton.

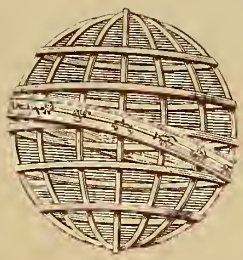
RIO DE JANEIRO.

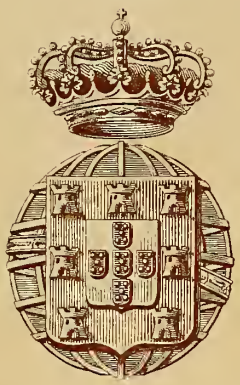
NA IMPRESSÃO REGIA. 1810.

Com Licença de S. A R

ALEXANDRE POPE

Desenho e gravura do artista Ramão Eloy de Almeida, em 1810





Armas do Reino do Brasil e as do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em um só escudo, dadas por carta de lei de 13 de maio de 1816. Gravadas na Imprensa Nacional.

ENSAIOS MORAES

DE

ALEXANDRE POPE

EM

QUATRO EPISTOLAS

A

DIVERSAS PESSOAS

TRADUZIDOS EM PORTUGUEZ

PELO

CONDE DE AGUIAR.

Com as Notas de José Warton, e do Traductor.

RIO DE JANEIRO.

NA IMPRESSÃO REGIA. 1811.

Com Licença de SAR

ARTES ACCESSORIAS E COMPLEMENTARES

A FUNDIÇÃO DE TYPOS preoccupou a direcção da Impressão Régia desde os seus primeiros annos. O aviso de 26 de Janeiro de 1811 faz referencias a um aprendiz de fundir lettras.

No borrador de férias semanaes correspondentes aos annos de 1812 e 1813, já esse serviço se positiva nos seguintes lançamentos:

Para fundir 16 libras de Breviario miudo.
Para fundir sete libras de Leitura, caixa baixa.
Para fundir 8 ½ libras de Tanizio.
Para fundir tres libras de Texto.
Para fundir espaços de Texto.
Para calcinar metal, etc.

A fundição era praticada á mão, em moldes, lettra a lettra, e em grande parte feita fóra da officina, no domicilio do operario, e paga por obra.

Em 1821, nesse estado ou pouco melhorada, mantinha-se a fundição official.

O intendente geral da Policia, considerando esse serviço um monopolio da administração publica, apprehendeu, nesse anno, uma fundição existente em Matacavallos, pertencente a Manoel Mendes Diniz, e communicou essa apprehensão á Junta Directoria, da qual recebeu a seguinte resposta:

« Temos de declarar que era permittido a Manoel Mendes Diniz, em razão de sua arte de fundir, justificar lettras, matrizes e moldes, o ter os acima mencionados effeitos e outros muitos mais em sua casa, muitos delles com expressa licença, e outros por consentimento da Direcção, sem prejuizo da Officina. Si o referido Manoel Mendes Diniz não tem alguma outra culpa, é de nosso dever recommendal-o a V. S. como absolutamente necessario a esta Officina por não haver outro algum no Reino que preencha seu mistér. »

Os objectos dessa apprehensão eram, segundo o auto lavrado pela Policia:

« Um caixão com varios repartimentos e dentro delles varias lettras de caixa alta, varios espaços de entrelinhas; um compludor de latão, dous moldes de fundir lettras, uma caixa pequena e dentro della quatro embrulhos de lettras de caixa alta; mais dous ditos, uma tesoura de cortar folha; tres limas; um serrote de mola de relogio; uma colher de fundir; uma ponta; nove folhetos de lettra redonda; varias matrizes e um esquadro de latão. »

Um pensionista mandado á Inglaterra aprender a especialidade, depois de instruido foi exercel-a em Portugal.

Entre 1837 e 1840 tentou-se novamente a montagem de uma fundição em grande escala, contractando-se para isso um mestre habil em Londres.

Em 1840, dizia o relatorio do ministro Alves Branco:

« Pelas informações que tenho, da fundição de typos nada se pode esperar, visto que os aprendizes poueo ou nada sabem, e poueo ou nada poderão aprender daqui por diante, tanto porque o contracto está a acabar, como porque faltam *todos os instrumentos proprios da fundição*, que não ha no paiz, e a mandarem-se vir não eustarão menos de 40:000$000. »

Nesse mesmo anno foi rescindido o contracto por accôrdo, indemnizando-se o mestre com £ 600.

Em 1859, o ministro da Fazenda, Torres Homem, resolveu crear, e effectivamente creou, nova officina de fundição, que desde então funccionou com regularidade na Imprensa Nacional.

Em 1881 o seu pessoal se compunha de 1 mestre, 1 ajudante, 5 officiaes e 23 aprendizes.

A producção foi de 9.373 kilos de typo commum, phantasia e vinhetas, 397 de filetes, guarnições, etc.

Em 1883 faziam-se sentir faltas, que o administrador assim expunha:

«Essa officina resente-se da falta de pessoal habilitado; além do mestre e contra-mestre e um offieial de 2ª classe, os mais não passam de aprendizes; por isso os seus produetos estão longe de attingir á perfeição dos similares, que nos vêm do estrangeiro. »

Em 1888 este serviço foi sensivelmente melhorado com a montagem de duas machinas, de modelo recentemente inventado.

Anteriormente o typo, antes de chegar á caixa de composição passava por seis demorados processos manuaes; das machinas adquiridas sahia completamente preparado e perfeito, como não o imitaria o trabalho manual.

A officina tinha 21 operarios, e a producção: 3.381 kilos de typos communs, 781 de phantasia e vinhetas, 4.409 de filetes etc., e 928 chapas de stereotypia.

Em 1895 dispunha de 192 collecções de matrizes, de typos communs, elzevirianos, normandos, egypcios, manuscriptos, gothicos, de phantasia, vinhetas e lettras ornadas, de typo allemão, grego, tupy; essas collecções subdividiam-se em 23.536 matrizes, das quaes 8.612 vindas da Europa, 5.787 do systema antigo, preparadas na officina e 9.137 do moderno, invenção do operario Luiz Antonio de Lima, e que annos depois foi aposentado no logar de mestre da mesma officina.

Em 1907 a officina comprehendia duas secções: fundição de typos e stereotypia.

Trabalhavam então effectivamente na officina 14 machinas, 12 apparelhos grandes e diversos pequenos.

Possuia a importante somma de 29.558 matrizes, sendo: vindas da Europa, 13.949; feitas na officina pelo systema "Lima", 9.822, e pelo systema antigo, 5.787, incluidas neste numero as que vieram da Europa em 1906.

Em 1908 dizia o autor dos *Apontamentos Historicos*, fazendo a apologia desta officina:

«E' uma questão de tempo; pois, dentro de um anno ou pouco mais, a Imprensa Nacional não receiará competidores na Fundição Typographica.»

Referindo-se á producção do anno anterior:

«Esta officina forneceu á de composição 25.929 ½ kilos de typos, entrelinhas e filetes e ao *Diario Official* 9.328 ½ kilos, no valor total de 118:163$900.

A sua despesa foi de 91:002$596.

A secção de stereotypia e galvanoplastia reproduziu 849 chapas de stereotypia e 3.776 de galvanoplastia. »

O mesmo autor faz com justiça, o elogio do então chefe da Secção de Artes (inspector technico) José Xavier Pires, que vamos reproduzir, como um exemplo digno de imitação:

« Começou como aprendiz compositor em 1867; foi successivamente compositor, official obreiro, jornaleiro, paginador, chefe de turma, contra-mestre da officina de composição, até que attingiu ao cargo que ora exerce com cabal proficiencia. Em mais de 41 annos de serviço não deu uma só falta, não solicitou uma unica licença. E' uma veneranda tradição, já muito antiga, que ainda sabe ser progressista, adaptando-se ás reformas e remodelamentos que têm modificado e melhorado as artes graphicas e accessorias, notadamente nos ultimos annos. »

Em 1913 tinha a officina de fundição 32 machinas, e o valor da producção foi de 162:087$056.

O inventario de 1919 registra nesta officina 17 machinas e a producção no valor de 105:833$628.

Em 1920 a producção foi de 21.322 kilos de typos e outras fôrmas, no valor de 76:738$000.

Nella funccionam actualmente 15 machinas e 24 operarios.

*

STEREOTYPIA — De longa data, cogitavam os artistas graphicos do problema de conservar a composição, para futuras reedições de obras impressas sem privar os typos de seu continuo emprego; porque a conservação da composição em typos moveis, ou nova composição para as reproduzir, eram quasi impraticaveis e muitissimo dispendiosas.

Tentativas não faltaram para a consecução do fim almejado, mas ainda em 1735 o processo em pratica consistia em modelar sobre argilla a composição, e, assim obtida a matriz, sobre ella verter cobre fundido para a formação dos *clichés*.

Deste defeituoso processo serviram-se, entretanto, alguns editores, em França e na Escossia, imprimindo diversas obras.

De algumas outras tentativas salienta-se a de Hoffmann, na 1783, servindo-se de uma massa gordurosa composta de terra, gesso e gelatina, e de uma liga formada de chumbo, estanho e bismutho com que fundia as chapas stereotypadas, processo que denominou *imprimerie polytypo*.

Obteve privilegio para o seu invento durante dous annos, o qual foi revogado em 1787, provavelmente para que a actividade de outros profissionaes podessem levar a melhores aperfeiçoamentos a stereotypia.

Surgiram, com effeito, desde ahi, muitos e differentes modelos, até a prensa idealizada por Gatteaux, onde se modelavam em placas maleaveis as paginas de composição, cujos typos tinham a consistencia necessaria á pressão da machina.

Por essas e muitas outras tentativas passou a stereotypia até 1849, quando a descoberta de Durouchail e esforços de Herhan e de Didot, a consolidaram no seio das artes graphicas.

Innumeras são as vantagens da stereotypia, desde a reproducção rapida de qualquer grande pagina de com-

posição, que represente o trabalho de muitos compositores, e a sua facil conservação pelo tempo que se queira, até a economia na despesa, porque os *clichés* servidos, e que se não precise conservar, são novamente aproveitados na fundição de outros, emquanto que os typos moveis que lhes deram a estampa, continuam livres para o seu aproveitamento. Isto se dá tambem com os *clichés* xilographados, que reproduzidos em chapas stereotypadas, estas seguem para a impressão, emquanto aquelles, frageis por natureza, são guardados para reproducções futuras, sem mais despesa.

Na imprensa dos jornaes é a stereotypia imprescindivel, pelo uso actual das machinas rotativas de imprimir, porque as paginas de composição são planas e as rotativas exigem que os *clichés* tenham a fórma de telha, adaptaveis aos seus cylindros, e só a stereotypia a pode dar.

Na stereotypia, hoje muito melhorada, existem prensas que a um só tempo estampam e seccam os *flans*, com tal perfeição e rapidez como se não obteria com o processo manual. Outro notavel melhoramento consiste na *stereonickil* ou stereotypia nickelada, que dá ao *cliché* a resistencia para as maiores edições.

Na Imprensa Nacional foi utilizada a stereotypia desde a sua inauguração no edificio actual, em 1878, mas sómente em 1904 teve ella entrada nas officinas do *Diario Official*, com a inauguração da rotativa que recebeu o nome de *Leopoldo de Bulhões*.

Dissemos acima que em 1907 a stereotypia constituia uma secção á parte na officina de fundição de typos, e demos tambem a sua producção naquelle anno.

Depois do incendio de 1911, esta secção recebeu diversas machinas e apparelhos, em numero de nove. A sua producção nos ultimos annos vê-se no quadro abaixo:

Annos	"Clichés"	Valores
1916.....	3.542	35:530$015
1917.....	1.376	24:087$134
1918.....	2.401	26:040$877
1919.....	999	32:347$974
1920.....	882	24:555$740

*

A officina de encadernação foi montada em 1879, entretanto, em velho borrador de férias, relativo aos annos de 1812 e 1813, havia referencias a *livros encadernados e resmas de papel aparado,* o que mostra ter havido anteriormente tentativa dessa especialidade.

Em 1881, a officina de encadernação e brochura possuia uma machina de dourar, uma de aparar brochura e uma de numerar, e nella trabalhavam — 1 mestre, 1 ajudante, 17 officiaes e 29 aprendizes.

Em 1887, preparou a officina 39.762 livros e folhetos cartonados e 307.919 brochados.

O seu apparelhamento mecanico em 1896 constava de oito cortadores, tres machinas de numerar, tres de cozer a arame, seis prensas para endorsamento de livros, tres para encaixes, um laminador, uma machina de cortar enveloppes, duas de dourar, quatro de picotar, um balancim, prensas de mão, etc.

O pessoal funccionava em duas turmas no anno de 1900, sendo uma composta quasi na totalidade por mulheres, que faziam o serviço de brochura e cartonagem.

Nesse anno deu a seguinte producção:

Encadernação de livros impressos...	5.644
Livros em branco.....	2.644
Enveloppes.....	405.540
Talões.....	71.710
Brochuras.....	495.615
Dobragem de impressos.....	7.914.699

Em 1908 dividia-se a officina em tres turmas: uma de encadernação e duas de brochuras; destas uma constituida de mulheres.

Estas tres turmas dispunham de 47 machinas e apparelhos.

O balanço de 1907 dá esta demonstração:

Receita.....	415:120$778
Despesa.....	326:944$061
Saldo.....	88:976$717

Em 1913 contava com 43 machinas, 21 prensas e diversos apparelhos. A sua producção total foi no valor de 506:373$980, inclusive o producto da pautação.

O inventario de 1919 descreve 57 machinas diversas na officina de encadernação e 8 na secção de pautação, com o rendimento de ambas no valor de 758:866$459.

*

O serviço de pautação na Imprensa Nacional, de que se encontram leves noticias em antigos papeis, sómente

em 1884 teve certo desenvolvimento, para satisfazer as encommendas da Repartição Geral dos Telegraphos e da Estrada de Ferro D. Pedro II, adquirindo então uma pequena machina de pautar e outra para fabricação de pennas de pautação.

Outros melhoramentos se lhe vieram posteriormente afeiçoar, e já em 1895 possuia a officina sete machinas de cinco pennas e duas de rodinhas. Nesse anno trabalhou para 8.289 livros — 5.726 pautados e riscados, 1.725 com pautados e riscados especiaes, 883 com riscados simples e 1.756.167 folhas avulsas.

Em 1907 dispunha de nove machinas de pautar e riscar com pennas e rodinhas, das mais aperfeiçoadas, e a sua receita foi de 42:085$732, sobre a despesa total de 33:646$045, deixando o saldo de 8:839$687.

Do inventario geral de 1913 consta existirem seis machinas, e o de 1919 accusa o numero de oito.

A receita desta secção, nestes annos, foi englobada na de encadernação nos respectivos balanços, como o foram nos annos intermediarios.

Presentemente, a secção de pautação possue nove machinas, seu pessoal é em numero de 25, e a producção, em 1920, foi de 1.167.572 obras ou exemplares diversos, no valor de 38:697$129, contra a despesa de 30:431$870, donde o saldo positivo de 8:265$259.

*

A fabricação de enveloppes na Imprensa Nacional não teve jámais um apparelhamento completo. Em 1896 existia

na officina de encadernação uma machina de cortar enveloppes, o que revela que se ensaiava já esse ramo de producção. Não constando, porém, que houvesse outras machinas complementares dessa fabricação, os serviços de acabamento desse artefacto — dobração, gommagem, etc. teriam sido praticados a mão.

E si assim era, torna-se de nota que em 1900 a producção de enveloppes attingisse ao numero de 405.540.

Apesar de ter constado a encommenda de duas machinas, em 1907, para este serviço especial, a verdade é que ainda hoje só existe, unicamente, no estabelecimento, aquella que acima mencionamos, e que é de cortar, não exclusivamente enveloppes, mas tambem outros papeis.

Como um brado contra o abandono em que tem estado esta especie de serviço, para o qual faltam todos os machinismos necessarios á sua producção, damos a seguir o quadro das encommendas realizadas nos ultimos annos, em numeros de admirar.

Annos	Enveloppes
1913	1.225.350
1914	286.550
1915	1.698.800
1916	1.751.264
1917	1.118.687
1918	664.755
1919	1.100.790
1920	978.000

Com machinismos apropriados e com o privilegio que a lei tem estabelecido em favor da Imprensa Nacional, para todos os trabalhos de suas especialidades reclamadas pelo

serviço publico, uma empresa particular poderia, quiçá, prosperar com a exclusiva fabricação de enveloppes.

E porque as machinas para tal fim, não podem ser de acquisição custosa, é de lamentar que este estabelecimento se ache peiado para uma grande producção, que a procura particular ainda mais avultaria.

Além disso, o custo da fabricação mecanica reduziria a despesa actual na proporção admiravel de quasi 800 %.

E' do relatorio de 1919 o periodo que transcrevemos:

« E' por sua vez, indispensavel fazer-se a completa substituição do systema aqui adoptado na fabricação dos enveloppes. A mão, ficam imperfeitos e caros, bastando assignalar que, aqui na Imprensa Nacional, cada milheiro de enveloppes fica por 3$140, ao passo que esse mesmo milheiro não excederia, no maximo, de $400, si fabricados em mecanismos apropriados. »

Esses valores confirmam as informações que nos foram ministradas por um technico.

FINANÇAS

A Imprensa Nacional, posto que gerida por conta do Estado, não é mais que um estabelecimento industrial. Neste, a prosperidade se revela pela ascendente procura dos productos de suas officinas, e quanto maior é esta, maiores são tambem a sua receita e despesa.

Ha, entretanto, afóra estas faces de identidade, sensivel differença entre uma e a outra quanto aos fins buscados, o jogo de suas contas, a natureza dos seus balanços.

As industrias particulares têm por base e fins o capital e o lucro.

A industria official, no caso — a Imprensa Nacional — tem em vista principalmente as facilidades para os serviços publicos e o barateamento no custo delles.

As suas contas são antes dados estatisticos dos trabalhos realizados, e elementos precisos á Contabilidade Geral do Thesouro, para a verificação do estado das verbas dos diversos ramos administrativos em relação á Imprensa Nacional.

Seus balanços, onde não ha referencia alguma ao capital estavel, que é do patrimonio da Nação, cifram-se no confronto da receita com a despesa, em cada anno financeiro, para mostrar o saldo, positivo ou negativo, com que são encerrados.

Uma empresa particular não se poderia manter sob o regimen de *deficits* consecutivos: falliria.

A Imprensa Nacional poderia subsistir em tal situação, onerando o erario nacional, porque ella preenche indispensaveis necessidades da publica administração geral e não tem por escopo auferir lucros. Poderia subsistir, como serviço de utilidade publica, custeada pela renda dos impostos, que para outra cousa não são creados senão para attender ás despesas uteis da administração, cobrindo por esse meio os saldos passivos que resultassem de seus balanços. Nada haveria de estranhavel nisso.

Bem o contrario, porém, é o que se vem observando no decorrer dos exercicios financeiros, por mais de um seculo: a preponderancia dos saldos activos sobre os *deficits*, tanto no numero dos balanços como na somma dos valores que representam.

E este resultado vantajoso parece ter-se accentuado firmemente, como norma invariavel, na actual direcção deste estabelecimento, desde 1916, em que os saldos posi-

tivos se revelam de anno em anno, sem discrepancia, variando apenas os seus valores.

Veja-se:

Annos	Saldos de receita
1916.....	443:400$727
1917.....	259:377$234
1918.....	69:004$055
1919.....	357:686$978

Em 1920 — até quando alcançam as notas que pudemos colher para a organização deste modesto trabalho — não foi apresentado o balanço geral da receita e despesa, pelos motivos expostos no respectivo relatorio, e que adiante serão transcriptos.

Assim, este instituto, que poderia ser, como dissemos, sem demerito, oneroso ao Thesouro, se tem tornado, por multiplas vezes, contribuinte delle, com as sobras de suas rendas; e poderá sel-o effectiva e permanentemente se os recursos que lhe assegurem e desenvolvam a producção não lhe forem regateados.

Esses recursos são os creditos orçamentarios que annualmente lhe consigna a lei de meios, não como dotação ou subsidio propriamente ditos, mas como méros adiantamentos retribuiveis e retribuidos pelo producto dos trabalhos que o instituto realiza, para as duas Camaras legislativas e para todos os ministerios.

O regimen, porém, da distribuição parcellada desses creditos pelos diversos serviços a que se destinam, tem mostrado, em longa pratica, inconvenientes que precisam ser terminantemente removidos, evitados.

Ou o calculo de previsão dos serviços, nas propostas, falham na pratica, ou os creditos votados são insufficientes por não attenderem aos pedidos das propostas: num ou noutro caso surge a necessidade do recurso aos creditos supplementares, processo nem sempre expedito, e que se vai assim tornando a norma invariavel para esses ajustamentos administrativos.

Dahi os embaraços ao livre funccionamento da Typographia Nacional, no desempenho completo e presto dos multiplos encargos que lhe estão affectos.

Esses inconvenientes, do modo como são feitos os adiantamentos de recursos á Imprensa Nacional, vêm sendo apontados, desde muitos annos, nos relatorios de seus directores.

O administrador Antonio Nunes Galvão, no relatorio de 1897, faz estas justas ponderações:

« Fixar, portanto, como actualmente, quantia certa destinada ao pagamento do pessoal e material para a execução de serviços, cuja importancia e extensão não se pode com certeza prever, é condemnar o estabelecimento a permanecer estacionario e alheio a todo o progresso; ainda mais, colloca a administração da Imprensa em difficil posição, porquanto ou ha de, para não exceder a verba votada, recusar encommendas officiaes importantes, ou ha de acceital-as, em obediencia á lei, correndo o risco de exceder a mesma verba, sob sua responsabilidade. »

Logo adiante, lembra a adopção ou adaptação das regras por que se rege a Imprensa Official, franceza, como remedio das anomalias verificadas em a nossa instituição:

« Alli a Imprensa constitue um serviço gerido por conta do Estado. As despesas são pagas com o producto das receitas. Um adiantamento de um milhão de francos é, no começo do exercicio, levado á conta cor-

rente da Imprensa. Esse adiantamento é, todos os annos, destinado ao pagamento das despesas dos primeiros mezes, quando ainda não ha receita realizada. Si a receita é superior á despesa effectuada, sómente o saldo figura como renda do Estado no balanço geral do exercicio. Si, pelo contrario, a despeza é superior á receita, o que só por circumstancias extraordinarias e imprevistas pode acontecer, o ministro ordena o pagamento por conta do adiantamento. Desta forma, do credito de um milhão de francos, que lhe é annualmente concedido, sómente são tirados temporariamente as sommas necessarias aos primeiros pagamentos, as quaes são, com pouco tempo de intervallo, restituidas, e a despeza do estabelecimento effectua-se com o producto da sua receita. »

Com o mesmo proposito, em 1900, o director geral Dr. Mario Galvão, assim se exprime:

« Ahi está consignada a idéa principal — occorrer á despesa com o producto da renda, sob a immediata fiscalização do Thesouro, o que permittirá a eliminação da verba respectiva na lei do orçamento e a vantagem de poder-se, gradual e proporcionalmente aos saldos, introduzir melhoramentos que aperfeiçoem os seus productos, de modo a servir de modelo o estabelecimento do Estado. »

Esse regimen de consignações orçamentarias parcelladas, subsiste até hoje, difficultando a boa marcha do estabelecimento.

O actual director geral, ainda em 1920, relatando as deficiencias da administração pela deficiencia de verbas, expõe:

« Todas essas despesas são de natureza urgente, pois correspondem necessidades que foram por mim reconhecidas desde quando assumia a administração do estabelecimento. Ellas já foram reclamadas e descriptas nos meus relatorios anteriores, de modo que a demora que tem havido nas providencias solicitadas, aggrava sempre mais a situação.

Aliás, trata-se de despesas reproductivas, visto como visam tornar possivel o augmento da producção das officinas, o que importa em augmento de renda do estabelecimento. »

Vê-se, pois, que a idéa suggerida de um forte adiantamento ou credito em conta corrente aberto á Imprensa Nacional, no começo do exercicio, pelo Thesouro, com fiscalização deste, onde serão examinadas e encerradas as contas dos balanços relativos a cada anno financeiro, parece ser o meio mais expedito e seguro de eliminar os empeços que têm impedido este estabelecimento de attingir ao maximo de sua funcção.

Outra medida simples e que traria grandes facilidades aos serviços da Imprensa seria a de serem escripturadas, desde logo, no Thesouro, ao credito della, todas as verbas orçamentarias destinadas a publicações das Camaras e dos ministerios, para a sua opportuna utilização, visto como dessas publicações tem privilegio a Imprensa Nacional.

Assim pensem e realizem os poderes publicos.

Para dar idéa geral, mas quanto possivel detalhada, das finanças deste estabelecimento em sua existencia secular, bastará o methodo que adoptamos e que consiste nos dous quadros elucidativos que abaixo vão estampados.

O primeiro mostra os creditos concedidos á Imprensa Nacional, desde que se tornaram precisos á sua manutenção e desenvolvimento.

O segundo encerra o confronto das receitas com as despesas e os saldos delle resultantes, no longo decurso de 87 exercicios financeiros.

Assim, tem-se a noticia dos recursos com os quaes se tem movimentado as suas officinas e dos resultados alcançados com os seus trabalhos, o que é bastante.

Este methodo simples a forra-nos ainda da feitura de

um capitulo especial sobre a producção, que seria demasiadamente longo e destoante da natureza leve destas notas, se houvessem de ser detalhadas as obras realizadas, pelo numero, pela especie, pelo destino das encommendas, pelo valor das unidades e do conjuncto, em um periodo tão extenso como o de que se trata.

Ora, a producção da Imprensa Nacional nos 87 exercicios financeiros do segundo quadro abaixo estampado está alli representada, não em especies, mas nos valores dos preços alcançados.

Isso se vê na columna relativa ás receitas, onde se verifica tambem que a marcha destas é quasi que invariavelmente ascendente.

CREDITOS CONCEDIDOS Á IMPRENSA NACIONAL, DESDE 1830 A 1920

1830	7:400$000
1831	5:000$000
1833	7:200$000
1842	27:440$000
1853	49:000$000
1857	120:000$000
1861	150:000$000
1867	170:000$000
1870	170:000$000
1876	208:376$000
1882	397:287$470
1886	436:632$000
1893	680:000$000
1897	936:100$000
1900	1.160:340$000
1903	1.859:482$889
1904	1.825:142$282

1905	1.890:340$000
1906	1.913:080$000
1907	2.293:080$000
1908	2.612:523$749
1909	2.330:280$000
1910	2.489:308$813
1911	3.628:280$000
1912	4.598:280$000
1913	3.621:828$000
1914	3.167:614$780
1915	2.821:330$100
1916	3.489:081$000
1917	3.097:480$000
1918	3.115:570$000
1919	3.192:680$000
1920	3.232:680$000

RECEITA E DESPESA DA IMPRENSA NACIONAL

Anno	Receita	Despesa		Saldo
1818	10.852$239	9:128$766	+	1:723$473
1820	12:492$510	12:652$268	—	159$758
1826	21:252$758	18:956$494	+	2:296$264
1830	23:236$338	23:159$651	+	76$687
1835-36	15:525$152	23:476$945	—	7:951$793
1836-37	17:565$340	18:368$000	—	802$660
1837-38	10:742$288	15:293$502	—	4:551$214
1838-39	28:711$960	33:545$047	—	4:833$087
1839-40	33:372$026	37:533$362	—	4:161$336
1840-41	26:951$205	28:121$760	—	1:170$555
1841-42	24:895$350	22:107$660	+	2:788$190
1842-43	26:359$340	27:273$991	—	914$651
1843-44	40:444$232	27:452$029	+	13:012$203
1844-45	32:799$460	27:697$697	+	5:101$763
1845-46	32:965$660	29:987$145	+	2:978$515
1846-47	45:395$620	34:077$820	+	11:317$800
1847-48	51:554$840	36:443$043	+	15:111$797
1848-49	34:446$840	31:792$437	+	2:654$403
1849-50	52:802$870	42:080$474	+	10:722$396

Anno	Receita	Despesa		Saldo
1850-51.....	77:284$380	51:981$470	+	25:302$910
1851-52.....	47:658$650	46:735$648	+	923$002
1852-53.....	24:471$740	50:059$297	—	25:587$557
1853-54.....	62:196$140	65:980$503	—	3:784$363
1854-55.....	125:136$330	91:691$125	+	33:495$205
1855-56.....	152:400$410	164:159$253	—	11:758$343
1856-57.....	146:303$110	170:690$048	—	24:392$938
1857-58.....	172:725$830	114:700$000	+	58:025$830
1858-59.....	106:365$690	128:556$835	—	22:191$145
1859-60.....	116:158$830	126:405$775	—	10:246$945
1860-61.....	140:203$500	116:721$000	+	23:482$500
1861-62.....	110:272$100	95:909$034	+	14:363$066
1862-63.....	94:656$100	90:456$769	+	4:199$331
1863-64.....	97:412$877	73:752$974	+	23:659$903
1864-65.....	107:112$167	95:990$159	+	11:122$008
1865-66.....	135:364$006	106:399$556	+	28:964$450
1866-67.....	113:183$231	89:749$423	+	23:433$808
1867-68.....	118:163$900	134:768$936	—	16:605$036
1868-69.....	111:523$411	105:970$735	+	5:552$676
1869-70.....	109:262$330	121:835$675	—	12:573$345
1870-71.....	135:476$920	111:231$164	+	24:245$736
1871-72.....	150:544$080	138:091$565	+	12:452$515
1872-73.....	147:075$368	131:839$144	+	15:236$224
1873-74.....	149:971$935	154:056$060	—	4:084$125
1874-75.....	171:422$732	190:604$974	—	19:182$242
1875-76.....	136:254$950	188:657$463	—	52:402$513
1876-77.....	175:028$060	191:865$732	—	16:837$672
1877-78.....	130:617$625	185:135$154	—	54:517$529
1878-79.....	383:628$995	417:599$983	—	33:970$988
1879-80.....	489:286$929	488:706$318	+	580$611
1880-81.....	409:573$351	396:943$904	+	12:629$447
1881-82.....	510:895$835	419:858$354	+	91:037$481
1882-83.....	501:370$077	438:408$267	+	62:961$810
1883-84.....	499:560$640	436:696$742	+	62:873$898
1884-85.....	535:253$121	422:165$150	+	113:069$971
1885-86.....	498:777$079	451:994$653	+	46:782$426
1886-87.....	769:609$623	722:550$549	+	47:059$074
1887-88.....	573:583$850	544:025$770	+	25:558$980
1889.....	579:913$325	532:052$727	+	47:860$598

Anno	Receita	Despesa		Saldo
1890.....	656:478$785	527:188$522	+	129:290$263
1891.....	808:277$756	722:310$104	+	85:967$652
1892.....	1.030:085$464	895:200$501	+	134:884$963
1893.....	1.111:425$067	1.089:454$724	+	71:970$343
1894.....	1.171:940$215	1.201:027$053	—	29:086$838
1895.....	1.302:366$652	1.175:619$492	+	126:747$160
1896.....	1.375:552$877	1.272:213$588	+	103:339$289
1897.....	1.330:735$015	1.354:738$480	—	24:003$465
1898.....	2.068:840$019	1.710:384$147	+	358:455$872
1899.....	1.388:697$121	1.401:426$099	—	17:728$978
1900.....	1.295:501$880	1.389:603$014	—	94:101$134
1901.....	1.434:676$065	1.457:939$245	—	23:263$180
1902.....	1.947:979$000	1.915:095$980	+	32:026$020
1903.....	1.981:479$811	1.980:506$820	+	972$991
1904.....	2.141:942$333	2.092:202$149	+	49:740$184
1905.....	2.205:139$858	1.960:469$011	+	244:670$847
1906.....	2.364:661$795	2.147:688$581	+	216:973$214
1907.....	2.789:778$315	2.409:517$551	+	380:260$764
1908.....	3.131:651$740	2.849:638$847	+	282:012$893
1909.....	2.914:993$981	2.557:505$523	+	357:488$458
1911 [1]....	1.747:894$463	1.743:943$604	+	3:950$859
1913.....	3.539:697$635	4.517:926$751	—	978:229$116
1914.....	3.231:196$840	3.372:035$626	—	140:838$786
1915.....	2.844:970$213	3.139:110$220	—	294:140$007
1916.....	3.677:652$788	3.234:252$061	+	443:400$727
1917.....	3.634:440$888	3.375:063$654	+	259:377$234
1918.....	3.481:552$418	3.412:584$363	+	69:004$055
1919.....	4.227:257$585	3.869:570$607	+	357:686$978

Faltaram-nos os numeros relativos a 1920, por não constar do Relatorio desse anno o balanço geral da receita e despesa.

---

(1) Estes numeros são relativos sómente ao primeiro semestre, não dando o Relatorio desse anno informações do exercicio todo.

Não encontrámos tambem dados precisos dos exercicios de 1910-1912, que não tiveram relatorios especiaes.

A respeito dessa omissão diz o mesmo documento :

« O primeiro, e principal annexo, é sempre constituido pelo balanço da receita e despesa do estabelecimento.

Não posso, bem a meu pezar, exhibir o balanço relativo ao exercicio de 1920, e isto porque a escripturação do estabelecimento obedeceu, a partir deste anno, ás instrucções expedidas pelo decreto n. 13.746, de 3 de setembro de 1919.

Serviço completamente novo, não era possivel que, logo de começo, fosse executado com regularidade e exactidão. Elle exige empregados dispondo de conhecimentos especiaes, além de que, concentrada a escripturação na Secção Central, esta fica na dependencia dos elementos que devem ser fornecidos pelas 16 officinas que constituem a Secção de Artes. »

Depois de outras considerações, conclue:

« Pelos motivos expostos, pareceu-me mais acertado não exhibir esse balanço geral da receita e despesa do exercicio de 1920, antes que apresental-o inexacto, como succederia si fossem utilizados os dados incompletos da escripta das officinas. »

De outras paginas do Relatorio resalta que, em 1920, a Imprensa, em vez dos saldos que se verificam nos annos anteriores, terá dado *deficit*, " não concorrendo para a renda do estabelecimento, que resulta exclusivamente da producção do *Diario Official* ".

E explica:

« Sob a mesma administração geral, mantidas as mesmas medidas de rigorosa economia, quanto ás verbas geraes e custo do material, é chocante essa desigualdade em officinas do mesmo genero de trabalho, do mesmo ramo de industria.

Mas a explicação é facil. A remuneração do trabalho, o salario do operario, é pago de modo diverso. No *Diario*, a *producção*, a *obra*

paga o operario, e na Imprensa ha os *vencimentos fixos*, os *ordenados* para os empregados; no *Diario* ha os *obreiros* e na Imprensa percebem os *jornaleiros.*

A Imprensa Nacional é um estabelecimento industrial e, portanto, sua organização deve ter esse aspecto.

Entretanto, ao invés disso, tudo, absolutamente tudo, quanto se vem fazendo, nestes ultimos annos, é dar-lhe a fórma burocratica, de tal modo, que a *mão de obra* se torna cada vez menos productiva e mais cara.

Assim, augmenta a despesa de custeio do estabelecimento e, parallelamente, decresce a renda.

Urge, pois, reorganizar-se a Imprensa Nacional, pois do contrario voltará o regimen do *deficit*, mas em escala muito maior que a observada anteriormente. »

Nº 1.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 10 DE SETEMBRO DE 1808

Doctrina sed vim promovet insitam,
Rectique cultus pectora roborant.

HORAT. Ode III. Lib. IV

Londres 12 de Junho de 1808.

Noticias vindas por via de França.

Amsterdão 30 de Abril.

OS dois Navios Americanos, que ultimamente arribárão ao Texel, não podem descarregar as suas mercadorias, e devem immediatamente fazer-se á vela sob pena de confiscação. Isto tem influido muito nos preços de varios generos, sobre tudo por se terem hontem recebido cartas de França, que dizem, que em virtude de hum Decreto Imperial todos os Navios Americanos serão detidos logo que chegarem a qualquer porto da França

Noticias vindas por Gottenburgo

Chegárão-nos esta manhã folhas de Hamburgo, e de Altona até 17 do corrente. Estas ultimas annuncião que os Janizaros em Constantinopla se declarárão contra a França, e a favor da Inglaterra, porem que o tumulto se tinha apaziguado. —— Hamburgo está tão exhaurido pela passagem de tropas que em muitas casas não se acha já huma côdea de pão, nem huma cama. Quasi todo o Hannover se acha nesta deploravel situação —— 50000 homens de tropas Francezas, que estão em Italia, tiverão ordem de marchar para Hespanha

Londres a 16 de Junho.

Extracto de huma Carta escrita a bordo da Statira.

" Segundo o que nos disse o Official Hespanhol, que levamos a Lord Gambier, o Povo Hespanhol faz todo o possivel para sacudir o jugo Francez. As Provincias de Asturias, Leão, e outras adjacentes armárão 60000 homens, em cujo numero se comprehendem varios mil de Tropa regular tanto de pé, como de cavallo. A Corunha declarou-se contra os Francezes, e o Ferrol se teria igualmente sublevado a não ter hum Governador do partido Francez. Os Andaluzes, nas visinhanças de Cadiz, tem pegado em armas, e destes ha já 40000, que são pela maior parte Tropas de Linha, e commandados por hum habil General. Toda esta tempestade se originou de Bonaparte ter declarado a Murat Regente de Hespanha. O espirito de resistencia chegou a Carthagena, e não duvido que em pouco seja geral por toda a parte. Espero que nos mandem ao Porto de Gijon, que fica poucas leguas distante de Oviedo, com huma sufficiente quantidade de polvora, &c. pois do successo de Hespanha depende a sorte de Portugal. A revolta he tão geral, que os habitantes das Cidades guarnecidas por Tropas Francezas tem pela maior parte hido reunir-se nas montanhas com os seus Concidadãos revoltados. "

Primeiro numero do primeiro jornal publicado no Brasil e impresso na *Officina Regia*.

"DIARIO OFFICIAL"

A EXISTENCIA de uma folha que désse publicidade aos decretos do Governo, ás leis e demais actos dos poderes publicos, foi desde logo uma necessidade inherente á creação da Imprensa Régia no Brasil.

E' bem de ver, porém, que o *Diario Official*, tal como hoje o temos, não o pôde ser sinão por effeito de uma evolução progressiva mas lenta.

Inaugurada a Imprensa em 13 de maio de 1808, a 10 de setembro sahia de seus prelos o numero inicial da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal que se publicou no Brasil.

Trazia a seguinte declaração:

« Esta *Gazeta*, ainda que pertença por Privilegios aos Officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, não he comtudo official; e o governo sómente responde por aquelles papeis que nella mandar imprimir em seu nome. »

Apesar disso, a *Gazeta* era, de facto, orgão official.

Sua impressão era feita em uma só columna até o n. 53 e dahi em diante em duas. Em 1821 augmentou o seu formato para *fol.* pequeno. Em 1822 passou a chamar-se *Gazeta do Rio* e cessou a sua publicação com o n. 157, a 31 de dezembro de 1822.

Foi redigida por fr. Tiburcio José da Rocha, official da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, até 1812.

Em 1813 assumiu a redacção o brigadeiro Manoel Ferreira de Araujo Guimarães, a quem succedeu o conego Francisco Vieira Goulart.

A 2 de janeiro de 1823 appareceu o primeiro numero do *Diario do Governo*, formato *in*-4º.

Imprimia-se na Imprensa Nacional, em quatro folhas, cada uma de duas columnas.

Os actos officiaes occupavam as primeiras columnas; seguiam-se noticias das provincias, algumas de Portugal, entradas e sahidas dos navios.

Mantinha uma secção denominada "Cartas politicas"; onde eram tratados assumptos politicos da actualidade.

Estas cartas eram collaboração de assignantes e leitores, segundo declaração do proprio *Diario do Governo.*

Tratando-se de questões importantes, o redactor, que assignava com as suas iniciaes A. J. P. travava polemicas rispidas com os adversarios, como foi a primeira dellas com Luiz Augusto May, redactor do *Malagueta.*

O *Diario do Governo* manteve o seu programma e formato, sem alteração, até o dia 20 de maio de 1824.

A 21 apparecia com o titulo de *Diario Fluminense*. Nessa data publicou a seguinte portaria explicativa:

« Artigos de Officio. Repartição dos Negocios do Imperio. Sendo indispensavel evitar que o Publico, illudido pelo Titulo do Jornal *Diario do Governo*, possa persuadir-se que na publicação de seus artigos tem alguma influencia o Governo de sua Magestade Imperial: Ha por bem o mesmo Augusto Senhor que não se publique mais aquella Folha com o referido Titulo. E Mando, pela Secretaria dos Negocios do Imperio, participal-o á Junta Directoria da Typographia Nacional, para que nesta conformidade o faça constar aos Proprietarios ou Edictores daquelle Jornal, e assim se execute. Palacio do Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1824.— *João Severiano Maciel da Costa.* »

Logo a seguir á portaria, a redacção declarou, laconicamente:

« Posto que em virtude da Portaria supra se muda o Titulo desta Folha, ella continuará, sem alteração, a preencher as obrigações a que se acha ligada para com o Publico. »

Não foram alterados nem a orientação nem o formato, continuando assim até 30 de abril. Neste dia, despediu-se da redacção Manoel Ferreira de Araujo Guimarães, publicando a declaração de deixar de dirigir o *Diario Fluminense* por motivo de alteração de saude. No dia seguinte, 1º de maio de 1830, assumiu a direcção o conego Januario da Cunha Barbosa, que em longo editorial fez a synthese do estado da politica interna do Brasil e terminou traçando o plano do jornal que ia dirigir, com estas textuaes palavras:

« Seguiremos a estrada Constitucional em todas os nossos escriptos, esperando dos Leitores que não nos brindem com os epithetos

de inimigos do nosso Liberal Systema, quando algumas vezes defendermos actos do Governo, que a maledicencia ou o engano censurarem como menos conformes á justiça e ao bem geral do Brasil; e pedindo por ultimo que nos enviem á nossa morada, rua dos Pescadores n. 112, aquellas Memorias, Correspondencias e Noticias, que, pela importancia da materia, decencia de estylo e interesse geral, mereçam ser publicadas. »

A 23 de abril de 1831 o *Diario Fluminense* trazia a seguinte declaração:

« O conego Januario da Cunha Barbosa faz publico que de hoje por diante não tem mais a seu cargo a redacção deste diario. »

Em 25 do mesmo mez, sem modificação de formato, o *Diario Fluminense* voltou a intitular-se *Diario do Governo.*

Logo abaixo do titulo trazia como epigraphe este pensamento, vertido de Virgilio:

« *Nasce de novo grande serie de éras; está acabado o tempo de enganar os homens.* »

O novo redactor, no seu artigo programma, assim se exprimiu:

« Sinto bastante não possuir cabedal de luzes igual ao do *ex-redactor*; mas sobejão-me desejos de tornar a servir esta mesma patria desassombrada e livre para sempre de hum governo ingrato, discolo e tyranno. Rogo-vos, portanto, maxime a todos os escriptores liberaes, que, longe de rijamente censurar-me no principio de tão ardua tarefa quotidiana, me deixem tomar pé na nova senda que trilho; na certeza de que não nos afastaremos do caminho da *honra* e da *liberdade* e que gostosamente sustentaremos, como pudermos, decente polemica,

afim de descobrirmos a verdade e a tomarmos por guia e modelo de nossa acção. *Valete.*

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1831.— *José Maria Cambuci do Valle.* »

Esta redacção teve a ephemera duração de quatro mezes incompletos, pois no dia 9 de julho o conego Januario da Cunha Barbosa voltava a fazer parte do mesmo diario, como seu redactor.

O seu artigo programma terminava com estas declarações:

« Hé nestas circumstancias que de novo nos encarregamos da redacção deste diario, desejosos de fazermos á Patria todo o serviço que estiver em nosso poder; e para que esta tarefa seja ainda mais proficua, visto que são mais favoraveis os tempos e os elementos, promettemos cingir-nos, o mais que nos for possivel, aos Artigos, que servirão de regra em nossa presente redacção:

1°, observaremos os Actos mais importantes do Governo, publicando as Peças officiaes que fizerem o objecto das nossas observações;

2°, publicaremos as Leis, Decretos e Medidas Policiaes, que interessem o conhecimento dos nossos concidadãos;

3°, daremos a nossa opinião sobre os trabalhos mais interessantes de ambas as Camaras e sobre a sua tendencia politica;

4°, faremos breves analyses do que acharmos util ou prejudicial nos Periodicos do Imperio;

5°, daremos as noticias dos factos mais interessantes de todas as Provincias do Brasil;

6°, publicaremos aquellas noticias estrangeiras que nos possam servir de instrucção e aquellas que os nossos Concidadãos nos enviarem sobre objectos scientificos e de publico interesse. »

Mudando apenas de epigraphe, nesta data, como ainda o fez em 2 de janeiro do anno seguinte, o *Diario do Governo* continuou com o mesmo formato, a mesma

orientação e, ao parecer, com a mesma redacção até 28 de junho de 1833, dia em que publicou esta declaração:

« Aviso ao publico e em particular aos Srs. Assignantes do *Diario do Governo*.

Em consequencia dos Avisos abaixo transcriptos, os proprietarios do *Diario do Governo*, privados de publicarem, como até aqui, as Peças officiaes, não podem continuar com a publicação da sua Folha, que era principalmente composta de taes Peças, e rogam, portanto, aos senhores que já teem assignado pelo trimestre de junho a setembro do corrente anno, hajam de mandar receber o dinheiro das respectivas Assignaturas, na mesma casa onde o entregaram:

« Faça V. S. dar cumprimento ao aviso incluso, que me foi dirigido pela Repartição dos Negocios do Imperio, relativamente ao periodico *Diario do Governo*, de que são proprietarios os officiaes da Secretaria dos Negocios Estrangeiros e os da Guerra, onde se acha actualmente a administração do dito periodico.

Deus guarde a V. S. — Paço em 27 de junho de 1833. — *Antero José Ferreira de Britto*. Sr. José Ignacio da Silva. »

« Illm. e Exm. Sr. — Não sendo sufficiente o *Diario do Governo*, pelo seu pequeno formato, para a publicação dos Papeis Officiaes, e havendo-se uma Sociedade Patriotica compromettido a estabelecer um jornal muito mais amplo para aquella publicação, e a de artigos proprios para sustentar a boa ordem, o systema constitucional — e o Governo legal: a Regencia em nome do Imperador: Ha por bem mandar participar a V. Ex. que do dia 1º do seguinte em diante sómente será considerada official esta Folha a cujo principal Redactor, o conego Januario da Cunha Barbosa, V. Ex. mandará remetter em carta fechada os papeis da Repartição a seu cargo, que nella devem ser impressos, cumprindo, outrosim, que V. Ex. expeça as ordens convenientes para que os proprietarios do que até agora intitulado *Diario do Governo* não continuem a usar mais nelle deste titulo, nem estampar no seu frontespicio as Armas do Imperio; para o que se expede tambem nesta data o competente Avizo á Repartição dos Negocios Estrangeiros. Deus guarde a V. Ex. — Paço em 26 de junho de 1833. — *Aureliano de Souza* e *Oliveira Coutinho*. Sr. Antero José Ferreira de Britto. »

Por esta fórma terminou a sua publicação o *Diario do Governo*, que sempre manteve o mesmo formato, teve

DIARIO OFFICIAL.

IMPERIO DO BRASIL.

Anno de 1862. Quarta Feira, 1.º de Outubro Numero 1.

DIARIO OFFICIAL

PARTE OFFICIAL.

MINISTERIO DA JUSTIÇA

MINISTERIO DA GUERRA

Primeiro numero do *Diario Official* de 1 de outubro de 1862, com quatro paginas, sendo apenas duas de materia official.

pequenas alterações em seu programma inicial e sempre foi impresso na Imprensa Nacional.

O novo jornal, que o substituiu, appareceu em 1º de julho de 1833, com o nome de *Correio Official*, no formato de *in-folio* pequeno, trazendo por divisa:

In medio posita virtus.

Impresso desde o seu inicio até 2 de abril de 1834, na typographia de Thomaz B. Hunt & Comp., passou dahi em diante a ser editado na Imprensa Nacional. Tinha uma secção para a publicação dos actos officiaes e outra editorial, onde tratava dos assumptos relevantes de actualidade. A sua duração foi até 31 de dezembro de 1839.

Desta data até 1º de setembro de 1846, parece não ter havido jornal official, pois só então surgiu a *Gazeta Official do Imperio do Brasil*, que durou até 31 de julho de 1848, e que teve como redactor, por algum tempo, Francisco Octaviano de Almeida Rosa.

Tinha o formato *in-folio* pequeno e, como as anteriores, uma secção editorial, onde discutia questões do dia e inseria correspondencia do estrangeiro.

De 1848 a setembro de 1862 não existiu nenhum jornal official, propriamente dito.

O Governo publicou os actos officiaes no *Diario do Rio de Janeiro*, depois que desappareceu a *Gazeta Official do Imperio do Brasil.*

O *Diario do Rio de Janeiro*, era de propriedade de Nicolau Lobo Vianna, com quem contractou o Governo, como contractara com outros jornaes, a publicação de seus actos.

Este systema de contractos terminou em 1862, com a creação do *Diario Official*.

A 1º de outubro deste anno foi publicado o seu primeiro numero, em formato *in-folio* grande, trazendo no frontispicio as armas imperiaes, como se vê da reproducção que fazemos da sua primeira pagina, em gravura.

No primeiro artigo, intitulado "Introducção", expoz a orientação da folha:

«Não será o *Diario Official* um novo combatente nas lides politicas, nem polemista ardente nas questões que se discutirem: a outros a gloria que dahi possa resultar.

Orgão do Governo, o *Diario Official* saberá dizer o seu pensamento, sem jámais desviar-se das regras severas da cortezia e da boa sociedade, devendo a sua redacção ser calma e moderada, justa e imparcial como o Governo de que é e será o orgão.

Não temos que ver nas luctas dos partidos e menos ainda na dos individuos: não somos advogado para defender seus interesses, nem juiz para qualifical-os. Outra é a missão que nos foi incumbida: o que os leitores devem esperar de nós é a revelação da marcha do Governo, para que por ella possam os competentes julga-lo.

Temos providenciado para obter noticias exactas das provincias do Imperio e esperamos tel-as tão desapaixonadas como desejamos e convém aos preceitos que nos impuzemos. Do exterior, além das noticias que pudermos colher dos jornaes mais acreditados, teremos, tão breve quanto é possivel, correspondentes nos Estados que mais relações commerciaes e politicas têm com o Imperio.

Não desdenharemos, quando nos sobrar espaço, artigo de leitura instructiva e amena, em que o espirito do leitor descance das fadigas do dia. »

O *Diario Official* discriminara a parte editorial da "Parte Official". Nesta eram registrados os actos officiaes do Governo, da administração e dos tribunaes. Tinha tambem a "Parte Commercial" occupando-se da Junta

de Corretores, movimento do porto, dos productos nacionaes, preços e existencias do café, assucar, fumo, etc.

Havia outra secção para transcripções de politica internacional e de factos momentaneos de interesse.

Sobre *A Guerra do Mexico e as potencias européas*, versou a primeira dessas transcripções.

No n. 6, de 7 de outubro de 1862, iniciaram-se duas novas secções: a de critica theatral, sob o titulo "Variedades", occupando-se do drama *Lusbella*, do Dr. J. M. de Macedo, levado á scena em 28 de setembro do mesmo anno, no Theatro Gymnasio; e a de "Annuncios Particulares", para reclamos de negocios.

Trouxe ainda este numero a seguinte declaração:

Diario Official — Este jornal publica-se todos os dias, com excepção dos que se seguirem aos domingos, dias santos e de festa nacional.

« As suas columnas estão francas a qualquer publicação de interesse publico, sem retribuição alguma. Os artigos de interesse particular serão publicados mediante retribuição rasoavel. Acceita tambem annuncios.

Em todo caso, é de rigor a censura da Redacção, visto pesar sobre ella a responsabilidade moral de quanto se publicar no *Diario Official*. »

As correspondencias do estrangeiro começaram a apparecer em novembro.

A 7 deste mez, no n. 32, começou, na secção "Variedades", artigos de critica litteraria sobre — *Os Miseraveis*, — de Victor Hugo, assignados pelo Barão de Ernof.

No n. 43, de 20 de novembro, em editorial, pela primeira vez, defendeu o Governo das accusações dos

jornaes opposicionistas, que o atacavam a proposito da celebre questão Bianchi, motivada por uma reclamação do Governo da Italia.

Em janeiro de 1864, discutiu a questão da barca ingleza *Prince of Walis*, e a prisão de tres officiaes da fragata *Forte*, defendendo o Governo dos ataques da opposição.

A 19 de março, appareceu a primeira carta sobre a litteratura portugueza de seu correspondente em Lisboa. José Maria de Andrade Teixeira.

Em 21 de maio, inseriu, com o titulo "Palestras Parisienses", a primeira chronica humoristica, de Ramón Lopez, expressamente escriptas para o *Diario Official*.

Em julho do mesmo anno iniciava a série de cartas sobre os movimentos politicos na Europa.

A 15 de novembro, veiu o começo da traducção da *Pharsalia*, por J. F. de Castilhos.

Esta estranha orientação do orgão official continuou até 1868.

A 1º de janeiro de 1869, appareceu com algumas modificações: desappareceu a "Secção Editorial", e com ella as discussões dos assumptos governamentaes; supprimiram-se as noticias theatraes, humoristicas, litterarias, as publicações de poesias, festas, tanto particulares como publicas.

A "Secção do Exterior" continuou, expurgada de litteratura, para os assumptos de interesses internacionaes, politicos, economicos e commerciaes.

A "Secção de Annuncios" foi conservada.

Estas normas foram seguidas até 1878.

Em março desse anno, o conselheiro Silveira Martins, ministro da Fazenda, restaurou a defesa do Governo no *Diario Official*, travando este, desde logo, violenta polemica com outros jornaes e rebatendo até os "A pedido", do *Jornal do Commercio*, por vozes de escriptores anonymos. Debateu-se, então, a fiscalização das rendas.

Não tardou muito, porém, que o *Diario Official* voltasse ao primitivo programma, evitando as polemicas e discussões politicas, conducta que observou até á fundação do actual regimen.

No dia 15 de novembro de 1889 lia-se no *Diario Official*, em seu "Noticiario", o seguinte:

« *Visitas* — Sua Magestade o Imperador, acompanhado de seus semanarios, visitou hontem ás 2 ½ horas da tarde a Imprensa Nacional. Em companhia do Sr. administrador, por quem foi recebido, e do Dr. director do *Diario Official*, Sua Magestade percorreu todas as officinas, examinando os serviços e manifestando-se satisfeito sobre os melhoramentos realizados. Sua Magestade retirou-se ás 3 ½, tendo sido acompanhado até a porta pelo Sr. administrador, todo o pessoal da Secção Central e Dr. director do *Diario Official*. »

Do numero seguinte em diante desappareceu do meio do titulo a corôa, e em lugar do *Imperio do Brasil*, inscreveu *Republica Federativa Brasileira*, sem outra alteração no feitio.

Publicou esse numero, de 16 de novembro, a proclamação do Governo Provisorio, o decreto de organização provisoria da Republica Federativa e as nomeações dos ministros, dos governadores dos Estados do Rio, Minas Geraes e Bahia, do chefe de Policia e do director do *Diario Official*.

A redacção nada disse dos acontecimentos, e o "Noticiario" só tratou assumptos de administração ordinaria.

No "Noticiario" do dia 18 lia-se esta informação:

« *Partida de D. Pedro de Alcantara e sua familia* — A's 3 horas da madrugada de hontem embarcou, em companhia de toda a sua familia, o Sr. D. Pedro de Alcantara, ex-imperador, no caes Pharoux a bordo de uma lancha que o transportou para o cruzador *Parnahyba* seguindo depois para uma das enseadas da Ilha Grande, onde se passou para o paquete *Alagoas*, que o deve conduzir para fóra da Republica. O embarque effectuou-se na melhor ordem, observados estrictamente todos os deveres de cortezia. O paquete *Alagoas* é comboiado por um vaso da nossa Armada. »

De 20 em diante, por muitos dias, publicou a *Constituição Americana, noticia historica, texto e commentarios*, por Luiz Vossion.

O *Diario Official*, desde o dia de sua fundação, se edita na Imprensa Nacional.

Em 1878 e 1879 publicou os trabalhos das Camaras, até o apparecimento do *Diario do Parlamento Brasileiro*, depois *Diario do Congresso Nacional*, que lhe vinham annexos.

Hoje imprime os mesmos trabalhos no corpo da folha ainda com o mesmo titulo.

Por muito tempo, sendo a Imprensa Nacional dirigida por um administrador, teve o *Diario Official* um director, nomeado pelo Governo, com quem se entendia directamente a respeito da funcção politica da folha, tendo attribuições para organizar o jornal official, dirigir o pessoal e serviços inherentes a elle, e a de requisitar da administração da Imprensa Nacional, por meio de talão, o material preciso ao expediente e trabalhos da redacção.

A acção muitas vezes concurrente das attribuições do director do *Diario Official* e do administrador da Imprensa Nacional creou difficuldades não poucas entre os dous serviços, em prejuizo da causa commum.

Em 1887 o administrador, em seu relatorio, ponderava:

« Na publicação de uma folha ha dous serviços perfeitamente distinctos: o da redacção e o da administração. O trabalho da redacção consiste em ministrar originaes, acceitar ou rejeitar os escriptos, dar titulos ás secções e artigos, coordenar, emfim, as materias a publicar, é a parte intellectual. A' administração incumbe a impressão da folha; desde a composição e revisão até a sua distribuição, cabendo-lhe, no desempenho do serviço, fixar o minimo dos empregados precisos e marcar-lhes os salarios que devem vencer dentro dos limites que lhe forem traçados, os quaes, no *Diario Official*, são as verbas fixas do orçamento; esta é a parte economica. O regulamento vigente, porém, nos arts. 25 e 28, passou para o director do *Diario Official*, não sómente a fiscalização da publicação dos debates do Parlamento, como tambem a nomeação e a fixação dos vencimentos de uma parte do pessoal. Essa intervenção da parte litteraria em negocios pertinentes á parte economica acarreta duplo inconveniente: póde occasionar conflictos e contribue para que escape á fiscalização da administração parte importante das despesas, o que, aliás, é um dos seus mais importantes deveres. »

Estas verdades vingaram mais tarde, com a suppressão do cargo de director do *Diario Official*, pelo decreto n. 1.938, de 14 de janeiro de 1895, que concentrou suas attribuições nas do director geral da Imprensa Nacional.

As officinas do *Diario Official*, que funccionaram anteriormente em separado, foram incorporadas ás da Imprensa Nacional por decreto de 21 de fevereiro de 1885.

Foram directores do *Diario Official*:

Conselheiro Josino do Nascimento Silva;
Dr. Francisco Rangel;
Dr. Antonio Achilles de M. Varejão;
Conselheiro Tito Franco de Almeida;
Luiz H. Vieira Souto;
Joaquim Serra;
Machado de Assis;
Dr. Gustavo do Rego Macedo;
Dr. Pedro de Barros C. de Albuquerque;
Dr. José Avelino G. do Amaral;
Dr. João dos Santos Sarahyba;
Dr. Francisco Antonio de Almeida;
Dr. Deodato Villela dos Santos;
Dr. Julio Borges Diniz;
Dr. Vicente de Souza;
Dr. Raul Pompéa;
Dr. José Marques de Acauã Ribeiro.

O *Diario Official* foi sempre um serviço de utilidade publica e como tal poderia com justiça custar ao erario annualmente qualquer dispendio; mas, ao contrario disso, elle tem sido fonte de economia e de renda.

Já em 1880 declarava a Mesa do Senado que a publicação de seus debates nelle, em 1878 e 1879, custaram menos que a despesa feita com o mesmo serviço em 1876 e 1877, pelo *Diario do Rio de Janeiro*, para isso contractado.

A parte economica do *Diario Official*, mesmo quando teve elle um director, esteve sempre subordinada á eco-

nomia geral da Imprensa Nacional, por isso que por uma só verba que lhe era votada se regulavam os dous serviços.

Entretanto, dos balanços parciaes do *Diario Official* pode se ver que em pouquissimos exercicios apparecem pequenos *deficits*, sendo a norma constante os saldos crescentes.

E' o que mostram os algarismos seguintes :

	Receita	Despeza
1879-1880	171:984$286	175:872$951
1881-1882	166:471$880	140:205$157
1894	296:991$600	311:456$715
1898	326:896$877	363:804$329
1903	397:808$500	400:448$983
1905	471:986$340	403:358$223
1906	585:004$388	522:024$507
1907	549:611$800	547:168$435
1908	605:633$416	555:002$565
1909	657:392$600	543:329$330
1913	1.505:860$235	1.212:761$824
1914	1.152:167$610	846:976$279
1915	1.186:996$744	910:810$538
1916	1.157:094$221	1.020:080$734
1917	1.429:688$225	1.015:197$910
1918	1.596:456$830	1.035:257$550
1919	1.678:069$250	1.230:328$691
1920	2.648:104$865	1.763:366$779

Dos exercicios de 1910 e 1912 não existem relatorios, e o de 1911 occupou-se mais de assumptos que não se prendem estrictamente a materia administrativa; por isso não figuram no quadro supra os dados relativos a esses annos.

As edições do *Diario Official* têm variado, tanto no numero de exemplares, como no de paginas, segundo as circumstancias, o que é aliás da indole de tal trabalho.

Em 1878 e 1879 foram as edições de 4.800 exemplares; desceu em 1881 a 1.500.

O relatorio de 1914 dá como edição normal 6.300, e diz que ás vezes se elevou a 10.000.

De 1915 a 1918 a tiragem oscillou entre 6.500 a 8.000.

Em 1919 e 1920 a média das edições diarias conservou-se entre 7.000 a 8.000 exemplares, attingindo, excepcionalmente, a 11.000.

Depois de 1895, em que foi extincto o cargo de director, o *Diario Official* tem tido como redactores:

Dr. Ubaldo de Souza;
Dr. Gaspar Drummond;
Dr. José Verissimo;
Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello;
Dr. M. Augusto de Carvalho.

Encerremos este capitulo com uma nota talvez aproveitavel para a poupança de trabalho e despesa desta folha, e que dará maior facilidade á verificação das materias nella publicadas. Referimo-nos ás reproducções das materias publicadas, que trazem sempre esta nota:

« Reproduz-se por ter sido publicado com incorrecções. »

Seria conveniente que essas incorrecções desapparecessem por uma mais cuidadosa revisão dos originaes e das provas typographicas, para poupar dispendios e evitar aos leitores a necessidade de, lendo uma publicação, serem obrigados a procurar nos numeros subsequentes do *Diario Official* se não houve della reproducção.

Quanto ao *Diario do Congresso* o facto terá origem, talvez, na pressa com que são publicados os discursos que, em sua maioria, trazem esta resalva:

«Não foi revisto pelo orador.»

Ficariam as edições do *Diario Official* mais leves e de mais facil pratica ás consultas que se lhes tenha de fazer.

DIARIO OFFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL — ORDEM E PROGRESSO

ANNO XLVII — 20º DA REPUBLICA N. 11[illegible] — CAPITAL FEDERAL — QUARTA FEIRA 13 DE MAIO DE 1908

DIARIO OFFICIAL

IMPRENSA NACIONAL

(OFFICINA OFFICIAL)

1808-1908

D. João VI

Escreveu Oliveira Martins, na *Historia de Portugal*, esta pagina, [illegible] como um [illegible] ao desenhar o desabalado exodo da côrte para o Brazil, em 1807:

« Tres seculos antes Portugal embarcara, cheio de esperanças e cobiça, para a India; em 1807 (29 de novembro) embarcava em prestito funebre para o Brazil. A onda da invasão varria deante de si o enxame dos parasitas immundos, desembargadores e repentistas, peraltas e [illegible], frades e freiras: tudo isto, a monte, embarcava, ao romper do dia, no cáes de Belem.

Parecia o levantar de uma feira e a mobilia de uma suja barraca de saltimbancos fallidos, porque o principe regente, para abarrotar o bolso das [illegible] peças de ouro, seu [illegible], ficara a dever a todos os credores, deixando a tropa, os empregados, os creados por pagar. Desabava tudo a pedaços; e só agora, finalmente, o terremoto começado pela natureza, continuado pelo marquez de Pombal, se tornava um facto consummado. Muita gente por [illegible], recusava-se; outros preferiam o invasor ao Bragança, que fugia miseravel e covardemente. E por fim, a rainha chegou de Queluz a galope. Parecia que o juizo lhe voltava com a crise: Mais devagar! gritava ao cocheiro, diriam que fugimos! » A sua loucura proferia com juizo brados de desespero, altos gritos de raiva, estorcendo-se, debatendo-se, às punhadas, com os olhos vermelhos de sangue, a bocca cheia de espuma. O protesto da louca era o unico vislumbre de vida. O brio, a força, a dignidade portugueza acabavam assim nos labios ardentes de uma rainha doida! »

E' a legenda negra de uma ignominia nacional, que, ainda hoje, transcorrido um seculo, incendeia em labaredas a penna dos historiographos.

A sentença [illegible] terá juizo o [illegible] revisor? Convirá à consciencia das nações exonerar os chefes de Estado do dever soberanamente subordinado, do heroismo, do devotamento pessoal até a immolação da vida, na emergencia das crises supremas da integridade e da honra nacional? Não seria diminuir degradantemente o conceito da magistratura maxima que exercem, symbolos e repre-

sentantes effectivos da collectividade social, consentir-lhes que o egoismo [illegible] do homem limite e [illegible] o desempenho da funcção soberana?

Como quer que seja, a solidariedade da historia entre a metropole e a colonia, tão subordinada a restricções [illegible], é bem de ver não nos impõe a nós o [illegible] dos beneficios que arrecadámos com a transferencia do governo para o Brazil.

D. João VI tem de ser julgado, emquanto aqui demorou, no fôro territorial historico do Brazil, por outros autos, diversos elementos processuaes, differente criterio judiciario. A condemnação peremptoria fôra mais que uma injustiça politica: valera uma chronica e nescia [illegible] de historia, já definitiva.

A côrte portugueza e o Brazil se deparou desde logo como aquella « America onde tudo é grande: as provincias, os rios, os montes, as campinas, as mattas, as arvores, que excedem extraordinariamente ao que se costuma ver no Reino », como arrobadamente escreveu Luiz Antonio de Souza, governador de S. Paulo, ao marquez de Pombal.

A influencia assoberbante desse meio americano, a suggestão [illegible] e tenaz do movimento [illegible], que a Revolução Franceza diffundia, a ambição natural de promover a atrophiada colonia a prospero e faustoso reino, séde condigna do throno portuguez, a amarga e ensinadora experiencia da fragilidade da carunchosa construcção politica tradicional da metropole, inopia como seguro abrigo do povo e da realeza, a effusiva reacção de magnanimidade cordial e dadivosa, que succede, naturalmente, ao transe de um grande perigo conjurado, e em D. João VI a indole bondosa, justiceira e liberal do homem, ainda que [illegible] e desmedida, não raro, pelos preconceitos e fraquezas do rei, tudo concorreu a tornar auspiciosa a evolução social do Brazil o periodo historico de 1808 a 1821.

Era D. João VI um caracter mais que timido, apavorado; as allucinações e delirios da rainha mãe, os desregramentos da rainha consorte, em cujas luxuriantes camaras se conspirava contra a honra do homem e a corôa do rei, a desapoderada estroinice dos filhos que havia de se desmandar até á guerra fratricida, passando pela usurpação [illegible], o arrogante e predatorio jugo inglez, [illegible] a realeza pelos cabellos e a integridade nacional pelo sequestro do erario das rendas publicas, a invasão conquistadora dos francezes, inundando o reino como flagello de ferro e fogo, a susceptibilidade [illegible] de uma consciencia onde o terror do inferno fustigava constante, como a obsessão de um abysmo e de um despenhamento, tudo fazia de D. João VI um ente enfermiço e infeliz.

Mas, a despeito disso, sua intelligencia lucida, a rectidão [illegible] no juizo, uma alma compassiva até á lagrima facil, um pendor de justiça reparatoria, desde a esmola abundante até a escusa [illegible] da offensa official, o anceio de fazer contentes e fe-

O Diario Official de 13 de maio de 1908, com 47 paginas, excluido o *Diario do Congresso*.

A REAL FABRICA DE CARTAS DE JOGAR

Como um caso curioso, episodio exotico dos annaes da Imprensa Nacional, damos em capitulo especial ás notas pertinentes á Real Fabrica de Cartas de Jogar, separando-as das que concernem aos labores de estamparia, onde poderiam ser collocadas.

Afastamo-nos tambem do methodo seguido por Oliveira Bello, que as inseriu no capitulo sobre as finanças, por ter sido dita fabrica, em dado cyclo, relativamente curto, o sustentaculo economico da Imprensa Nacional.

E' um facto historico de pouco escrupulo administrativo o "fazer do vicio fonte de renda publica", como diz a Constituição sul-riograndense; mas é um peccado do

qual não podemos ainda penitenciar-nos: as loterias subsistentes, autorizadas por lei, continuam a ser fortes contribuintes do erario.

E, recentemente, a lei do Congresso autorizando, tributando e mandando fiscalizar os *clubs* que exploram o jogo, veiu, não simplesmente cohonestar a tolerancia culposa da administração colonial, como ainda sobrepujal-a, pela variedade e extensão.

Não encontrámos noticia da constituição e regulamentos desta singular industria régia.

Sabe-se, porém, que, por decreto de 31 de outubro de 1811, foi a supradita Fabrica annexada á Impressão Régia.

Os membros da Junta Directoria, além dos magros ordenados pagos pelo cofre da Fabrica de Cartas, tinham 5% do rendimento liquido della.

Na Bahia fôra apprehendida uma fabrica clandestina e sequestrados para a Fazenda Real todos os utensilios.

Em 1815, a Junta Directoria reclamou com urgencia esses objectos apprehendidos "por haver entre elles alguns de muito prestimo, mandados vir de paizes estrangeiros pelo dono da dita Fabrica", por se fazerem precisos, "evitando-se por este modo o sobrecarregar com uma inutil despesa a Real Fazenda".

Em 1816, dous negociantes, Jayme Mendes de Vasconcellos e Thomaz Soares, propuzeram ao Governo arrendar a Fabrica por nove annos, pagando 8:000$ annuaes.

A Junta, oppugnando a proposta, disse:

« Do que se patenteia que as vantagens propostas pelos requerentes são unicamente em seu favor, e que desejam suffocar um esta-

belecimento nascente, querendo que, pela inconsideravel differença proposta, se sacrifiquem as racionaes esperanças dos futuros reditos da Real Fabrica pelo zelo da administração. A razão que moveu o benefico animo de Sua Magestade para incorporar a Fabrica de Cartas á Regia Officina Typographica é hoje tanto mais poderosa quanto é impossivel que esta officina continue a subsistir sem o subsidio dos reditos da mesma Fabrica. . . »

Aquelle zelo e esta positiva affirmação não deixam duvida de que a Impressão Régia se mantinha dos lucros das cartas de jogar.

O arrendamento proposto, a despeito disso, foi concedido a Jayme M. Vasconcellos & Comp., a quem se entregou a Fabrica em 21 de abril de 1818.

A Junta, lamentando essa entrega, pede ao Governo indemnização em compensação ao desfalque na renda que esse arrendamento lhe causou; e, ainda a proposito de uma encommenda de typos que fizera, diz:

« Esta Junta fez a dita encommenda para o bom serviço da Typographia e perfeição da arte, na segurança do pagamento pelo producto da Real Fabrica das Cartas, que Sua Magestade foi servido mandar entregar com todas as cartas manufacturadas ao novo contractador, o que se acha executado. . . »

Sua Magestade ordenou aos contractantes que entregassem á mesma Junta, no principio de outubro de cada anno, 2:000$, e no principio de cada um dos trimestres que se fossem vencendo, 1:000$, para occorrer ás despesas da Officina Régia.

Em 22 de março de 1817, pugnando pela exploração

da Fabrica, a Junta accusava de prevaricação a um juiz, em officio que dirigiu ao Conde da Barca:

« Apesar de conhecer esta Junta Directoria da Real Fabrica de Cartas de Jogar, o escandaloso contrabando de cartas, que grassava no Brasil e dominios ultramarinos; apesar de estar convencida que as autoridades encarregadas de o prevenirem e castigarem, pouca ou nenhuma attenção têm prestado aos reiterados officios que por esta Junta lhes têm sido dirigidos a esse respeito; estava muito longe de presumir que devesse levar hoje á presença de V. Ex. uma queixa contra um magistrado, tal como o juiz da Alfandega da Bahia, que, a despeito de tão sabidas e positivas leis, está dando despachos a cartas de fabricação estrangeira, como a V. Ex. será presente pelo documento incluso, que a esta Junta fez chegar o administrador da venda das cartas naquella Capitania. »

Ainda em 31 de maio de 1823, premida por difficuldades financeiras, dizia a Junta ao ministro da Fazenda:

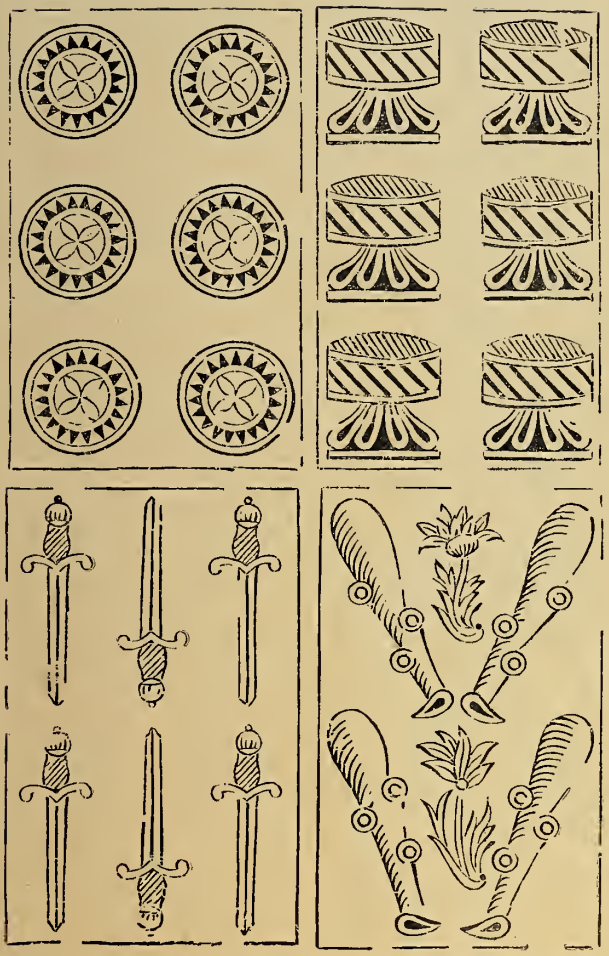
« Emquanto esteve nesta casa a administração das cartas de jogar, suppriram-se as faltas de um com os reditos de outro estabelecimento; e quando o fabrico e a venda se concedeu por contracto foram applicados annualmente quatro contos de réis, que os arrendantes pagavam á Typographia, e se lhes levavam em conta no Thesouro Publico, mas, como o ultimo pagamento que fizeram de um conto de réis foi em novembro de 1821, ficou desde então a Typographia sem meios de poder fazer as suas despesas. E' verdade que no mez de julho de 1822 se recebeu do Thesouro Publico um conto de réis, e agora outro em abril proximo passado; mas não é possivel que com tão diminutas sommas se possa fazer face ás despesas desta casa, muito principalmente quando tem diminuido tão consideravelmente o lucro que tirava das obras particulares e crescido sobremaneira o trabalho do serviço publico, hoje tão augmentado com os impressos necessarios para a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa. »

O arrendamento terminou, ou foi rescindido em 1823, e a 2 de setembro recebia a Junta todos os utensilios da Fabrica e as cartas confeccionadas existentes; mas logo,

a 9 de dezembro do mesmo anno, o Governo extinguiu o monopolio dessa industria official, permittindo a entrada franca do estrangeiro do artigo que fazia a sua exploração.

Data é, pois, assignalada neste estabelecimento o dia 9 de dezembro de 1823, em que foi extirpada da sua honesta administração a excrescencia viciosa que alimentava o jogo.

"Clichés" xylographicos das cartas de jogar confeccionadas desde 1811



na Real Fabrica, que funccionou, annexa á Imprensa Régia, até 1818

OPERARIOS E OPERARIAS

O PESSOAL operario da Imprensa Nacional tem tido, quanto ao numero, um notavel desenvolvimento ascendente, necessario, aliás, para corresponder ao augmento e multiplicidade de trabalhos que concorrem ás suas officinas.

Ao inaugurar-se a Impressão Régia em 1808, typographia modestissima de um só prélo de acção manual, é intuitivo que teria sido o numero de seus operarios correspondentemente muito exiguo.

Faltam os dados e informações para precisal-o nessa época e nos 20 annos que se lhe seguiram.

Sómente em 1829 encontramos que o numero de operarios, no estabelecimento, era de 50.

Dahi em diante não cessou o augmento delle.

Já em 1877 estava elevado a 170.

Um decennio após, em 1887, contava-se 291.

Mais um decennio, e, em 1897, era de 551.

Elevou-se ainda, no terceiro decennio decorrido, para 1.080, em 1807.

Attingiu ao maximo em 1911, verificando-se existirem, então, no estabelecimento, 1.293 operarios.

A reducção necessaria que se impoz á actual administração, sem prejuizo dos serviços, converteu aquelle numero em 1920, para 924, tendo presentemente a Imprensa Nacional (*Diario Official*, inclusive) 1.087 operarios.

Si a este numero juntarmos o do pessoal administrativo (114) teremos o total de 1.201 pessoas que laboram neste grande estabelecimento.

Aqui tratamos, porém, sómente do pessoal operario, no intuito de registrar os factos de mais interesse que a elle se relacionam.

Dado o seu numero integral, não é incabivel fazer a discriminação das partes delle representadas, respectivamente, por homens e por mulheres.

De iniciativa do administrador Antonio Nunes Galvão em época anterior a 1892, foi admittido o trabalho feminino nas officinas da Imprensa Nacional.

Diz a tradição que essa louvavel iniciativa vizou beneficiar as viuvas e filhas de operarios fallecidos, proporcionando-lhes ganhos pelo labor honesto. Bemdita iniciativa.

O numero de operarias com que foi inaugurada essa admissão e com que proseguiu por alguns annos não

Officina de Composição

alcançamos conhecer. Encontramos, porém, que em 1892 era elle de 37, occupando-se as obreiras na dobragem de folhas, costuras de livros, feituras de talões e outros trabalhos mais faceis e leves da officina de serviços accessorios.

Em 1894 já havia 40 nessa turma e mais 20 na de composição; em 1896, 39 e 17, respectivamente; em 1900 eram 57 nos trabalhos de encadernação e 36 na composição.

Em 1901 havia no estabelecimento 100 obreiras, e 109, em 1902.

Em 1904 o seu numero era de 102, elevado, em 1907, para 140, occupando-se 71 em serviços accessorios e 69 na composição, sem contar as que praticavam a aprendizagem, sem vencimento. Em 1908 havia naquellas duas secções 151 obreiras.

Elevou-se ainda este numero a 200 em 31 de dezembro de 1913, como se vê do relatorio desse anno.

Actualmente trabalham na casa 149 mulheres, sendo 78 na secção de brochura e 71 na composição.

Trabalham em salas especiaes, apartadas das em que funccionam as officinas dos homens; as horas de entrada e sahida são differentes das dos operarios; e, sujeitas ao regimen commum do operariado, estão, todavia, subordinadas a certas regras disciplinares, exigidas pela concurrencia dos dous sexos no mesmo estabelecimento.

Quanto á producção e a ordem dessas secções, já em 1897 eram salientadas pela autoridade de um dos mais provectos administradores que tem dirigido esta casa — Antonio Nunes Galvão.

Diz elle em seu relatorio daquelle anno, ao tratar das duas secções de operarias:

«A primeira, typographica, da qual já fiz menção quando tratei da officina de composição. Muitos e importantes são os expedientes e obras ahi preparados, com arte e capricho, contendo quadros, mappas e tabellas, sendo tudo feito por obra; ainda agora está compondo o relatorio da Marinha, sem prejuizo de diversas outras obras volumosas; apraz visitar essa sala de trabalho pelo asseio, ordem, disciplina e applicação que ahi se observam. Esse lisongeiro estado deve-se á pericia e circumspecção do artista que a dirige, o sr Alberto Jayme Smith. A segunda, dita de brochuras, contém 54 operarias, que se occupam com a dobragem de folhas, confecção de brochuras, e cartonagens de obras e talões, gommagem e picotagem de estampilhas, carimbo de papel necessario para esses e outros serviços congeneres. Ahi todo o trabalho é feito por obra, e o chefe, operario activo e deligente, dirige todo o serviço auxiliado por um ajudante e official, unicos que vencem diarias. »

Estas palavras podem ser reditas hoje com egual verdade, tanto mais que o chefe actual da Secção de Artes é o mesmo Sr. Smith, alli elogiado.

Na secção ha pouco inaugurada de *monotypo* os cinco teclados das machinas existentes estão sendo accionados por mãos femininas.

De começo, e por muito tempo, eram as operarias pagas, com mui poucas excepções, *pro labore*, na razão das obras que executavam; mas o numero de diaristas foi cada vez mais augmentando, e o operariado da Imprensa Nacional ficou dividido em duas grandes classes: jornaleiros e obreiros.

Preponderou a primeira classe, de modo que hoje os obreiros são em numero relativamente pequeno pelas

secções de encadernação, composição e impressão; a grande parte compõe-se de jornaleiros.

Os salarios e as taxas dos serviços têm sido augmentados gradativamente em beneficio do trabalhador; os poderes publicos, de certo tempo, revelam ter tomado a peito melhorar a situação do seu operariado.

Já em 1902, pelo decreto n. 4.680, de 14 de novembro, mandou-se abonar ao operario, pago por féria, de reconhecido merecimento, uma gratificação, não excedente a 30 % de seu vencimento, si depois de 25 annos de effectivo serviço continuar a trabalhar.

A lei do orçamento para 1911 converteu os obreiros existentes em jornaleiros e determinou ainda que lhes fossem abonadas as diarias dos domingos e feriados.

Leis posteriores estatuiram mais — que em caso de ausencia do serviço por causa de molestia não deixassem de ser pagas as diarias aos operarios enfermos; deu-lhes férias annuaes; deu-lhes ainda direito a licença com vencimentos, em dadas condições.

Não cabe aqui apreciar o maior ou menor gráo de conveniencia e justiça dessas regalias autorizadas; individualmente somos pela legitimidade de todas ellas, pelo principio de que os fructos da producção devem aproveitar principalmente ao productor, e que todo trabalho honesto e util bem merece o premio de um repouso relativo.

Mas, tratando-se de uma instituição tal como é a Imprensa Nacional, que ao seu caracter de serviço publico liga a feição de officina industrial, é mistér não esquecer que ella deve pelo menos bastar-se a si mesma e sustentar-

se, na peior das hypotheses, com a sua propria renda, afim de evitar que um dia possa ser julgada insustentavel, como tal extincta, o que prejudicaria, principalmente, aos seus actuaes collaboradores — os operarios.

O augmento da despesa com a transformação dos obreiros em jornaleiros, pela lei do orçamento de 1911, é revelada no officio de 24 de maio desse anno, dirigido pelo director do estabelecimento ao ministro da Fazenda, onde justifica e pede a abertura de um credito extraordinario de 1.150:000$, para occorrer, durante o exercicio, ao referido augmento.

E comquanto os balanços geraes de quatro dos ultimos exercicios, de 1916 a 1919, demonstrem saldos favoraveis, como se vê do quadro que inserimos no capitulo sobre finanças, já o relatorio de 1920 traz ponderações alarmantes, accusadoras do estado financeiro precario do estabelecimento.

Além da parte desse relatorio que deixámos transcripta no alludido capitulo, trasladamos para aqui mais os seguintes topicos da conclusão do mesmo documento, sobre a situação do estabelecimento:

«Essa situação pode ficar assim esboçada: *despesa* que, de anno a anno, vem sendo consideravelmente augmentada pelo preço — que se mantém elevado — da materia prima e, sobretudo, pelo custo da mão de obra, que, não será de admirar, venha a tornar-se ainda mais elevado; *receita* sensivelmente diminuida por diversas causas, entre as quaes sobrelevam o desvio de encommendas da Imprensa Nacional para os estabelecimentos particulares e a installação de officinas typographicas nas diversas repartições, infringindo desse modo expressa disposição de lei — annualmente revigorada — que concentra na Imprensa Nacional o fornecimento dos impressos e trabalhos graphicos

de que ellas necessitam. Ora, não ha estabelecimento industrial, de especie alguma, que resista a regimen em que, pelo menos, a receita não contrabalance a despesa.

Portanto, finalizo salientando que urge substituir o regulamento de 1902, já muitas vezes alterado, parcelladamente, por disposições — esparsas em leis orçamentarias — que nem sempre consultam os interesses do estabelecimento.

A reforma, repito, pode ser levada a effeito sem prejudicar os direitos adquiridos pelos operarios. »

O problema pode e deve ser resolvido por uma razoavel reciprocidade. E' preciso que a Imprensa Nacional possa garantir ao seu operariado a continuidade do trabalho; mas para isso é preciso tambem que os operarios se esforcem pela manutenção e progresso do estabelecimento, pelo maximo da producção.

Annotando, acima, as medidas com que os poderes publicos têm vindo favorecendo a situação de seus operarios desta casa, devemos consignar que tambem elles não têm sido imprevidentes em garantir-se contra certas fatalidades da vida.

Data de ha muito o espirito associativo e de mutualismo por elles manifestado.

Varias associações têm sido fundadas e mantidas neste estabelecimento, pelos seus operarios.

Notaremos de passagem o patriotico Club Abolicionista Gutenberg, que relevantes serviços prestou á causa da libertação, sob a presidencia do provecto artista typographo Alberto Victor Gonçalves da Fonseca, para occupar-nos, especialmente, das sociedades que tiveram por escopo o bem-estar e facilidades da classe.

A Associação de Auxilios Mutuos dos Empregados da Imprensa Nacional fundada em 1880, tinha por fins — assegurar aos operarios uma diaria, quando enfermos, fazer-lhes adiantamentos por conta das férias, occorrer ás despesas de funeral, dar pensões a suas familias, finalmente, estabelecer-lhes mensalidades no caso de invalidez por molestias incuraveis ou desastre. Esta associação, por deliberação de sua assembléa geral, foi dissolvida em 1888, sendo rateado o seu capital.

Nos oito annos de sua existencia prestou beneficios aos seus associados no valor de 779:516$599.

A Associação de Auxilios Mutuos Previdencia, fundada a 11 de janeiro de 1887, tem por fim garantir á pessoa instituida pelo associado determinada quantia, contribuindo o instituidor com 6$ annuaes.

Sua receita desde a fundação até hoje importa em 22:187$801 e a despesa, no mesmo periodo, em 16:969$092.

Tem presentemente 34 associados, e o seu patrimonio, segundo o ultimo balanço, é de 6:853$249.

A Associação Funeraria dos Operarios da Imprensa Nacional, fundada em 2 de agosto de 1890; contribuição $250 mensaes; dá 150$ para funeral; tem actualmente 3.208 associados. A sua receita até agora somma em 209:598$332 e a despesa feita em 182:152$553. O seu fundo de reserva, além dos saldos dos balanços, é constituido por 20 apolices federaes de 1:000$000.

A Associação Beneficente dos Operarios da Imprensa Nacional, fundada em 1905; contribuição 1$ mensaes; tem por fim distribuir beneficencias e pensões entre os

associados. No ultimo anno despendeu com essas duas rubricas 949$934, tendo sido sua renda de 3:613$336. Conta actualmente 179 socios e o seu patrimonio é de 7:678$700.

A Associação de Soccorros Medicos e Pharmaceuticos, fundada tambem em 1905, a 1 de dezembro, deixou de existir em 1911, não se tendo reorganisado após o incendio, que occorreu naquelle anno.

Extincta, em 1888, a Associação de Auxilios Mutuos dos Empregados da Imprensa Nacional, foi substituida pela Caixa de Pensões dos Operarios da Imprensa Nacional e do *Diario Official*, instituida por decreto de 20 de julho de 1889, que deu novo regulamento a esta Repartição.

Durante muitos annos funccionou esta associação, com séde neste estabelecimento, sob a mesma direcção e por esta fiscalizada, servindo-lhe de thesoureiro o mesmo thesoureiro da casa, e sendo as contribuições descontadas nas folhas de pagamento dos empregados. Relatorios consecutivos dos directores da Imprensa Nacional della deram minuciosas informações annuaes. Era, pois, uma instituição official ou semi-official, regida pelo mesmo regulamento da Imprensa, de 1902, art. 70.

Em virtude de acto legislativo, tornou-se autonoma em 1917 e nesse novo caracter mudou de séde, elegeu sua directoria, nomeou seu thesoureiro, etc.

Por isso não a enumeramos entre os mutualismos creados e sustentados por exclusiva iniciativa dos empregados e operarios do estabelecimento.

Pela exposição que acabamos de fazer vê-se que o espirito mutualista, tão amplamente desenvolvido nesta

casa, muito tem concorrido para abrigar o seu operariado das eventualidades hostis a que a vida está sujeita.

E' de justiça, e apraz-nos encerrar este capitulo com a relembrança de algumas tradições honrosas de benemeritos trabalhadores das nossas officinas. E lamentaremos que alguma deixe de ser registrada por não nos ter chegado a noticia.

Braz Antonio Castrioto era, em 1816, provido no cargo de administrador deste estabelecimento, tendo começado, em 1811, como aprendiz de composição de suas officinas.

Em outro lugar deixámos já mencionado, com os elogios que merecera, o nome de José Xavier Pires, que foi chefe da Secção de Artes, tendo começado como aprendiz compositor em 1867.

Tambem ficou igualmente referido o nome de Luiz Antonio de Lima, inventor de novo processo de reproducção de matrizes da officina de fundição de typos, adoptada com grande utilidade.

David Antonio Correia, velho e exemplar chefe da officina de composição em 1889, pouco antes da proclamação da Republica, foi agraciado pelo presidente do Conselho, Visconde de Ouro-Preto, em nome do Imperador, com a venera da Ordem da Rosa, como estima ao insigne operario e estimulo aos seus companheiros de trabalho.

O operario Manoel Pinna, pela sua benemerencia, fôra dispensado do ponto pelo administrador Antonio Nunes Galvão.

Pedro Fernandes é outro operario que foi dispensado do ponto em attenção aos seus longos e bons serviços.

Visitando a Imprensa Nacional, a 27 de setembro de 1902, o Presidente da Republica, Dr. Campos Salles, mandou dispensar indefinidamente do ponto a Miguel Geraldo da Silva, que, com 54 annos de serviço effectivo, ainda era assiduo e laborioso.

Conta a tradição que observando o director Dr. Floresta de Miranda, não ser regulamentar essa dispensa, o ministro Joaquim Murtinho, que acompanhava o Presidente, atalhou:

« Um acto desta natureza, destinado a beneficiar um velho operario com mais de meio seculo de serviços e sem direito a aposentadoria pelo Estado, não póde merecer censura de quem quer que seja. »

O actual director geral, Dr. Castello Branco, tem tambem dispensado do ponto ao velho chefe de turma Gaspar Velloso e ao compositor Manoel Marins, a ambos pelos muitos annos de bons serviços que prestaram.

Destes operarios que acabamos de mencionar vivem ainda Luiz Antonio de Lima, aposentado, e o compositor Manoel Marins.

Outro operario benemerito e que ainda vive é o sr. Henrique do Valle dos Santos Loureiro, que veiu da escola de aprendizes de encadernação até o cargo que hoje exerce de ajudante da Secção de Artes, na Imprensa. Ao seu genio inventivo deve o estabelecimento dous utilissimos melhoramentos. O primeiro consistiu em uma adaptação

mecanica ás machinas de numerar, substituindo o movimento a pedal de esforço humano, pela corrente electrica, com funccionamento perfeito, á vontade do operador, com nitidez, sem cravação, maior productividade, com cadencia suave e sem ruido. Este invento mereceu do Governo, em favor do artista, um premio pecuniario, além da nota elogiosa lançada na sua matricula.

O segundo invento, constante de uma noticia do *Diario Official*, que em outro capitulo deste livro deixamos inserta, consiste no aperfeiçoamento introduzido no teclado das machinas *monotypo*, em que o artista, depois de muita attenção e experiencias, conseguiu modificar a disposição das letras, de fórma a melhor adaptar-se ao serviço da Imprensa.

Os operarios da Imprensa Nacional souberam sempre corresponder á espectativa da administração, tornando-se merecedores das vantagens que os poderes publicos lhes têm liberalizado.

Officina de Encadernação

VISITA PRESIDENCIAL

VISITAS de chefes de Estado honraram, de tempos a tempos, a Imprensa Nacional. Referimos em outro lugar aquella com que a distinguiu Sua Magestade o Imperador D. Pedro II, em 14 de novembro de 1889, dia anterior ao em que foi deposto do throno pela rebellião que proclamou a Republica.

Visitou-a, quando no governo, o Exm. Sr. marechal Floriano Peixoto; essa visita fel-a S. Ex. desacompanhado, sem caracter official, como era ás vezes de costume daquelle chefe de Estado.

O Presidente, Exm. Sr. Dr. Prudente de Moraes, tambem distinguiu a Imprensa Nacional com a sua presença, em data que não nos é dado precisar.

A visita do Exm. Sr. Dr. Campos Salles, Presidente da Republica, effectuou-se a 27 de setembro de 1902.

O Exm. Sr. Dr. Nilo Peçanha, quando no exercicio da suprema magistratura, esteve tambem de visita a este estabelecimento.

Deixámos já consignada a visita do exm. sr. marechal Hermes da Fonseca, quando Presidente da Republica, e realizada em 6 de maio de 1911.

Cumpre-nos agora registrar como um dos acontecimentos notaveis desta instituição, em data recente, a visita com que a honrou o Exm. Sr. Dr. Epitacio Pessôa, actual Chefe do Estado, acompanhado do ministro da Fazenda e de membros de sua Casa Militar.

Realizou-se ella em 10 de setembro de 1921, sabbado, data e dia que relembravam o apparecimento do primeiro jornal impresso no Brasil, no anno de 1808, e em que a Imprensa Nacional commemorava, com a inauguração da secção de machinas *Monotypo* aperfeiçoadas, que faziam sua primeira entrada no estabelecimento.

O *Diario Official* de 11 de setembro noticiou a visita presidencial pela fórma seguinte:

« NOTICIARIO — Visitou hontem, ás 13 horas, esse estabelecimento o Exm. Sr. Presidente da Republica. Acompanhado do Sr. Dr. Homero Baptista, ministro da Fazenda, dos Srs. capitão de mar e guerra Raphael Brusque, sub-chefe do Estado-Maior da Presidencia, e capitão Marcolino Fagundes, ajudante de ordens, foi S. Ex. recebido á entrada do edificio pelos Srs. Dr. Castello Branco, director da Imprensa Nacional; Dr. Pillar Filho, chefe da Secção Central; Alberto Smith, chefe da Secção de Artes; Henrique Loureiro, ajudante do chefe; Alberto Machado, Drs. Mello Carvalho e Cypriano de Lemos.

Depois de percorrerem algumas officinas onde funcciona o *Diario Official*, SS. EEx. os Srs. Drs. Epitacio Pessôa, Presidente da Republica, e Homero Baptista, ministro da Fazenda, dirigiram-se á nova officina, em que se acham installadas as novas machinas Monotypo de Lanston, a cuja inauguração iam assistir.

Ao penetrarem na sala foram SS. EEx. recebidos com salvas de palmas e com flores pelos operarios.

Ahi estiveram SS. EEx. longo tempo, durante o qual assistiram ao funccionamento das novas machinas, que, neste momento, executavam o trabalho feito, pouco antes, pelo Dr. Castello Branco, sob o titulo *Ephemerides*, que abaixo transcrevemos, commemorativo da inauguração da novel officina.

Acabado o trabalho mandou o Sr. director da Imprensa tirar algumas provas, com que mimoseou SS. EEx. e as pessoas de sua comitiva. Foi magnifica a impressão causada a SS. EEx., não só pelo lavor, como prova de experiencia, mas tambem pelas palavras carinhosas e sinceras do director da Imprensa em relação ás personalidades dos Exms. Srs. Drs. Epitacio Pessôa e Homero Baptista.

Em presença de SS. EEx. ainda se executaram varios lavores, taes como a preparação de entrelinhas e fundição de typos. Neste ponto o Sr. Braz Vianna fundiu, á vista do Exm. Sr. Dr. Epitacio Pessôa, as letras componentes do nome de S. Ex.

Após a prolongada visita á officina de machinas de monotypos foram SS. EEx. visitar as outras officinas da Imprensa Nacional, em todas as quaes se detiveram a examinar, com grande interesse e carinho, os serviços que se effectuavam no momento.

Terminada a visita, foram SS. EEx. acompanhados até á porta de sahida do edificio pelo director e pelos chefes de serviço.

Ao despedir-se do Sr. director da Imprensa, o Exm. Sr. Presidente da Republica disse que, ao envez de dar parabens ao Dr. Castello Branco, dava a si proprio, pois que se sentia lisonjeado em haver concorrido para a realização do importante melhoramento com que acabava de ser dotada a Imprensa Nacional no periodo do seu Governo.

As novas machinas monotypos, cuja inauguração acaba de realizar-se, foram montadas pelo representante da Companhia de Monotypos de Lanston, Sr. Mirabé, assistido dos Srs. Alberto Jayme Smith, chefe da Secção de Artes, e Henrique do Valle dos Santos Loureiro, ajudante do chefe.

A este ultimo devem as machinas inauguradas importante aperfeiçoamento introduzido na disposição do seu teclado. Depois de longos

estudos e pesquisas, chegou o Sr. Henrique Loureiro a modificar a disposição das letras do teclado da monotypo, de fórma que esta se pudesse adaptar melhor aos serviços da Imprensa.

As machinas recem-inauguradas já encerram este melhoramento. »

EPHEMERIDES

SABBADO — 10 DE SETEMBRO DE 1808
SABBADO — 10 DE SETEMBRO DE 1921

Appareceu neste dia a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro periodico publicado no Brasil: era a folha official, feita na Impressão Régia, creada pelo decreto de 13 de maio de 1808, promulgado por D. João, principe regente, ao depois D. João VI, decreto referendado por D. Rodrigo Domingos Antonio de Sousa Coutinho, mais tarde conde de Linhares, ministro dos Estrangeiros e da Guerra.

Assignala esta data a introducção permanente da imprensa no Brasil.

Em commemoração ao natalicio do principe, que a instituira e lhe dava existencia official, publicou a Impressão Régia, no proprio dia de sua creação, o primeiro trabalho de sua officina: " *Relação dos despachos publicados na Côrte pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, no faustosissimo dia dos annos de Sua Alteza Real o Principe Regente, Nosso Senhor, e de todos os mais que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de Sua Alteza Real aos Estados do Brasil até o dito dia. — Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1808. — Na Impressão Régia.* Vende-se na loja de Manoel Jorge da Silva, livreiro na rua do Rosario. In. fol. de 27 pp. num".

O material typographico com que se compuzera a Impressão Régia custara cem libras.

Actos posteriores vieram completar a organização do estabelecimento, de entre os quaes merece ser relevado — o que declarava a creação da Impressão Régia ter por um dos seus principaes destinos a facilidade de, mediante ella, derramar-se a instrucção publica.

Com o n. 157, a 31 de setembro de 1822, desappareceu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, mas apparece, a 2 de janeiro de 1823, o primeiro numero do *Diario do Governo*, que, em 31 de maio do anno immediato, passou a chamar-se *Diario Fluminense*, até que, a 25 de abril de 1830,

voltou a intitular-se *Diario do Governo*, cuja publicação terminou em 26 de junho de 1833.

A 1º de julho de 1833 surge o *Correio Official*, cuja denominação foi, ainda uma vez, substituida pela de *Gazeta Official do Imperio do Brasil*, em 1º de setembro de 1846.

Cessada esta publicação em 31 de julho de 1848, passou o Governo a publicar os seus actos officiaes no *Diario do Rio de Janeiro*, de propriedade de Nicoláo Lobo Vianna.

De 1848 a setembro de 1862 não existiu nenhum jornal official, e, por isso, os actos do Governo eram dados á publicidade em outros jornaes; a 1º de outubro de 1862, porém creou-se o *Diario Official do Imperio do Brasil*, denominação que se transformou, a 16 de novembro de 1889, com o estabelecimento da Republica, em *Diario Official da Republica dos Estados Unidos do Brasil*.

Por poucos annos conservou a *Impressão Régia* o seu titulo; tanto assim que, em documentos officiaes, se nos deparam os titulos: Régia Typographia; Real Officina Typographica; Régia Officina Typographica; Imprensa Régia, Typographia Nacional e de novo, Imprensa Nacional.

A vida da Imprensa Nacional constitue grandioso capitulo nos fastos da nossa Historia, por isso que data da creação deste estabelecimento a introducção da imprensa no Brasil.

Primeira typographia creada e destinada para divulgar os actos e acontecimentos notaveis do nosso paiz, representa ella, de certo, a nossa gloriosa entrada no convivio da civilização.

A's pennas fulgurantes de Valle Cabral, nos *Annaes da Imprensa Nacional*; de Oliveira Bello, nos *Apontamentos Historicos*; de Alfredo Carvalho, na *Génese e Progresso da Imprensa periodica do Brasil*; de Verissimo de Mattos, no *Livro do Centenario*, e de Euclides da Cunha, devemos paginas brilhantissimas tocantes á Imprensa Nacional.

Na sua obra *Da Independencia á Republica* diz este ultimo escriptor:

> « Ahi se imprimiram paginas que ainda hoje deletreamos com vantagem: o *Diccionario da Lingua Portugueza*, de Antonio Moraes Silva, e a *Corografia Brasilica*, de Ayres do Casal, livros que, com a *Historia do Brasil*, de Southey (1822), os volumes descriptivos do principe de Newied, os trabalhos de Arruda Camara, as primeiras linhas de Martius, os escriptos de A. Saint-Hilaire, Eschwege, Varnhagen, Feldner e as memorias

historicas de Pizzarro, os *Annaes do Rio de Janeiro*, de Balthazar Lisboa, delinearam o primeiro quadro da nossa cultura. »

Ha mais de cem annos vem a Imprensa Nacional prestando seus serviços não só á administração publica, pois tem sido ella a divulgadora dos actos do Governo, como tambem ás letras patrias, porque dos seus prelos sahiram impressas muitas obras notaveis de litteratura e de sciencia, da lavra dos typos mais representativos da nossa cultura, como se colhe do *Catalogo das Obras impressas na Imprensa Nacional*, cujos exemplares formam a sua preciosa bibliotheca.

A brilhante e proficua existencia deste estabelecimento foi interrompida ha pouco tempo, por sinistro pavoroso, que inutilizou suas machinas e importante material de trabalho, o que muito concorreu para diminuir-lhe a producção; mas, posto que desfalcada de machinas, desprovida de material e carecente, até, de pessoal, continúa a Imprensa Nacional a manter a sua gloriosa tradição.

Felizmente cessou o periodo angustioso, e nova época de prosperidade começa para a Imprensa Nacional, graças á especial attenção e desvelado interesse que lhe tem dedicado o actual Governo, o qual lhe ha dado todos os auxilios necessarios e indispensaveis á sua reconstrucção e remodelação, tanto no que toca á acquisição de materia e instrumentos de trabalhos, como no que concerne ao aperfeiçoamento e á melhoria do seu edificio.

E' de mistér salientar que esta nova phase de brilhante progresso que ora atravessa dimana do carinho e cuidado que lhe têm proporcionado os illustres Srs. Presidente da Republica e ministro da Fazenda, os quaes, conhecedores das necessidades desta casa, por serem entendidos no assumpto e, em parte, pela frequencia com que a ella accorriam, não se furtaram a prestar-lhe todo o amparo de que carecia.

Com effeito, ha seguramente mais de trinta annos que SS. EEx. frequentam assiduamente este estabelecimento, ou seja desde que vieram fazer parte do Congresso Constituinte da Republica; e, desta data até hoje, têm sido, na Imprensa Nacional, publicados os innumeros trabalhos de SS. EEx.

Os discursos do Sr. Dr. Epitacio Pessôa como deputado ao Congresso Constituinte e como deputado em varias legislaturas ordinarias; os seus innumeros pareceres em diversas commissões legislativas, de que fez parte; os seus actos como ministro do Interior; os seus accórdãos como ministro do Supremo Tribunal Federal de Justiça; os seus tra-

balhos como senador da Republica; a *Reforma de Ensino*, o *Parecer sobre as emendas do Codigo Civil*; o *Codigo de Direito Internacional Privado* e *A Fronteira Oriental do Amazonas*, além de outros, foram todos feitos nas officinas da Imprensa Nacional, á qual nunca S. Ex. negou a sua preferencia. Outro tanto póde affirmar-se com relação ao Sr. Dr. Homero Baptista. Cultor antigo e apaixonado das artes graphicas, das quaes se tornou technico, é S. Ex. grande amigo desta casa. Daqui sahiram a lume os seus discursos *Pela Federação*, *A revolução e o Estado de sitio no Rio Grande do Sul*, *A Marinha Nacional* e a *Receita Nacional* de 1911, 1912 e 1913.

Da frequencia e assiduidade de SS. EEx. na Imprensa Nacional e do conhecimento que desta haviam resultou para esta a éra de sua remodelação e progresso, que actualmente experimenta, e que servirá de marco a assignalar a passagem benemerita de SS. EEx. na alta administração do paiz.

O Governo, que tem procurado dar o maior desenvolvimento possivel á productividade dos nossos campos; que tem estimulado a industria pastoril; que tem amparado o carvão e o ferro, destinado a ser os futuros alicerces da nossa independencia economica; que tem levado por diante as obras do Nordéste, que conquistarão para o paiz uma região immensa de espantosa fertilidade; que tem ampliado o serviço da Saude Publica, com o intuito de restituir á nossa intelligencia e aos nossos braços a lucidez e a vitalidade de que carecem para a exploração efficaz de nossas riquezas, não podia tambem deixar de olhar, com zelo e amor, para as fabricas e officinas officiaes, onde trabalham milhares de operarios nacionaes em bem do engrandecimento e progresso do paiz.

Acaba o Governo de conceder grande e valioso auxilio á Imprensa Nacional com a acquisição de cinco machinas de composição, aperfeiçoado invento do americano Lanston.

Trata-se da "MONOTYPO Lanston", a mais pratica e a mais perfeita das machinas de compor, até o presente, cuja inapreciavel vantagem de compôr e fundir conjugadamente representa, além de aperfeiçoamento nos trabalhos graphicos, grande economia de tempo e material.

Ao inaugurar hoje nas officinas da Imprensa Nacional essas machinas, quiz que nellas fosse composta esta ligeira noticia do que tem sido esta casa, do futuro que lhe está destinado e, bem assim, render o preito de homenagem devido aos Srs. Presidente da Republica, Dr. Epitacio Pessôa, e ministro da Fazenda, Dr. Homero Baptista,

afim de que fiquem os seus nomes gravados nos fastos deste estabelecimento.

Quiz igualmente prestar minha homenagem á Imprensa, principal producto e manifestação das artes graphicas, em commemoração da data de hoje, anniversario do apparecimento do primeiro periodico publicado no Brasil a — *Gazeta do Rio de Janeiro*, sahido de nossas officinas no sabbado, como hoje, 10 de setembro de 1808.

Por este auspicioso e relevante acontecimento congratulo-me com o Governo, com os funccionarios e operarios do estabelecimento.

SALVE !

Officina de Impressão (depois do incendio)

O INCENDIO

NENHUM facto de maior importancia e vultosas consequencias occorreu na Imprensa Nacional, no periodo de que nos incumbe completar-lhe os annaes, sinão o violento incendio que em a noite de 15 de setembro de 1911 devorou-lhe o almoxarifado, as officinas e a cobertura total do edificio, deixando apenas de pé as paredes chamuscadas.

Dir-se-ia a extincção completa de uma instituição official de existencia secular.

Felizmente assim não foi: de suas cinzas resurgiu ella melhorada, como a vemos hoje, ostentando-se bastante a todos os misteres de seu destino. Ficou unicamente a marcar-lhe o sinistro o enorme prejuizo por elle causado ao erario publico.

O capitulo que fazemos deste acontecimento será breve.

E' sempre de mau agrado revolver assumptos lamentaveis, maxime quando nada mais ha a remediar. Omittil-o, porém, seria uma lacuna imperdoavel, por tratar-se do facto de maior monta occorrido no cyclo cujas notas estamos organizando.

Façamos-lhe, pois, o ligeiro historico.

O sinistro adveiu na época da grande agitação nacional, que assignalou o governo do marechal Hermes.

A Imprensa Nacional, 10 mezes antes, fôra confiada á direcção do Dr. Armenio Jouvin, amigo pessoal e partidario extremado do Presidente da Republica. O grande estabelecimento nacional parecia estar então numa crise de paralysação e declinio, contrastantes dos progressos anteriormente realizados.

O novo director, com o apoio e recursos que não lhe regateou o Governo, desenvolveu, de logo, uma actividade que foi taxada de exorbitante das funcções do cargo, pois, afóra as modificações que realizou no edificio e em alguns ramos do serviço, creou uma linha de tiro de guerra com os operarios do estabelecimento e mais as bandas de musica e de clarins, que diariamente faziam exercicios.

A opposição que visava o Governo veiu, por aquelles e outros actos, até á Imprensa Nacional.

Enthusiasta e satisfeito com as modificações e melhoramentos introduzidos no instituto, o director geral conseguiu que o Presidente da Republica visitasse officialmente a Imprensa Nacional, para *de visu* apreciar as obras da sua administração.

A visita presidencial effectuou-se a 6 de maio de 1911,

indo o marechal Hermes acompanhado do seu secretario, do chefe da Casa Militar, do ajudante de ordens, tendo comparecido tambem os ministros da Fazenda e da Guerra.

A recepção de S. Ex. foi altamente festiva. Além das homenagens do director geral, recebeu o Chefe do Estado manifestações dos operarios, que lhe dedicaram discursos, palmas e flores. S. Ex. respondeu aos discursos, e para mais accentuar o seu contentamento, manifestou o desejo de ser photographado em companhia dos chefes de serviços e do pessoal operario, o que se executou.

Estes e outros factos davam pabulo á opposição. Em taes circumstancias sobreveiu o incendio. O fogo irrompeu pouco depois das 23 horas do dia predito.

No estabelecimento funccionava sómente a secção do *Diario Official*, que communicava independentemente com o exterior, ao lado opposto do Almoxarifado, onde o fogo se manifestou.

Todas as outras secções estavam fechadas desde as 16 horas, como de costume.

O pessoal do *Diario* pôde apenas dar o signal de alarme, e ajudar no salvamento dos objectos escapados.

Os bombeiros, apesar da presteza do comparecimento, foram menos prestos que as chammas, que em poucos minutos dominaram o edificio todo, favorecidas pela ausencia da agua para as mangueiras.

A pavorosa catastrophe attrahira ao local multidão innumeravel. O ministro da Fazenda, o da Justiça, o chefe de Policia e muitissimas altas personagens não se furtaram de accorrer á contemplação daquelle especta-

culo neroneano. Os commentarios, naturalmente, crepitavam como as chammas.

O director da Imprensa Nacional compareceu aos poucos minutos da explosão.

Interrogado de sua opinião sobre a causa do incendio, terminantemente respondeu:

«E' evidente que houve nisto mão criminosa. Perversos! Não podem mais atacar, me fazem esta.»

Foi a primeira voz ouvida a dar causa proposital ao sinistro. A accusação do Dr. Jouvin aos seus inimigos era manifesta. Estes, por sua vez, retaliavam. Um inquerito foi ordenado para o caso, que teve inicio immediato. Fallou-se que o rigorismo dessa investigação policial fôra pelo modelo antigo. De alguns inqueridos notificados ouvimos mesmo a affirmação disso. Apesar de tudo, do extraordinario empenho do delegado, que préviamente se declarara convencido de que o acto fôra criminoso; a despeito da declaração do director geral ao ministro da Fazenda — de que a Policia descobrira os criminosos e andava na pista para os prender, como consta do relatorio do mesmo director, de uma noticia do *Correio da Manhã*; a despeito de tudo, o inquerito nada apurou, e foi archivado, segundo uns, ou não existe nenhures, como affirmam outros.

O *quantum* dos prejuizos totaes do sinistro não foi officialmente comprovado. O valor delle ficou ao criterio livre dos avaliadores officiosos.

As sommas divergiam grandemente. Assim, na opinião do director geral da Imprensa Nacional, o prejuizo at-

Officina de Encadernação (depois do incendio)

tingiria a 10.000:000$; a estimativa do *Jornal do Brasil* o elevou a 15.000:000$, e o *Correio da Manhã* foi além, enunciando-se por esta fórma:

« Pode-se affirmar desde já que os prejuizos montam em cerca de 40.000:000$000. »

Ao fecharmos esta pagina triste da nossa administração publica, occorre-nos ponderar: Não atinamos por que os bens patrimoniaes da Nação dispensam o seguro contra sinistros. A Imprensa Nacional não o tinha.

NO CENTENARIO

A IMPRENSA NACIONAL comparece ao centenario da emancipação politica da Nação, da Independencia do Brasil, não como uma instituição que tenha falhado á sua destinação, quedando-se na inercia da indifferença ante os progressos que assignalam esses cem annos decorridos. Bem ao inves disso, ella acompanhou *pari passu* esses adiantamentos, conhecendo, adquirindo e adaptando ao seu funccionamento todos os aperfeiçoamentos inherentes ás artes que a constituem.

Assim, veiu ella:

Quanto á sua installação — Da velha casa da rua do Passeio n. 44, onde se inaugurou, pelos casebres da rua dos Barbonos, pelo pavimento baixo da Camara dos Deputados, pelas dependencias do Lyceu de Artes e Of-

ficios, á rua da Guarda Velha, até o vasto, solido, bastante e relativamente elegante edificio actual, onde funcciona, e cujo valor excede da importancia de 4.000:000$000.

Quanto ao pessoal — Iniciando seus trabalhos com meia duzia, ou pouco mais, de operarios, afóra a Junta Directoria, veiu esse numero gradativamente crescendo: 50 em 1829; 170 em 1877; 291 em 1887; 551 em 1897; 1.080 em 1907, até o maximo de 1.293, em 1911.

O actual director, ao assumir o cargo em julho de 1914, encontrou no estabelecimento 1.244 operarios. Este numero foi diminuindo, lentamente, pelo não preenchimento das vagas que se abriam e pelas reorganizações posteriores para o existente actual de 1.087; sem prejuizo dos serviços e dos resultados obtidos, que foram compensados pela maior productividade dos apparelhos mecanicos aperfeiçoados adquiridos. Com o pessoal administrativo, conta a Imprensa Nacional hoje o numero total de 1.201 empregados.

Quanto á producção — Pelos seus valores (que dizem melhor que pelos objectos), verifica-se que importou ella em 1818 em 10:852$239, deixando um saldo a favor de 1:733$473; em 1830 elevou-se a 23:236$338, com o saldo credor de 86$687. Falham informações de longo periodo, pois os relatorios só de 1880 em diante foram publicados.

Em 1879 o valor da producção foi de 367:129$680; em 1907 attingia a 1.999:484$721, ou 1.632:355$041 a mais.

A receita em 1919 foi de 4.227:257$585, com um saldo a favor de 357:686$978.

Quanto á machinaria — Começando, em 1808, com um pequeno prelo accionado pelo braço humano, e logo

depois auxiliado de outro prelo de madeira, de construcção local, veiu adquirindo successivamente outros apparelhos aperfeiçoados e potentes (tendo em 1821, 7; em 1822, 11; em 1891, 24; em 1902, 40; em 1906, 50; em 1913, 159; em 1919, 172) até á somma actual de 177, apparelhos e machinas, entre as quaes diversas grandes rotativas, para impressão, as linotypos e monotypos dos ultimos modelos, para a composição.

Não nos desvanecem estes progressos ao ponto de reputarmos a Imprensa Nacional chegada ao maximo da perfeição; antes, e pelo anhelo mesmo de vel-a nessa culminancia, reconhecemos que — sem caracter essencial — muitas adaptações lhe estão ainda faltando para esse alto escopo.

Pode-se, porém, assegurar que elle será attingido, pela acção tenaz e proficua, restrictamente administrativa e methodizada, de seu actual director, si os subsidios orçamentarios — meros adiantamentos retribuiveis — não faltarem á grande e utilissima instituição, que não visando lucro nos seus fins, tem-se tornado provadamente remunerativa.

A Imprensa Nacional é um instituto administrativo que bem merece toda a solicitude dos poderes publicos.

NOTAS

CONJECTURAS SOBRE A PRIMASIA DO RECIFE NA INTRODUCÇÃO DA IMPRENSA NO BRASIL

A ÉPOCA e data da introducção da imprensa no Brasil foi assumpto de pesquisas e opiniões controvertidas, que por muito tempo perduraram sem uma solução definitiva que lhes puzesse o ponto final.

A noticia vaga de se ter estabelecido no Recife, em 1706, uma pequena typographia, limitada a imprimir letras de cambio e orações devotas, não tem nenhum outro documento que affirme a sua real existencia, além da ordem régia de 8 de julho daquelle anno que a mandou supprimir, "sequestar as letras impressas e notificar os donos dellas e os officiaes da typographia, que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros, ou papeis avulsos".

Da execução dessa ordem, dos effeitos della, da apprehensão de quaesquer objectos e productos da supposta typographia não ha documento algum que falle.

Do mesmo modo vago, 40 annos mais tarde, em 1747, constando ao governo da metropole ter vindo para o Brasil "quantidade de letras

de imprimir, e não sendo conveniente haver ahi typographia", foi logo determinado ao Governador de Pernambuco, D. Marcos de Noronha, pela ordem régia de 6 de julho desse anno, que, se lhe constasse haver nos limites da capitania ditas letras, as mandasse sequestrar para o Reino por conta de seus donos, notificando a estes e aos officiaes da imprensa "para que não imprimissem livros, obras ou papeis alguns avulsos, sem embargo de quaesquer licenças que tivessem para dita impressão, sob pena de, fazendo o contrario, serem remettidos presos para o Reino para se lhes impôr as penas em que tivessem incorrido, de conformidade com as leis e ordens a respeito".

E' fóra de duvida que, nesse mesmo anno de 1747, Antonio Izidoro da Fonseca fundou no Rio de Janeiro uma typographia, com permissão do capitão general Gomes Freire, e, provavelmente, com o material a que allude a ordem prohibitiva acima citada.

Esta typographia imprimiu quatro folhetos de assumptos diversos em dois dos quaes, sómente, eram declaradas a data e a officina donde sahiram.

Suspeitas fundadas em exames comparativos attribuiram á mesma officina a impressão clandestina das obras *Exame de Artilheiros* e *Exame de Bombeiros*, escriptas pelo tenente do mestre de campo general José Fernandes Pinto Alpoim, apezar de trazerem essas obras declarações de terem sido impressas — a primeira em Lisboa, na officina de José Antonio Plates, em 1744, e a segunda em Madrid, na officina de Martinezabad, em 1748.

Tal fraude teria motivo no facto de haver sido mal recebida em Lisboa a noticia dessa concessão de Gomes Freire, tanto assim "que mandou a côrte abolil-a e queimal-a para não propagar idéas que podiam ser contrarias ao interesse do Estado".

A duração ephemera dessa typographia e as circumstancias de que se revestiu não lhe deram primasia no estabelecimento definitivo da imprensa no Brasil, que sómente teve inicio real em 13 de maio de 1808.

Do facto de terem os padres da Companhia de Jesus, no seculo XVI, introduzido a arte typographica na India, na China e no Japão; de haverem funccionado prelos nas possessões portuguezas da Africa Occidental, provindas da mesma iniciativa, anteriormente ao seculo XVII, e de existir em Olinda, desde 1576, o mais vasto e sumptuoso collegio da Companhia no Brasil, onde leccionavam, originou-se uma forte supposição de existencia da imprensa por aquella época em Pernambuco, prospera capitania de Duarte Coelho.

Em 1882 dizia o escriptor Faulmann:

«Não é inverosimil que pela mesma época existissem tambem no Brasil typographias fundadas pelos jesuitas.

Todavia, urge confessar que, não obstante se conjurarem circumstancias tão propicias á introducção da arte typographica no Brasil, e especialmente em Pernambuco, nos fins do seculo XVI ou começo do seculo XVII, nenhuma prova material da sua existencia, unica capaz de produzir a demonstração cabal de semelhante enunciado, foi até hoje encontrada.

Além de não ser conhecido um só impresso a que se possa attribuir tal procedencia, o completo silencio dos documentos coevos e de todos os nossos chronistas sobre um facto que difficilmente passaria ignorado, contribue ainda mais para invalidar aquella supposição.» — Dr. Alfredo de Carvalho — *Genese da Imprensa no Brasil*, 1808.)

Afastada a hypothese jesuitica da introducção da imprensa no Brasil até principios do seculo XVII, o acontecimento superveniente no segundo quartel delle, da invasão e dominio hollandez da melhor porção do Brasil oriental, suggeriu novamente entre alguns cultores da nossa historia patria a conjectura, que persistiu por longo tempo, da existencia de uma typographia em Pernambuco no tempo daquelle dominio; apoiava essa conjectura serem os conquistadores gentes de uma nação de immenso desenvolvimento commercial, de grande progresso artistico e litterario, a unica, então, onde a liberdade de pensamento não soffria restricções.

De facto, os hollandezes, serenados os tumultos da primeira occupação, iniciaram importantes melhoramentos materiaes, e, principalmente, no decurso da administração, illustrada e liberal, do conde João Mauricio de Nassau, ao par da grande prosperidade economica e industrial, observou-se notavel incremento nas artes e na instrucção publica.

Moreau refere mesmo que nos Estados Geraes cogitaram da fundação, no Recife, de um instituto de artes mecanicas.

A predilecção daquelle governador geral pelas sciencias e artes autorizou a supposição que sob seus auspicios se procurasse transportar para a nova colonia a imprensa, que attingira na sua patria á maxima perfeição.

« E realmente assim succedeu, conforme testemunha a correspondencia official trocada entre o Supremo Conselho do Governo do Brasil, no Recife, e a Assembléa dos XIX Directores da Companhia das Indias Occidentaes, em Amsterdam, conservada no Archivo Real de Haya.

Em 28 de fevereiro de 1842 escrevia o primeiro: Outrosim, rogamos a VV. EEx. queiram nos remetter uma typographia, afim de que as ordenações e os editaes emanados de VV. EEx e deste governo, e os bilhetes de rendas, sendo impressos, obtenham maior consideração, e de ficarmos dispensados do trabalho fatigante de tantas cópias. »

Respondendo a esta carta diziam, a 14 de julho do mesmo anno. os supremos directores da Companhia:

« Quanto á remessa de uma typographia, trataremos de vos satisfazer opportunamente; ha pouco seguiu, da camara de Hoorn, para o Brasil um certo Pieter Janszoon, que aqui exerceu a profissão de typographo e, por occasião da sua partida, não se mostrou avesso á idéa de ahi introduzir a sua arte, mediante certas condições; vamos nos informar junto aos seus amigos afim de ver até que ponto se poderá levar este negocio. »

Reiteraram do Recife o pedido, a 24 de setembro:

« Sobre a remessa de uma typographia, já escrevemos a VV. EEx. e é muito urgente que esta se realize, porquanto lutamos com grandes difficuldades para executar as multiplas cópias de editaes e ordenações, serviço para o qual somos constantemente forçados a distrahir muitos empregados, com prejuizo das suas funcções ordinarias. »

Manifestando a intenção de realizar a solicitada providencia a Assembléa dos XIX promettia, a 21 de maio de 1643:

« De ha muito que consideramos na necessidade do estabelecimento de uma typographia no Brasil, e agora recommendamos a pessoa idonea que se informasse de algum mestre habilitado para este fim, e igualmente communicamos esta reso-

lução á corporação dos impressores, de sorte que esperamos ver o vosso pedido satisfeito dentro em breve. »

Entretanto, o Conselho do Brasil voltara novamente á carga e, communicando a 2 de abril do mesmo anno o fallecimento do typographo Pieter Janszoon, repetia:

« Esperamos que VV. EExs. realizem a promettida remessa de uma typographia, afim de nos exonerar das consideraveis despesas com as numerosas cópias das ordenações e editaes em portuguez, o que importa em muito dinheiro, porquanto os escreventes da repartição consideram este serviço como extraordinario e fóra das suas attribuições regulares. »

Não padece duvida que os directores da Companhia pensaram sériamente em dotar a colonia do melhoramento reclamado, pois, ainda por duas vezes, encontramos em seus officios allusões ao assumpto.

« Ao termos noticia do fallecimento do typographo Pieter Janszoon — escreviam a 3 de agosto de 1643 — recommendamos á camara de Hoorn a remessa de outro, e esta deliberou de transmittir o nosso pedido á corporação dos impressores, afim se arranjar alguem cujas condições permittam siga para ahi. »

E, a 6 de julho de 1645, ainda repetiam:

« Continuamos a procurar um typographo que queira seguir para ahi; mas, até agora, nenhum se apresentou. »

« Por aquelle tempo, porém, já Mauricio de Nassau havia deixado o Brasil, e a administração da colonia, entregue a incompetencia de avidos traficantes, via-se a braços com a insurreição pernambucana, sendo plausivel presumir que, absorvida por imperiosos interesses marciaes, não houvesse cuidado mais da introducção da imprensa: a este respeito é completo o silencio dos officios e cartas posteriores, que attentamente examinamos. »

Essa conjectura, porém, fôra tão propicia, que o conego Dr. Fernandes Pinheiro vulgarisou amplamente, em 1876, sua memoria, para

confirmação da qual o Dr. Mello Moraes allegou provas apparentemente irrefragaveis.

« Pelos conhecimentos que tinhamos da Historia patria, — disse com a irreflexão habitual o operoso investigador, — sabiamos vagamente ter tido Pernambuco, durante a occupação hollandeza, a arte typographica, porém, não tinhamos visto nenhum documento impresso daquelle tempo em Pernambuco.

Em 1857, indo nós á Bibliotheca Fluminense examinar o seu copioso archivo, nos communicou o Sr. Francisco Antonio Martins, zeloso conservador deste utilissimo estabelecimento litterario, existir nelle 32 brochuras em hollandez, que custaram 400$300 ao estabelecimento, sendo uma dellas impressa em Pernambuco no anno de 1647. Que só esta brochura custou 25 dollars (50$) e realmente nos mostrando, observámos ter ella 28 paginas impressas em caracteres gothicos, em papel antigo, cujo titulo é — *Brasilsche | Gelt — Sack | Waer in dat klaerlijck | vertoan wort, waer de Participan | ten van de West-Indische Compagnie | haer Geldt ghebleven is*; (Vinheta) — *Gedruckt in Brasilien op't Reciff in de Bree-Bijh* Anno de 1647 (*in*-4º, 28 pp. nums).

Por mais que se queira determinar o anno em que se estabeleceu a arte typographica em Pernambuco, não se póde com segurança affirmar, e por isso contentamo-nos com a epoca da publicação que temos á vista. »

A traducção do titulo do folheto, muito infielmente copiado pelo laborioso historiographo alagoano, é: A Bolsa do Brasil, na qual claramente se mostra onde ficou o dinheiro dos accionistas da Companhia das Indias Occidentaes. Impresso no Brasil, no Recife, no Machadão. Anno de 1647.

Este opusculo — especie de libello diffamatorio contra os directores da referida Companhia, e especialmente contra Homel, Bas e Bullestrate, membros do Supremo Conselho do Brasil Hollandez — não escapara á attenção dos bibliographos que se occuparam em inventariar a opulenta litteratura batavo-brasileira.

Asher, em 1854, e Troemel, 1860, descreveram-n'o, manifestando o ultimo, sobre a authenticidade do lugar da impressão, duvidas resumidas depois pelo visconde de Porto-Seguro, em nota á *Historia das lutas com os hollandezes no Brasil*.

Ao Dr. José Hygino estava, porém, reservado nos dar, na brilhante noticia que antepoz á sua traducção do famoso pamphleto, a elucidação deste interessante problema bibliographico.

Comquanto ignorasse a existencia das tentativas que mencionámos, o erudito investigador soube concatenar logicamente uma série de argumentos decisivos para a demonstração de que o *Brasilsche Gelt-Sack* fôra impresso na Hollanda e de não ter havido nenhuma typographia em Pernambuco no decurso da occupação batava (*Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, n. 28).

« E' este, que saibamos, o unico testemunho de um escripto contemporaneo do dominio hollandez acerca da introducção da imprensa no Recife, escreveu o nosso saudoso confrade.

Este testemunho isolado, porém, se encontra em um pamphleto anonymo, dictado provavelmente pela malevolencia, e por isso destituido de autoridade para destruir a prova em contrario que resulta do silencio de todos os escriptores coevos.

A installação de uma officina typographica no Recife não era um facto tão somenos que escapasse á curiosidade de Nieuhof, Mareau, Calado, os quaes, já referindo os acontecimentos, já apreciando a situação da colonia hollandeza, tiveram ensejo de sobra para transmittir-nos a noticia de semelhante facto.

Além disto, considerações suggeridas pelo proprio opusculo se oppõem a que admittamos como verdadeira a declaração do autor.

Não interessava, pois, publicar o seu escripto em uma praça d'armas, cuja população, já muito reduzida pela emigração, não tinha tempo nem calma para occupar-se com recriminações sobre o passado; mas, sim, na Hollanda, onde os accusados estavam presentes, e o accusador podia deste modo agitar a opinião publica contra elles e mover o governo a mandar responsabilizal-os, que tal era o fim do opusculo.

E' verdade que se poderia desviar esta objecção, suppondo que o autor se referiu, naquella sua declaração, a uma primeira edição do opusculo, e não á segunda, que teve logar na Hollanda em 1647, de que elle apenas deu a data.

O opusculo foi impresso, diz elle no *Bree Bijh*, e de varias topicos se deprehende claramente que tal era a denominação de um *escripto* (opusculo ou gazeta) a que o autor por vezes se referiu, expressando-se deste modo: *examinae o que diz o Bree*

Bijl, ... tende confiança no que narra o Bree Bijl, ... como bem diz o Bree Bijl, etc.

Se, pois, dir-se-ha, *Bree Bijl* era o nome de um impresso, de que fazia parte o do autor e não o nome da officina de impressão, deve-se entender que o *Brasilsche Gelt-Sack* teve duas edições, uma no Recife, onde appareceu no *Bree Bijl*, e outra na Hollanda, em 1647.

Admittida esta intelligencia, comprehende-se que a primeira parte do opusculo, tendo sido escripto em Pernambuco em 1645, apparecesse publicada no Recife neste mesmo anno (não havia então typographia no Recife), quando Hamel e os seus companheiros constituiram o Supremo Conselho do Brasil, e eram objecto do odio dos flamengos, porque estes lhe attribuiam a decadencia e ruina da colonia. De volta á Hollanda, o autor reimprimiu a primeira parte do seu opusculo em 1647, accrescentando-lhe a segunda para pedir ao Governo, não a demissão, que era um facto consumado, mas a responsabilidade dos atassalhados ex-governadores.

Esta explicação, porém, tem contra si a natural intelligencia do texto, pois *gedruckt... in de Bree Bijl*, significa impresso na officina do *Bree Bijl*, e nada ha de extraordinario em que o opusculo ou gazeta, a que o autor se referiu, e a officina em que foi impresso tivessem o mesmo nome, que ambos se denominassem *O cutelo* ou *O machado*.

Além de que, não é verosimil suppor que o autor declarasse o logar da primeira edição sem dar a data, e declarasse data da segunda edição, omittindo o lugar e a officina da impressão. »

Investigações posteriores permittem aclarar em alguns pontos e completar satisfactoriamente a argumentação do Dr. José Hygino. As citações no texto do *Brasilsch Gelt-Sack* reportam-se certamente ao pamphleto *Brasilsch Bree de Bijl*, mencionado por Asher, e a declaração no titulo, de *Gedruckt in de Bree Bijl*, não passa de mais uma precaução do autor para fazer acreditar na impressão do seu opusculo no Recife, porquanto ao seu porto deram os hollandezes aquella alcunha. O celebre folheto teve realmente duas edições; ambas, porém, sem sombra de duvida, impressas na Hollanda.

« O illustrado bibliophilo Dr. José Carlos Rodrigues possue exemplares dellas: trazem ambas a data de 1647, mas

differem quanto á disposição das linhas do titulo, ao formato e a numeração das paginas. Uma (n. 458), evidentemente a primeira, traz o frontispicio assim dividido: *Brasilsche | Gelt-Sack, Waer in klaerjck ver toont wart, waer dat da Participanten | van de West-Indische Compagnie haer | Geldt ghebleven is.* | — (Vinheta). — *Gedruckt in Brasilien op't de Reciff in de | Bree Bijl* — Anno de 1647 — é de formato *in*-8º e consta de 13 folhas não numeradas; a outra (n. 1.086), de certo a segunda, é a que deixámos atraz descripta e foi tambem a que teve presente o Dr. José Hygino.

Baldo de qualquer fundamento é tambem o asserto seguinte do Sr. Oscar Constatt (Rep. Bras — Leipzig, 1899):

« A primeira typographia no Brasil foi estabelecida, no anno de 1634, em Pernambuco, pelo hollandez Bron; a primeira obra nella impressa — *Brasilianischer Gelt-Sack* — appareceu em 1647. »

Basta a distancia entre as datas da fundação da typographia e do apparecimento do seu primeiro producto, para demonstrar á evidencia a improbabilidade do facto, que assignalamos apenas para prova de como ainda modernamente encontra adeptos aquella tradição espuria.

Com o que fica exposto, cremos haver encerrado o debate sobre a tão disputada questão do estabelecimento da imprensa em Pernambuco pelos hollandezes, tendo provado que foi realmente tentado, mas não chegou a se realizar. » (Dr. Alfredo de Carvalho — *Genese da Imprensa no Brasil*, 1808.)

*

PRECIOSA RELIQUIA ARTISTICA

No capitulo deste livro que consagrámos aos trabalhos de estamparia e gravura realizados em nossas officinas nos seus primeiros tempos de florescencia, fizemos succinto relato de alguns delles de mais importancia, com designação dos habeis artistas que os executaram.

Pudemos mesmo illustrar o dito capitulo com diversas estampas representativas das gravuras abertas em cobre, taes como o retrato de Alexandre Pope, os frontispicios de suas duas obras — *Ensaio sobre a Critica* e *Ensaios Moraes*, traduzidas pelo conde de Aguiar, e gravadas pelo artista Ramão Eloy Casado de Almeida, em 1811; as armas

do Reino do Brasil e as do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, executadas em 1816; de um alambique, pelo artista João José de Sousa, em 1813; estampas essas que reproduzimos dos *Annaes*, de Veiga Cabral.

Quanto ás chapas gravadas, desses e outros trabalhos, que ao tempo em que escreveu Veiga Cabral existiam ainda, pois as reproduziu, era corrente a versão de se haverem extraviado, desapparecido com o tempo, em consequencia talvez das diversas remodelações do edificio e das officinas e, mais tarde, com a catastrophe do incendio de 1911, que tudo desorganizou, e destruiu grande numero de objectos de valia.

A perda dessas gravuras seculares, que constituiriam uma curiosa collecção de provas materiaes dos trabalhos realizados, alguns de subido valor, era e é um facto de lamentavel e irremediavel falta.

Sob essa impressão e nesse presupposto, traçámos o capitulo referido, sobre artes graphicas.

Não se nos tinha até alli deparado um indicio siquer de que alguma dessas reliquias artisticas tivesse escapado ao geral sumiço, ao desapparecimento irreivindicavel.

Sómente agora, ao confeccionar estas notas finaes, tivemos azo de verificar a existencia, inesperada, de uma bella gravura — a mais notavel daquella remota éra — a que representa a planta da cidade do Rio de Janeiro, levantada por occasião da chegada de D. João VI, e gravada em cobre pelo consummado artista Paulo dos Santos Ferreira Souto, como deixaramos já consignado á pag. 60 deste livro.

Este grande achado, que providencialmente se conservou num recanto do nosso estabelecimento, para revelar-se só agora, exactamente quando se commemora o centenario da emancipação nacional, consta de duas chapas de cobre, em que está nitidamente gravada a planta da nossa capital, tal como era quando aqui chegou a Côrte portugueza.

Opiniões de technicos proficientes attestam a perfeição desse trabalho remoto, que tanta honra faz ao seu autor.

Na Thesouraria da Imprensa Nacional existem ainda, á venda, mappas que foram reproduzidos dessa gravura, lá pelo anno de 1900, quando ainda não se tinham eclipsado e eram viziveis no estabelecimento as chapas originaes.

O desenho, pois, do trabalho topographico existiu sempre e não correu o risco de se perder; o mesmo não se dava com a gravura que o tinha reproduzido abundantemente e que por muito tempo foi julgada perdida.

O acontecimento actual, alviçareiro, é, portanto, o reapparecimento dessa preciosidade artistica.

Constituem-n'a duas chapas de cobre, medindo cada uma 1m,00 de altura por 0m,66 de largura, e nellas se vê ainda com a mesma nitidez o lavor artistico.

Na secção da Exposição actual, onde os trabalhos das nossas officinas irão figurar, terá o publico ensejo de ver e apreciar essa bella prova material das tradicções artisticas do nosso estabelecimento.

Esta nota tem por fim, apenas, o preenchimento de uma lacuna involuntaria, quando, ao noticiarmos esse trabalho, deixámos de affirmar a existencia de seu original, por nos ser isso, então, desconhecido.

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL (MONOTYPIA)
1922

M. FAZENDA
D.A.-NRA-GB
20908
COM. INVENTÁRIO
PORT. 114/73

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

Imp. Na.

Biblioteca do Ministério da Fazenda

4481-46

353.3517
M672
m2

Miranda, Francisco Gonçalves
AUTOR

Memoria historica da Imprensa
TÍTULO

Nacional

Este livro deve ser devolvido na última data carimbada

27 NOV 1986	3/40		

4481-46